

Revista de
**INSTITUTO
HISTÓRICO ^e
GEOGRÁFICO**

DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO R. G. DO SUL

ANO XXII — II TRIMESTRE — ABRIL - JUNHO DE 1942 — N.º 86

SUMÁRIO

- 1 — *O Conde D'Eu* — Discurso do sócio efetivo Armando Dias de Azevedo 261
- 2 — *Algumas cartas do Conde d'Eu*, com anotações do sócio efetivo Armando Dias de Azevedo 275
- 3 — *Dois documentos para a história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, pelo professor Helio Vianna 283
- 4 — *Centenário da revolução de 1842 e da ação pacificadora de Caxias* — Conferência do sócio efetivo Othelo Rosa 287
- 5 — *O Menino Diabo* — pelo sócio efetivo Manoel Duarte 297
- 6 — *Etnologia Sul-Riograndense* — Esboço fundamental —, pelo sócio efetivo J. A. L. Tupi Caldas 303
- 7 — *A Vila de N. S. do Rosário de Rio Pardo*, por Pedro Castelo Sacarello 381
- 8 — *Bibliografia* — pelo sócio efetivo Olinto Sanmartin 392
- 9 — *I. H. G. Rgs.* — Atas n.ºs 62-65 — Ano de 1941 397

INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

Presidente honorário: Desemb. Florêncio C. de Abreu e Silva.
Presidente: Dr. Leonardo Macedônia Franco e Souza.
Vice-Presidente: Prof. Otelo Rosa.
Secretário Perpétuo: Dr. Eduardo Duarte
2.º Secretário: Prof. J. A. L. Tupí Caldas.
Orador: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro: Professor Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário: Dr. Olinto Sanmartin.

COMISSÕES PERMANENTES

Fundos e orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
Cel. Gaston Hasslocher Mazon
Prof. Jorge Bahlis
Dr. João C. Maia

História:

Cap. D. Paranhos Antunes
Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.
Dr. Mario Teixeira de Carvalho
Dr. Manoelito G. de Ornellas

Geografia:

Prof. A. G. Lima
Dr. Darcí Azambuja
Prof. Otelo Rosa
Dr. Olinto Sanmartin

Arqueologia, Etnografia e Paleontologia:

Prof. Ângelo Guido
Dr. Armando Dias de Azevedo
Prof. J. A. L. Tupí Caldas
Prof. Jorge Bahlis

Folclore e línguas indígenas:

Prof. Ângelo Guido
Sr. Dante de Laytano
Cel. Luiz Carlos de Moraes
Dr. Manoelito G. de Ornellas

Admissão de Sócios:

Dr. Armando Dias de Azevedo
Dr. Eduardo Duarte
Cel. Gaston Hasslocher Mazon
Cel. Luiz Carlos de Moraes

Estatutos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
Gal. E. F. de Souza Docca
Dr. Eduardo Duarte
Prof. Walter Spalding

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
RIO GRANDE DO SUL

(FUNDADA EM 1920)

—X—

- Registrada de acôrdo com as exigências da lei.
- Publicação trimestral
- Órgão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- Reconhecido de utilidade pública por decreto n.º 4373 de 24 de novembro de 1921.

—X—

DIRETOR

DANTE DE LAYTANO

—X—

- Assinatura anual 20\$000
Cada número 6\$000
Números atrasados: preços especiais.
- A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos por seus colaboradores.
- Tôda a correspondência deverá ser remetida para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.
- Solicitamos permuta.

O Conde D'Eu

Discurso do Professor ARMANDO DIAS DE AZEVEDO no "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", por ocasião do centenário das comemorações de nascimento, a 28 de abril de 1942.

Nesta hora de beleza cívica incomparável, em que todos os brasileiros dignos se unem em tórno da bandeira nacional e se aprestam para a defesa da Pátria contra o agressor totalitário, avulta, pela nobreza, o gesto do Governo Federal, das autoridades militares e da Liga de Defesa Nacional, essa benemérita corporação patriótica, homenageando a memória dum grande general brasileiro, aquele que, como generalíssimo de nossas forças armadas, terminou, gloriosamente para nós, a maior guerra que sustentámos, em defesa do nosso solo, da nossa integridade e da nossa honra, e dos nossos aliados, e para libertar um povo irmão, vítima de ignominiosa tirania.

O "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" não podia deixar de se associar a essa magna comemoração do centenário do Conde d'Eu, figura de relêvo na história nacional, grande general, grande brasileiro, a-pesar-de não ter visto a luz primeira sob o céu estrelado do Cruzeiro abençoado, e, para isso, escalou o menos capaz de seus sócios fundadores, que só tem como títulos para tanto o patriotismo, o carinho e a sinceridade com que estuda a história pátria e a ufanía de ser reservista do exército nacional, neto dum voluntário da Pátria na guerra do Paraguai e de correr em suas veias o sangue dos primeiros troncos seculares dêste torrão amado — os Carneiro da Fontoura, os Barreto Pereira Pinto, os Azevedo Sousa e os Pinto Bandeira, que tantos cabos de guerra forneceram para a defesa do solo sagrado da grande Pátria Brasileira.

Sinto-me, pois, bem à vontade, para falar do vulto homérico do grande militar, que, com tanta sinceridade, se integrou na nossa nacionalidade e foi o chefe de uma família ardentemente brasileira.

Nesta hora trágica da humanidade, é conveniente que se recorde a todos os brasileiros o papel histórico das forças armadas na defesa do Brasil e na salvaguarda da liberdade e da independência dos povos

da América, hoje ameaçadas pela brutalidade dos sanguissedentos tiranos que querem reduzir à escravidão os que êles julgam de raça inferior, na ridícula e criminosa "Weltanschauung" do sangue e da raça.

A figura do príncipe francês que, de coração, se tornou brasileiro e que, mesmo no exílio, continuou a dar educação brasileira à sua prole, é digna de memória perene, tanto mais que êle realizou a política tradicional do Brasil de liberdade para os povos da América, livrando o povo paraguaio do jugo que o oprimia e, antecipando o gesto redentor de sua excelsa espôsa, ao propor, como o fez, ao governo provisório do Paraguai a libertação dos escravos daquela República, dizendo, em mensagem de 12 de setembro de 1869, antes de qualquer movimento abolicionista, que a escravidão era "uma instituição que infelizmente foi levada a diversos povos da livre América por muitos séculos de despotismo e de deplorável ignorância" (1).

Pronunciando notável discurso, na inauguração do mausoléu imperial, na Catedral de Petrópolis, a 5 de dezembro de 1939, o preclaro Presidente Getúlio Vargas teve para com a memória de D. Pedro II palavras de justiça que peço licença de aplicar ao Conde d'Eu:

"Evocando a figura de D. Pedro II, rendendo a justiça que lhe é devida no precisar os seus serviços mais salientes ao país e no exaltar os seus méritos excepcionais, outra cousa não fazemos senão afirmar o pronunciamento da história. Sobre a sua personalidade, o julgamento definitivo já teve tempo de se formar com serenidade e isenção de ânimo, sagrando-o como um brasileiro ilustre, notável por todos os títulos, que honrou o seu país e a época em que viveu" (2).

A efeméride de hoje assinala, pois, a data centenária do nascimento do príncipe Luiz Felipe Maria Fernando Gastão d'Orléans, que recebeu do chefe de sua casa o título de Conde d'Eu, nascimento êsse ocorrido no castelo real de Neuilly-sur-Seine, que o desvario revolucionário, seis anos mais tarde, reduziu a cinzas.

Seu pai foi o príncipe Luiz Carlos Felipe Rafael d'Orléans, Duque de Nemours, aquele cavalheiresco filho de França, do qual os gregos, em 1825, haviam pensado fazer seu rei, o mesmo que, em 1831, chegou a ser eleito rei pelo Congresso Nacional da Bélgica, o mesmo ainda que as Câmaras Francesas, mais tarde, designaram para regente eventual da França.

Sua mãe foi a princesa Vitória de Saxe-Coburgo-Gotha, prima da Rainha Vitória da Inglaterra e do Rei Leopoldo I da Bélgica.

Pelo lado paterno, era neto de Luiz Felipe, Rei dos Franceses, e da Rainha Maria Amélia.

Em linha reta varonil, era descendente de Hugo Capeto, o fundador da dez vezes secular dinastia, de S. Luiz e de Henrique IV.

(1) Hermes Vieira, *A Princesa Isabel*, pg. 175, nota 83

(2) Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil*, vol. VII, pg. 150.

Educado primorosa e severamente na tradição militar dos Bourbons — cinquenta príncipes de Bourbon deram sua vida pela França —, o Conde d'Eu, exilado de sua Pátria, então governada por Napoleão III, foi cursar a Academia Militar de Artilharia e Engenharia de Segóvia, na Espanha, onde os estudos eram muito sérios e a disciplina rigorosa.

Como oficial de cavalaria, tomou parte ativa na campanha marroquina, fazendo seu batismo de fogo, portando-se com grande bravura e chegando aos postos de capitão de cavalaria e de tenente de artilharia do exército espanhol, aos 22 anos de idade.

Mereceu do marechal Leopoldo O' Donnel, Duque de Tetuan, o seguinte elogio:

“Eenhör Príncipe, recebestes, sob minhas ordens, o batismo de fogo, disso me orgulho; fizestes vossas primeiras armas com a bravura habitual aos que se chamam Orléans. Nomeio-vos, em nome da Rainha, cavaleiro da ordem militar de S. Fernando” (3).

Pouco depois, pediu demissão do exército espanhol, pois outras eram suas aspirações.

Estavam em idade casadoira as duas princesas brasileiras, a mais velha das quais herdeira do trono imperial, e, por isso, a Princesa de Joinville, D. Francisca, irmã do Imperador D. Pedro II, teceu a trama, sondando discretamente e encaminhando para o Brasil dois sobrinhos de seu marido — o Conde d'Eu e o príncipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha.

A idéia inicial era casar o Conde d'Eu com D. Leopoldina e seu primo com D. Isabel, mas, como escreveu esta, mais tarde, em seu diário, “Deus e os nossos corações decidiram diferentemente” (4).

Aliás, o próprio Imperador D. Pedro II se agradara mais de Gastão d'Orléans para casar com a herdeira da coroa. O casamento realizou-se, com grande solenidade, a 15 de outubro de 1864.

A Constituição Imperial era nacionalista em extremo e dizia categoricamente no art. 119:

“Nenhum Estrangeiro poderá suceder na Coroa do Império do Brasil”.

Cercava de garantias o interesse nacional no casamento da herdeira. Assim, o art. 120 rezava:

“O casamento da Princesa Herdeira presuntiva da Coroa será feito a aprazimento do Imperador; não existindo Imperador ao tempo em que se tratar dêsse Consórcio, não poderá êle efetuar-se, sem aprovação da Assembléia Geral. Seu Marido não terá parte no Govêrno, e somente se chamará Imperador, depois que tiver da Imperatriz filho ou filha”.

(3) Edouard Yriarte, *Les princes d'Orléans*, pg. 161.

(4) Heitor Lira, *História de D. Pedro II*, vol. I, pg. 400.

A-pesar-disso, D. Pedro II quis mais e exigiu do Conde d'Eu "compromissos que o ligassem ao Brasil", na expressão de René Bazin, o qual acrescenta:

"Deverá aí fixar sua residência, não sair d'êle sem o consentimento do Imperador, renunciar a qualquer posição que não fôr brasileira, porque o Imperador não admite que o marido da princesa herdeira, chamado a partilhar, de certo modo, o trono do Brasil, possa jamais ocupar outro" (5).

Ficou Gastão d'Orléans de tal modo vinculado ao Brasil que seu pai, o Duque de Nemours, deu ao Duque d'Alençon, o caçula, os encargos e prerrogativas de primogênito, "tendo-se tornado êle virtualmente — escreveu o príncipe — o primogênito de minha descendência, do ponto de vista da família d'Orléans" (6).

Quando o Marechal Conde d'Eu, com 27 anos de idade, comandava, como generalíssimo, os vitoriosos exércitos aliados contra o tirano do Paraguai, o parlamento brasileiro consagrou essa naturalização, votando um decreto legislativo, que D. Pedro II promulgou, sob o n.º 1708, a 23 de setembro de 1869, e cujo art. 3.º era do teor seguinte:

"O casamento da Imperante ou da Princesa Imperial com estrangeiro importa para êste a condição de cidadão brasileiro naturalizado. Êle prestará o respectivo juramento nas mãos do Imperador".

Passada a lua de mel, seguiram os Condes d'Eu, em viagem de recreio, para a Europa, nos primeiros dias de 1865, não tendo podido demorar em tal excursão, por ter sobrevivendo a guerra que o monstruoso Lopez, qual precursor dos totalitários hodiernos, iniciou, sem declaração prévia, invadindo o nosso território e apresando — ainda não havia, naquela época, submarinos para torpedearem sem aviso prévio — um pacífico navio com a nossa bandeira e os brasileiros que nele se encontravam.

Logo que, com sua espôsa, regressou da Europa, o Conde d'Eu veio ao nosso Estado, ao encontro do Imperador, que cá viera, envergando a farda de voluntário da Pátria, para repelir o invasor.

Essa "Viagem militar ao Rio Grande do Sul, em que relata a rendição dos paraguaios em Uruguaiana, o Conde d'Eu a publicou, pouco antes de morrer, na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e, mais tarde, foi reeditada na coleção "Brasiliana", constituindo interessante subsídio, pelo sabor da espontaneidade, pois é um diário, em que registrou impressões da época, destinadas à sua família, na Europa, escritas quando ainda era neófito nas cousas na-

(5) René Bazin, *Le Duc de Nemours*, pg. 413.

(6) R. Bazin, o. e l. cit.; Marquis de Roux, *Le droit royal historique*, pg. 22; *Revue Universelle*, vol. XXIV, pg. 272.

cionais. Revelam tais notas a argúcia de seu espírito de observação, atendo às minúcias, sem perder de vista o conjunto.

Repellido o invasor, regressaram ao Rio o Imperador e seus dois genros, começando, então, a odisséia do Conde d'Eu para obter licença de seguir para a campanha do Paraguai.

Os moldes dêste ligeiro trabalho, escrito, às pressas, para obedecer ao convite do benemérito presidente de nosso sodalício, que para mim vale por uma ordem, não permitem pormenorizar a luta que, durante quatro anos, sustentou, com perseverança, o príncipe consorte para poder tomar parte ativa na guerra.

Injunções políticas levaram o Imperador a negar, por tanto tempo, seu beneplácito ao anelo do genro.

Afinal, quando Caxias, o condestável do Império, o grande general, pacificador de quatro províncias e vencedor de três guerras, se viu forçado, pela enfermidade adquirida no campo da luta, a regressar ao Brasil, após a tomada de Assunção, o Imperador nomeou o genro comandante em chefe, a 22 de março de 1869, surdo agora aos rogos da filha, que temia pela vida do marido.

O joven príncipe de 27 anos chegou à capital paraguaia a 14 de abril e logo se fez cercar dos melhores generais, para levar a cabo uma luta em que estava empenhada a honra do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Era de absoluta necessidade aprisionar Lopez, porque — escreveu Pedro Calmon — êle “desceria, cedo ou tarde, das escarpas do Ascurra, com as relíquias de suas forças ao redor do pavilhão reerguido...” (7).

Em sua primeira ordem do dia, o novo generalíssimo mostrava a confiança na vitória, para a qual pedia a proteção divina:

“O Deus dos exércitos não há de permitir que seja perdido o fruto de tantos sacrifícios e de tanta perseverança. Êle coroará, mais uma vez, os nossos esforços e os dos nossos aliados: um triunfo definitivo firmará entre quatro nações os benefícios da paz e da liberdade; e vitoriosos tornaremos a ver o céu ameno da Pátria” (8).

O que foi o Conde d'Eu como cabo de guerra nessa fase menos brilhante, mas não menos difícil, da tremenda guerra não me cabe aqui analisar, por me falecer, para tal, competência técnica.

Cederei, porém, a palavra a um brilhante historiador militar, o General Dr. Antônio José Dias de Oliveira, que, em notável monografia apresentada ao 1.º Congresso de História Nacional, entre outros conceitos, assim se expressa:

(7) Pedro Calmon, *A Princesa Isabel*, pg. 75.

(8) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial do 1.º Congresso de História Nacional, parte V, pg. 331.

“Se ao nosso comandante em chefe faltava o tirocinio e a experiência dos altos comandos militares, superava-lhe, entretanto, uma viva inteligência, um juízo reto e notadamente uma atividade digna dos maiores encômios; preciosas qualidades essas exaltadas aliás por uma exuberante mocidade cheia de ardor e ávida de glórias” (9).

O Major Coelho dos Reis, outro escritor militar de valor, em artigo recente, assim se referiu ao Conde d’Eu:

“A Campanha das Cordilheiras êle a levou a bom cabo, depois de havê-la riscado com senso superior em seu plano de operações, conseguindo com lustre e denôdo, por todos comprovados, enriquecer com as gemas de Peribebui e Campo Grande, entre outras mais, o tesouro de vitórias que já enguirlandavam os estandartes de nossas forças na luta contra o paraguaio tenaz e valoroso” (10).

Na batalha de Peribebui, em que pereceu o bravo general João Manuel Mena Barreto, a vida do Conde d’Eu correu grande risco, ficando êle debaixo do fogo das balas da infantaria inimiga.

Culminou seu heroísmo na batalha de Campo Grande, que o belo quadro de Pedro Américo imortalizou, muito embora nem sempre a imaginação exuberante do grande artista corresse parêlha com a verdade histórica.

Vejamos, a respeito do episódio arriscado, a narração objetiva do Visconde de Taunay:

“Foi quando o Conde d’Eu por seu turno transpôs o ribeirão e, apenas do outro lado, correu gravíssimo perigo. Um batalhão paraguaio, reformado à borda do mato, de lá saiu com temível fúria e caiu sobre um corpo, atrás de cuja linha singela então nos achávamos. Êste não resistiu ao ímpeto inimigo e debandou, deixando-nos absolutamente sem proteção. Vi-me perdido. O Conde d’Eu sacou da espada, no que todos o imitamos e pusemos os cavalos a galope, indo ao encontro da carga. Aí, porém, outro batalhão nosso em desesperado marche-marche pôde a tempo repelir o ataque, encurralando os paraguaios de novo junto à beira do mato, onde os fuzilou com a maior energia” (11).

Foi preciso que um capitão de voluntário, seu ajudante de ordens, contivesse seu ímpeto, segurando-lhe as rédeas do cavalo e salvando-lhe, assim, a vida.

Afinal, graças à bravura e à competência do general Câmara, Visconde de Pelotas, chefe da maior confiança do generalíssimo, que o julgava único capaz, dentre os lá existentes, para chefe do estado-

(9) *Rev. Inst. Hist.* cit., pgs. 331-332.

(10) *Nação Armada*, n.º 29, pgs. 30-31.

(11) Visconde de Taunay, *Recordações de guerra e de viagem*, pg. 64.

maior ⁽¹²⁾, terminou, a 1.º de março de 1870, a guerra que sustentámos, durante mais de cinco anos, nas maiores dificuldades, contra um inimigo valente, fanático e intensamente preparado.

O Conde d'Eu recebeu a notícia do combate de Cêrro Corá, às margens do Aquidabã, quando, numa embarcação, a 4 de março, se dispunha a visitar Concepcion.

"Depois das primeiras explosões de contentamento, — conta Taunay — Sua Alteza, respondendo aos brindes que num *luncheon* improvisado foram feitos a Sua Majestade o Imperador e á sua pessoa, ergueu um viva, estrondosamente acompanhado, em honra ao general Câmara" ⁽¹³⁾.

Eis os termos da ordem do dia do Conde d'Eu, relativa a êsse combate final:

"Terminando, o direi, que, quando eu não tivesse colhido outro resultado de meus trabalhos, dar-me-ia por satisfeito em ter feito brilhar e evidenciarem-se pela prática os notáveis talentos do Brigadeiro José Antônio Correia da Câmara, em que o Brasil tem hoje em dia um general ainda no vigor dos anos e capaz de levar a cabo os mais árduos cometimentos e de honrar a sua Pátria perante o mundo civilizado" ⁽¹⁴⁾.

Nos anos da paz, o Conde d'Eu dedicou-se exclusivamente às cousas militares, como comandante geral da Artilharia, arma de sua predileção, sem jamais imiscuir-se na atividade política, nem mesmo nos três períodos em que a princesa D. Isabel exerceu a regência do Império. Sua atitude foi a da reserva digna, tal qual a de seu primo, o príncipe Alberto, consorte da Rainha Vitória da Inglaterra.

Tiveram os Condes d'Eu três filhos.

O primogênito foi o príncipe D. Pedro de Alcântara, nascido em Petrópolis a 15 de outubro de 1875 e falecido na mesma cidade a 29 de janeiro de 1940, casado com a Condessa Elisabeth Dobrzenicz, da alta nobreza da Tchecoslováquia.

O segundo foi D. Luiz, nascido em Petrópolis a 26 de janeiro de 1878 e falecido em Cannes a 26 de março de 1920, em consequência de moléstia adquirida na primeira grande guerra mundial, onde serviu, como capitão, no Estado-Maior do Exército Inglês. Deixou

(12) Eis como se expressou o Conde d'Eu, em carta de 16 de dezembro de 1869, dirigida a seu pai, o Duque de Nemours:

"Je n'ai découvert absolument qu'un officier qui pût exercer d'une manière efficace l'emploi de Chef d'État Major: c'est le Brigadier Camara. Mais justement parce que j'ai en lui toute confiance, j'ai besoin de lui pour diriger les opérations loin de moi" (Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*, pg. 286).

(13) Taunay, o. c., pg. 101.

(14) Apud *A Defesa Nacional*, vol. XX, pg. 354.

viúva, a princesa D. Maria Pia de Bourbon-Sicília, sobrinha-neta da Imperatriz D. Tereza Cristina. D. Luiz foi brilhante escritor, autor de várias obras em francês e português — *Dans les Alpes, Tour d'Afrique, A travers l'Hindo-Kush* e *Sob o Cruzeiro do Sul*. Nesta última apresenta suas impressões de viagem pela América do Sul e descreve a guerra do Paraguai, em quatro capítulos que foram inspirados pelo Conde d'Eu, como êste confessou em carta ao historiador Max Fleiuss, secretário perpétuo do "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" ⁽¹⁵⁾.

O último filho foi D. Antônio, nascido em Paris a 9 de agosto de 1881, mas também brasileiro, por força do art. 3.º do decreto n.º 1708, de 23 de setembro de 1869, combinado com o art. 6.º, § 2.º, da Constituição Imperial. Veio a falecer em Londres a 29 de novembro de 1918, vítima de desastre de aviação, poucos dias depois do armistício que pôs fim à guerra, na qual servira como capitão do Real Regimento de Dragões Canadenses e no Real Corpo de Aviação, hoje "Royal Air Force" (R A F).

Proclamada a República, o Conde d'Eu, como militar disciplinado, dirigiu a Benjamin Constant, Ministro da Guerra do Governo Provisório, um pedido de exoneração do comando da Artilharia e de licença para se ausentar do país.

E' o Conde d'Eu, pela segunda vez, exilado. Da primeira, fôra exilado de sua Pátria de nascimento, a França, quando tinha apenas seis anos de idade.

Agora, é, com a Família Imperial, banido de sua Pátria adotiva, o Brasil.

Manteve, porém, no exílio, atitude de grande dignidade patriótica, jamais conspirando, continuando a educação brasileira de seus filhos, interessando-se por tudo o que se referia ao Brasil, mantendo, no Castelo d'Eu, precioso arquivo de documentos da história do Brasil, do qual o Ministério da Educação publicou, em 1939, um inventário em dois volumes ⁽¹⁶⁾, correspondendo-se assiduamente com o "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", de que era sócio, e com vários brasileiros amantes da história pátria.

(15) Apud Conde d'Eu, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, pg. 245.

(16) "Esse precioso arquivo foi oferecido pelo príncipe D. Pedro Gastão, em nome da família, ao Governo Brasileiro, aguardando apenas o fim da guerra para ser efetivada a sua entrega, por se achar no Castelo d'Eu, na zona ocupada pelos alemães. Dêle existe um magnífico catálogo publicado, em dois volumes, em 1939, pelo Ministério da Educação, sob o título de "Inventário dos documentos da Casa Imperial do Brasil", o qual foi organizado por Alberto Rangel, com o auxílio de Miguel Calógeras, a pedido do príncipe D. Pedro. A publicação foi feita por iniciativa do Dr. Alcindo Sodré, atual diretor do Museu Imperial de Petrópolis" (*Vozes de Petrópolis*, ano XXXVI, pg. 273, nota 6).

Na guerra de 1914, vivendo, em seu castelo, na Normandia, quando os alemães alcançaram Abbeville, já com 72 anos de idade, “o velho marechal brasileiro rondava à noite o paço municipal da cidadezinha de Eu, tendo às mãos a baioneta do soldado guarda-cívico” (17).

Valho-me do ensejo para citar trechos de cartas inéditas com que me honrou o velho cabo de guerra e nas quais se patenteia o carinho com que tratava das cousas brasileiras, principalmente da nossa história, sendo digno de nota o interesse que manifestou pelo nosso “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”.

Assim, a 11 de setembro de 1919, agradecendo a remessa que lhe fizera da revista local da juventude estudiosa “O Eco”, onde eu publicara um artigo sobre a morte de D. Antônio, disse-me ter tomado assinatura dela para os netos, por ter tido prazer em a folhear, “avivando-se-me — acrescentou — as saudades que guardo, como do Brasil inteiro, da brilhante Província do Rio Grande do Sul e da sua capital”.

Revogado o banimento da Família Imperial, pelo decreto n.º 14.120, de 3 de setembro de 1920, escreveu-me o Conde d’Eu, a 16 de outubro daquele ano:

“Bem pode pensar quanto apreciamos a revogação do injusto banimento que nos excluía do amado solo brasileiro. Quanto teria estimado essa medida nosso estimado Luiz! e quanta falta nos faz êle nesta ocasião!”

E, mais adiante, depois de lembrar sua visita a esta capital, quando da inauguração da estátua do Conde de Pôrto Alegre, em princípios de 1885, acrescentava:

“A Princesa e meus filhos gozaram dessa esplêndida residência mais tempo que eu, enquanto eu dava a volta de tôdas as guarnições da Província até Uruguaiana e S. Borja, voltando por Sant’Ana, Bagé e Jaguarão a Pelotas.

“Estimo saber por sua carta que se fundou um Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A muitas pesquisas interessantes poderá consagrar-se esta útil associação, apresentando a história dessa heróica Província numerosos fatos memoráveis, principalmente militares; e, quanto à geografia, havendo ainda alguns pontos mal conhecidos, pelo menos na região serrana”.

Impossibilitada D. Isabel, a Redentora, de vir ao Brasil, devido ao seu precário estado de saúde, agravado com os rudes golpes das mortes de seus filhos, D. Antônio e D. Luiz, vieram ao Brasil, acompanhando os restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Cristina, o Conde d’Eu e seu filho mais velho, único sobrevivente, o príncipe D. Pedro, recebendo, nessa ocasião, o glorioso Marechal da Vitória

(17) Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*, pg. 413.

excepcionais homenagens do Govêrno, do Exêrcito e do povo brasileiros.

Por essa época, ao regressar para a França, de bordo do paquete "Brabantia", escreveu-me o Conde d'Eu, a 18 de fevereiro de 1921:

"Muitos nos penhoraram, como bem deve compreender, as por assim dizer unânimes manifestações de afeto de que fomos alvo, meu filho e eu, em todos os pontos do Brasil por nós percorridos, sentindo vivamente não pudesse nosso giro estender-se a outras não menos prezadas regiões. Admirámos o notável progresso realizado em tôda a parte. Retirámo-nos saudosíssimos até outra ocasião".

Na mesma carta, depois de palavras lisonjeiras sôbre um discurso que eu pronunciara nesta capital, em homenagem cívica aos ex-imperantes brasileiros, escreveu o Conde d'Eu:

"Cordialmente agradeço as palavras consagradas a tôda nossa família, aceitando, porém, para mim pessoalmente, só o mérito da boa vontade e dedicação com a qual procurei servir o Brasil nos campos do Paraguai e nos anos da paz".

A morte de D. Isabel, ocorrida no castelo d'Eu, a 14 de novembro de 1921, abalou profundamente o velho príncipe.

Agradecendo os pêsames que lhe enviara, escreveu-me, a 24 de julho de 1922, com mão trêmula e letra quase ilegível:

"Deve fazer idéia quanto nos penhoraram as demonstrações havidas nessa capital por motivo do nosso irreparável infortúnio: a inserção, por proposta sua, dum voto de pesar na sessão do Instituto Histórico, e as diversas missas rezadas".

Ainda assim, desrespeitando os conselhos médicos, fez questão de vir ao Brasil, por ocasião da comemoração do centenário de nossa independência nacional.

Não me posso furtar ao desejo de ler outro tópico dessa mesma carta, que recebi a 21 de agosto de 1922 e que foi escrita, quando ainda vacilava entre o ardente impulso de rever o Brasil naquela comemoração patriótica e o prudente conselho médico de não empreender tal viagem:

"Sinto não ter podido há tempo já escrever-lhe. A separação de minha dedicada companheira de mais de 57 anos deixou-me muito abatido, e ultimamente acresceram sufocações cardíacas, que provavelmente me privarão, com grande pesar meu, realizar meu projeto de ir ao Rio tomar parte na celebração do centenário da Independência Pátria. A alteração de minha letra mostra-lhe o declinar de minhas fôrças e a dificuldade que tenho em escrever-lhe".

Sete dias após o recebimento de tal carta, isto é, a 28 de agosto de 1922, morria, vítima dum colapso cardíaco, a bordo do navio francês "Massilia", o grande católico e grande brasileiro, rodeado de sua nora, D. Maria Pia, e de seus netos, D. Pedro Henrique, D. Luiz

Gastão e D. Pia, confortado com os santos Sacramentos, em plena lucidez e tendo pedido que lhe dessem o seu crucifixo, piedosa lembrança de sua avó paterna, a Rainha dos Franceses Maria Amélia, que lho dera no dia de sua Primeira Comunhão, para que, abraçado a êle, pudesse lucrar a última indulgência plenária.

Poucos meses antes, já octogenário, assistira em Roma, ao Congresso Eucarístico Internacional, acompanhando, com grande fé, devoção e humildade e sem poupar sacrifícios, todos os exercícios e cerimônias.

O corpo do Conde d'Eu foi depositado a 31 de agosto de 1922 na Igreja da Santa Cruz dos Militares, no Rio, onde o visitou, a 2 de setembro, o nosso caro confrade Adroaldo Mesquita da Costa, que, achando-se, então, na capital da República, fez a gentileza de deixar, no livro de presença, declaração de que também me representava, enviando-me, logo após, um cartão postal, que ainda conservo, com as seguintes palavras:

“Acabo de chegar da visita que fiz à Igreja da Cruz dos Militares, onde fui visitar o corpo do *Marechal da Vitória*, o nosso saudoso Conde d'Eu”.

A 30 de setembro, o corpo do grande príncipe seguiu para a França, no paquete brasileiro *Curvelo*, sendo deposto, a 26 de outubro, no sarcófago da capela mortuária da Casa Real de França, em Dreux, junto ao de sua excelsa esposa, a princesa D. Isabel.

Eis, a traços rápidos, a vida do nobre príncipe, do bravo soldado, do exemplar chefe de família, do modelar cristão e do grande brasileiro.

Bem haja, pois, a Liga de Defesa Nacional, admirável instituição ideada por Bilac e que há mais de um quarto de século vem prestando o culto cívico aos brasileiros merecedores dessa homenagem.

Bem haja o “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” que jamais esquece os vultos e fatos do nosso passado, comemorando-os, a par do trabalho silencioso de pesquisa e de retificação.

Bem haja a Academia Estudantil que propaga o culto cívico dos nossos maiores no seio da mocidade estudiosa.

Bem haja o glorioso Exército Nacional, atalaia vigilante de nossas fronteiras, colaborador constante na obra da grandeza nacional.

Estamos prestando nossa homenagem a um homem que, aos 22 anos de idade, veio para o Brasil e a êle se integrou definitivamente e serviu durante 58 anos, a-pesar-de uma ausência de 30 anos. Não podemos esquecer que êle era oriundo daquela França generosa, glória da humanidade, da cultura, da civilização, da França dos “gesta Dei per Francos”, que ora passa pela humilhação de ver seu solo talado pelo cruel invasor, que, não contente de a ter derrotado militar-

mente, valendo-se também da traição, lhe quer impor a colaboração na obra escravizadora, ferindo-a, mutilando-a, ensanguentando-a, matando-a, obrigando-a a se bater contra si mesma, em proveito do invasor ⁽¹⁸⁾.

Deus poupou ao Conde d'Eu a dôr de ver o seu castelo ocupado pelo invasor que, se, até agora, respeitou o arquivo precioso de nossa história ali carinhosamente conservado, o fez tão somente por tremular nele o auriverde pavilhão brasileiro, graças à atitude enérgica do nosso Govêrno.

Seja-me lícito encerrar com o brinde que o legendário general Osório, marquês do Herval, dirigiu, em 1877, ao Conde d'Eu:

“Brindo o Sr. Conde d'Eu, meu companheiro d'armas, que sempre prodigalizou-me as maiores provas de consideração, brindo-o pelo seu valor, pela sua coragem e pela justiça com que administrou o Exército; brindo-o porque no Paraguai deu sempre provas de amar o Brasil e devotar-se d'alma ao seu serviço como os Brasileiros que lá serviam” ⁽¹⁹⁾

Parece-me que, após êsse tributo de justiça que o ídolo do Exército Brasileiro, o grande herói nacional prestou ao Conde d'Eu, nada mais me resta dizer sôbre a grande personalidade do Marechal da Vitória.

(18) Cfr. Ch. Maurras, apud Henri Massis, *La guerre de trente ans*, pgs. 249 - 250.

(19) Apud Conde d'Eu, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, pg. 238.



Isabel E.
Condon & Co.

Paris et Blois
Coudé et Co.

Algumas cartas do Conde D'Eu

(com anotações de Armando Dias de Azevedo)

CARTA.

Sr. Dr. Armando Dias de Azevedo.

Se demorei agradecer-lhe a remessa do magnífico número da excelente revista ilustrada publicada em Pôrto Alegre com o título "O Eco" foi para poder enviar-lhe a inclusa piedosa lembrança de meu querido e sempre chorado filho. Junto 2.º exemplar que lhe rogo entregar de minha parte ao distinto autor do artigo consagrado à memória de meu saudosíssimo filho... (1). Por cartas de meus filhos Pedro e Luiz, já deve saber quanto nos comoveu êsse belo artigo tão de acôrdo com nossos sentimentos e que em palavras tão apropriadas faz justiça a meu chorado filho. Receba, pois, vivos agradecimentos tanto por parte da Princesa Senhora Dona Isabel como pela minha. Seja-me lícito acrescentar que, com vivo prazer, folhei "O Eco", avivando-se-me as saudades que guardo, como do Brasil inteiro, da brilhante Província do Rio Grande do Sul e da sua Capital.

Receba, pois, afetuosas saudações.

*Gastão d'Orléans,
Conde d'Eu.*

Castelo d'Eu, 11 - 9 - 1919.

(1) O artigo era meu, publicado, porém, sob pseudônimo.

CARTÃO.

Castelo d'Eu, Janeiro de 1920.
Sr. Dr. Armando Dias de Azevedo.

Tive muito prazer em ver minhas tôscas linhas transcritas na bela revista "O Eco", ⁽²⁾ útil não só à instrução da mocidade com também dos adultos e que já mandei assinar.

Receba lembranças muito afetuosas.

Gastão d'Orléans.

CARTA.

Castelo d'Eu, 27 de agosto de 1920.
Sr. D. Armando Dias de Azevedo.

Peço-lhe desculpas de não ter podido mais cedo responder a suas afetuosas cartas escritas depois da morte de meu querido filho Luiz. ⁽³⁾ Esta desgraça deixou-me tão abalado e abatido que mal posso pegar na pena. Por este motivo não podem as minhas correspondências ter a regularidade de outrora. Não quero, porém, deixar de dizer-lhe quanto nos penhoram à Princesa e a mim as expressões da parte que toma em nossa dôr. Muito apreciamos o excelente artigo consagrado a nosso querido filho no número de Junho do "Eco". ⁽⁴⁾ Sinto não receber com regularidade esta excelente revista, a-pesar-de tê-la mandado assinar.

Estamos tratando de preparar a lembrança mortuária de que me fala e não deixarei de enviar-lhe os exemplares que me pede.

Receba, Sr. Dr. Armando, muitas lembranças afetuosas.

Gastão d'Orléans.

(2) Cópia da carta anterior tinha sido por mim fornecida à revista "O Eco", então sob a direção de nosso saudoso confrade, o R. P. João Batista Hafkemeyer, S. J., o grande historiador de nossa terra, que a fez transcrever naquela publicação.

(3) O príncipe D. Luiz faleceu, a 28 de março de 1920, em Cannes.

(4) Esse artigo era meu.

CARTA.

Castelo d'Eu, 16 de outubro de 1920.
Sr. Dr. Armando Dias de Azevedo.

Não quero tardar em agradecer-lhe a carta de 8 de agosto último com a qual se serviu enviar-me cópias de tôdas as cartas que lhe dirigiu meu saudosíssimo filho Luiz (⁵). São excelentes e nada teria eu de alterar nelas. Bem pode pensar quanto apreciamos a revogação do injusto banimento que nos excluía do amado solo brasileiro (⁶). Quanto teria estimado esta medida nosso estimado Luiz! e quanta falta nos faz êle nesta ocasião!

(5) Eis uma das cartas:

"Cannes, 28 de dezembro de 1919.

"Prezado Dr. Armando Dias de Azevedo.

"Muito lhe agradeço a sua amável carta de 6 de outubro que muito me interessou. A questão do banimento, que o preocupava, foi, segundo um telegrama do Rio publicado pelos jornais daqui, levantada na Câmara dos deputados. Ainda não sei quem foi o autor do projeto nem qual foi o resultado da discussão. Nós aqui nada fizemos para provocar o pedido de "*habeas-corpus*" de que os jornais também falam.

"Vou passando bastante bem. Tenho montado a cavalo e feito várias viagens de automóvel sem nenhum inconveniente para a minha saúde. Depois de passar três meses em Paris, estabelecemos para o inverno aqui em Cannes.

"Como o Sr. terá visto pelos jornais, as eleições francesas foram ainda melhores do que se esperava. A Ação Francesa tem agora vários representantes no parlamento, entre os quais o infatigável Léon Daudet, e muito contribuiu para a eleição de numerosos progressistas que, no fundo, são conservadores disfarçados. O perigo bolchevista parece definitivamente afastado e tudo mostra que a França está decidida a encerrar com a maior energia os graves problemas que são a consequência da grande guerra.

"Aceite as mais afetuosas lembranças de seu muito amigo

Luiz de Orléans Bragança".

Depois dessa, recebi, ainda, em março de 1920, dias antes de sua morte, um postal, sem data, nestes termos:

"Prezado amigo. Muito lhe agradeço a sua interessante carta de 11 de dezembro. A decisão do Supremo Tribunal não me surpreendeu. Vejamos agora o que a Câmara vai resolver. Afetuosas saudações. Luiz de Orléans Bragança".

(6) A questão do banimento da Família Imperial do Brasil voltara à tona em dezembro de 1919, devido ao fato de ter o Dr. Goulart de Oliveira impetrado ao Supremo Tribunal Federal uma ordem de *habeas-corpus* em favor dos membros daquela família, pedido êsse denegado pelo Tribunal.

O deputado mineiro Francisco Valadares, pouco depois, apresentara à Câmara um projeto de lei revogando o banimento.

Em 3 de maio de 1920, na mensagem ao Congresso Nacional, o Pre-

Queria dizer a seu avô Casado ⁽⁷⁾ que muito estimo sabê-lo de vigorosa saúde, pois era êle que se incumbia de nossa correspondência durante nossa bela estada em Pôrto Alegre em dias de janeiro de 1885 ⁽⁸⁾. A Princesa e meus filhos gozaram desta esplêndida residência mais tempo que eu, enquanto eu dava a volta de tôdas as guarnições da Província até Uruguaiana e São Borja, voltando por Sant'Ana, Bagé e Jaguarão a Pelotas.

Estimo saber por sua carta que se fundou um "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" ⁽⁹⁾. A muitas pesquisas interessantes poderá consagrar-se esta útil associação, apresentando a história dessa heróica Província numerosos fatos memoráveis, principalmente militares; e, quanto à geografia, havendo ainda alguns pontos mal conhecidos, ao menos na região serrana.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, enviei eu, não há muito, meu Diário da Viagem Militar efetuada com o Imperador em 1865, por ocasião do cerco e rendição de Uruguaiana ⁽¹⁰⁾.

Receba, Sr. Dr. Armando, muitas lembranças afetuosas.

Gastão d'Orléans.

Já há tempo mandei que meu procurador no Rio assinasse por mim a excelente revista "Eco"; não me chega, porém, regularmente.

sidente Epitácio Pessoa propôs a revogação do banimento e a repatriação dos restos mortais dos ex-imperantes.

A 12 de julho de 1920, foi apresentado pelo deputado mineiro Bueno Brandão um projeto de lei no sentido indicado pela mensagem presidencial.

A 3 de setembro de 1920, o Presidente Epitácio sancionou a resolução legislativa decretada pelo Congresso.

(7) O major Manuel Bento da Fontoura Casado, nascido a 14 de dezembro de 1842 e falecido a 4 de junho de 1927, pai do Ministro Plínio Casado e padrasto de minha mãe.

(8) Durante a estada de D. Isabel nesta capital, foi inaugurada a estátua do Conde de Pôrto Alegre, a 2 de fevereiro de 1885, tendo proferido discursos o Visconde de Pelotas e o nosso saudoso consócio Aquiles Porto Alegre.

(9) Na minha carta de 8 de agosto de 1920, eu anunciava ao Conde d'Eu a fundação do nosso Instituto, do qual era presidente o Dr. Florêncio de Abreu, então, diretor do Arquivo Público e hoje desembargador aposentado. E' filho do senador do Império que tinha o mesmo nome.

(10) É o volume "Viagem militar ao Rio Grande do Sul", publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e editado, depois, na Coleção "Brasiliana", com interessantes notas do historiador Max Fleiuss.

CARTA.

Bordo do paquete “Brabantia”, 18 de
fevereiro de 1921.

Sr. Dr. Armando Dias de Azevedo.

As numerosas e incessantes occupaões que se acumularam durante minha por demais breve estada no Brasil tornaram-me impossível agradecer, até agora, a sua interessante carta de 19 de janeiro. Li, com muita satisfação, as notícias que me dá, e especialmente a da bela sessão cívica, celebrada... em justa comemoração de Suas Majestades, meus saudosos sogros ⁽¹¹⁾.

Muito nos penhoraram, como bem deve compreender as, por assim dizer, unânimes manifestações de afeto de que fomos alvo, meu filho e eu, em todos os pontos do Brasil por nós percorridos, sentindo vivamente não pudese nosso giro estender-se a outras não menos prezadas regiões. Admirámos o notável progresso realizado em toda a parte. Retiramo-nos saudosíssimos até outra ocasião. Desejo não tardar em receber, como me anuncia, o seu discurso de domingo 16.

Quanto ao boato de eu ter trazido para o Brasil umas memórias minhas, refere-se unicamente à narração (que com efeito entreguei ao Instituto Histórico e Geográfico) da viagem militar, em companhia do Imperador, que deu em resultado a libertação de Uruguaiana.

No almôço oferecido na Vila Militar pelas autoridades do exército, pronunciei um discurso que mandei publicar.

Ignoro os insultos de que me fala, dois de cujos autores me são desconhecidos, sentindo vivamente notar ago-

(11) Nessa sessão, entre vários oradores, pronunciei um discurso no sentido da confraternização dos brasileiros. E' a êle que alude o Conde d'Eu, mais adiante, nessa carta.

ra que são militares, e o terceiro só conhecido pelos seus escritos antipatrióticos relativos à guerra do Paraguai ⁽¹²⁾.

Receba muitas lembranças afetuosas.

Gastão d'Orléans,

Conde d'Eu.

São infundadas as palavras que, na imprensa francesa, me atribuíram, em seguida à minha chegada ao Rio de Janeiro. Abstive-me sempre de qualquer declaração.

18 - 2 - 1921: seguimento.

Afinal encontro, entre os papéis acumulados durante minha estada no Rio, o seu esplêndido discurso. Escusado é dizer que o li com a maior satisfação, admirando nele a belíssima construção da frase, a magnífica resenha da carreira do nosso saudoso Imperador, e também os versos, tão lindos, quer os de sua lavra ⁽¹³⁾, quer os transcritos. Aplaudi a menção do procedimento patriótico e generoso do Sr. Epitácio, que veio realçar ainda mais os méritos do notável caráter do atual Presidente ⁽¹⁴⁾.

Cordialmente agradeço as palavras consagradas a toda nossa família, aceitando, porém, para mim pessoalmente,

(12) No côro de homenagens quase unânimes à memória de D. Pedro II, cujos restos mortais haviam chegado à terra brasileira, houve pouquíssimas vozes destoantes, às quais me referi na carta de 19 de janeiro de 1921. Os dois primeiros eram o almirante Silvado e o general Joaquim Inácio e o terceiro o general médico Bagueira Leal, autor de escritos contrários à política do Brasil na guerra do Paraguai.

(13) Aí há equívoco do príncipe. Jamais poetei. Os versos que S. A. julgou meus eram provavelmente os de Magalhães de Azeredo.

(14) O aprêço em que o Conde d'Eu tinha o Presidente Epitácio Pessoa não nasceu do ato de justiça do mesmo, promovendo a revogação do banimento, mas lhe era muito anterior, como se vê d'êste trecho da carta que o príncipe D. Luiz me enviou a 4 de maio de 1919, quando Epitácio era embaixador do Brasil à Conferência de Paz de Versalhes e Presidente eleito da República:

“Meu pai encontrou-se no hospital brasileiro de Paris com o Dr. Epitácio Pessoa e devo dizer que êsse nosso patricio tem produzido excelente impressão nos meios (brasileiros e europeus) que êle frequenta”.

só o mérito da boa vontade e dedicação com a qual procurei servir o Brasil nos campos do Paraguai e nos anos da paz.

Mais uma vez, afetuosos agradecimentos,

Gastão d'Orléans.

CARTÃO (15).

De coração agradeço a expressão de sua simpatia em nossa grande mágoa.

Gastão d'Orléans, Conde d'Eu.
Castelo d'Eu, novembro de 1921.

CARTA (16).

Castelo d'Eu, 24 de Julho de 1922.
Sr. Dr. Armando Dias de Azevedo.

Sinto não ter podido, há tempo já, escrever-lhe. A separação de minha dedicada companheira de mais de 57 anos deixou-me muito abatido, e, ultimamente, acresceram sufocações cardíacas, que provavelmente me privarão, com grande desgosto meu, de realizar meu projeto de ir ao Rio tomar parte na celebração do centenário da Independência Pátria.

A alteração da minha letra mostra-lhe o declinar de minhas forças, e a dificuldade que tenho em escrever.

Deve fazer idéia quanto nos penhoraram as demonstrações havidas nessa capital por motivo do nosso irreparável infortúnio: a inserção, por proposta sua, dum voto de pesar, na sessão do Instituto Histórico, e as diversas missas rezadas.

(15) Cartão em *fac-simile* agradecendo os pésames pela morte de D. Isabel.

(16) Recebida a 21 de agosto de 1922, sete dias antes da morte do Conde d'Eu, ocorrida a bordo do vapor francês "Massilia", em águas territoriais brasileiras.

Queira receber meus sentidos agradecimentos e transmiti-los aos Srs. Cônego Balen, Olimpio Duarte, Nicolau Birnfeld Filho, que bem conheço por sua atenciosa correspondência, os quais, com o Sr., obsequiosamente promoveram a missa de 7.^o dia; igualmente ao Sr. Pedro Barcelos, também meu conhecido por correspondência. Estimei ver que se fizessem representar o Diretório do Partido Federalista e o Comitê pró-Bernardes. Procurarei escrever ao General Cipriano da Costa Ferreira, agradecendo as exéquias solenes a que se dignou presidir o Revmo. Arcebispo Metropolitano.

Desculpe não poder ser mais extenso, em razão de meu crítico estado de saúde, e receba o abraço dêste velho amigo

Gastão d'Orléans.

Dois documentos para a história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

HELIO VIANNA

(Professor catedrático de História do Brasil
na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universi-
dade do Brasil).

I — A escolha de Saturnino De Sousa e Oliveira para a presidência da província, em 1841.

Uma das fases mais curiosas da revolução farroupilha é a que se seguiu à maioria de D. Pedro II, conforme já têm assinalado os seus historiadores. Fracassada a tentativa pacificadora do ministro Antonio Carlos e do presidente Álvares Machado e substituídos no poder os liberais pelos conservadores, em março de 1841, ao governo imperial tornou-se conveniente a tomada de uma atitude mais decidida no Rio Grande, que lhe permitisse restaurar o quase perdido prestígio da autoridade.

Pensou-se, naturalmente, em um novo presidente para a província. E a escolha de Saturnino de Sousa e Oliveira, que já exercera o cargo em 1839/1840, não tardou a ser feita a atribuída à todo-poderosa influência política de seu irmão Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba.

Se é essa a *verdade provável*, não é, porém, a que encontra apóio em um documento ainda inédito e que adiante se transcreve. De acordo com o seu conteúdo, coube, realmente, ao próprio Imperador de quinze anos, a sugestão daquele nome ao seu recente mestre e novo ministro do Império, Cândido José de Araujo Viana, futuro Visconde e Marquês de Sapucaí.

Embora não tenha data essa carta, fácil será dá-la como de março de 1841. Nela aparece, clara, a insinuação para a nomeação daquele presidente, acompanhada, aliás, de idêntica sugestão, quanto a

substituir-se o comandante das armas, brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, pelo Conde do Rio Pardo.

Outro ponto que merece atenção, é o de atribuir o Imperador a notícia de que no Rio Grande eram desejadas tais designações, ao capitão-tenente Ernesto Frederico de Verna e Bilstein, sobrinho de D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, sua aia desde o nascimento, Condessa de Belmonte e Camareira-Mór em 1844.

Uma carta, enfim, que só se explica pela extrema confiança depositada em seu destinatário ou pela inexperiência política de seu signatário. Mais tarde, seria D. Pedro II incapaz de assinar um documento de tal natureza, pela cuidadosa reserva com que passou a se corresponder com seus ministros.

Acrescente-se, ainda, que a carta em aprêço, que de modo tão evidente contribue para esclarecer um período da revolução farroupilha, pertence à valiosa coleção de manuscritos do Sr. Francisco Marques dos Santos, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que gentilmente a colocou à nossa disposição.

E' o seguinte o seu texto:

“Snr. Candido

Aqui lhe envio um officio vindo de Santa Catharina dirigido ao José Clemente ⁽¹⁾ remetem (sic) um officio d'Alvares Machado que tem alguma cousa d'interessante. O Capitão Tenente Ernesto Frederico de Verna e Bilstein esteve ca vindo pelo mesmo navio, e me disse que o João Paulo marchava com uma columna não se sabe para aonde e que podia assegurar que o que mais dezejavão os Rio Grandenses era o Saturnino e o Conde do Rio Pardo.

D. Pedro 2.º”

II — *Política interna sul-riograndense, em fins de 1867.*

Durante a guerra com o Paraguai merecia especiais cuidados do governo imperial a provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, a maior fornecedora de tropas para a prolongada campanha militar. Assim, tendo como principal objetivo a organização do 3.º Corpo do Exército, foi nomeado seu presidente, a 27 de dezembro de 1866, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, que já se distinguira, pouco antes, na direção das provincias de São Paulo e do Ceará.

(1) José Clemente Pereira era o ministro da Guerra do Gabinete de 23 de março de 1841.

Um ano depois, tendo cumprido, com êxito, aquela delicada incumbência, para a qual contou com a dedicação do comandante do referido Corpo do Exército, general Barão de Herval, teve ocasião, o futuro Barão Homem de Melo, de se pronunciar a respeito da situação interna do Rio Grande. Em officio dirigido ao chefe do governo, Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, deu conta de certos aspectos relevantes da política e da psicologia sul-riograndense, para os mesmos inteligentemente chamando a atenção do Presidente do Conselho de Ministros.

Esse sensato officio confidencial, adiante transcrito, pertence, também, ao precioso arquivo do Sr. Francisco Marques dos Santos, que generosamente permitiu a sua divulgação através das páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*.

E' êste o respectivo teor:

PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Palacio do Governo em Porto Alegre 11 de Dezembro de 1867.

Confidencial.

Illmo.º e Exm.º Snr.

Como tive a honra de participar a V. Excia., em officio de 7 do corrente, a assembléa legislativa d'esta provincia encerrou os seus trabalhos no dia 6 do corrente, tendo votado todas as leis annuaes, e ficando finda a actual legislatura.

Por este facto está actualmente a provincia privada de representação politica.

Em vista do Decreto n.º 3.754 de 19 de Dezembro de 1866 não estou authorisado á mandar proceder á eleição respectiva para a renovação da legislatura; e nesta data consulto o Exmo. Snr. Ministro do Império á respeito (2).

Pelo vapor passado seguiu a representação que sobre esse assumpto a assembléa provincial dirigio ao Governo Imperial.

A imprensa toda na provincia, e os seus representantes na assembléa, que findou, declarão que o Rio Grande do Sul deve ser chamado á fazer parte da representação nacional, procedendo-se para esse fim á respectiva eleição. O adiamento da eleição provincial para alem do prazo legal, entendo eu, que por modo algum deve ter lugar. Seguir-se-hião d'ahi graves inconvenientes.

Com o encerramento da actual legislatura, desapareceo o unico órgão de representação politica, que havia na provincia. A marcha

(2) Era ministro do Império do Gabinete Zacarias, de 3 de agosto de 1866, o senador José Joaquim Fernandes Tôrres.

regular dos negocios da administração provincial soffre perturbação com a continuação d'esse estado de cousas, não havendo quem vote os recursos necessarios para as despesas publicas; e deixando-se por outro lado de exercer a fiscalisação dos actos da governação publica, conforme a indole de nosso systema.

Em presença d'esse facto novo, que agora se produz, qual é o encerramento da legislatura provincial, fazer entrar a provincia em pleno regimen constitucional, uma vez que desapareceo a causa excepcional, que determinou uma medida de ocasião, seria um acto de muito boa politica.

Tenho observado, que o espirito publico n'esta provincia é muito susceptivel, e torna-se necessaria muita previsão e madureza para dirigil-o.

Hoje é uma simples aspiração, que apparece expontaneamente, mas que contrariada pôde soffrer desvio e tomar uma direcção menos conveniente. N'esta provincia, sobretudo, ha um interesse bem entendido em prevenir as tendencias do espirito publico, satisfazendo o que ella encerrar de razoavel e legitimo, não permittindo que ambições inquietas se apoderem da questão, e a agitem como uma arma de guerra, desviando a opinião, e provocando inconsideradamente o animo irreflectido do povo.

Submettendo estas considerações ao esclarecido criterio de V. Excia., meo fim é unicamente inteirar á V. Excia. do estado da opinião na provincia sobre esta importante questão, sendo tudo quanto digo apenas uma informação, e recebendo eu com todo o acatamento a decisão ultima, que á respeito se dignar tomar o Governo Imperial, para lhe dar plena execução, como me compete.

Deos Guarde a V. Excia.

Illmo.º e Exm.º Snr. Conselheiro Zacharias de Goes e Vasconcellos. Presidente do Conselho de Ministros.

O Presidente

Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello"

Centenário da revolução de 1842 a da ação pacificadora de Caxias

(CONFERÊNCIA)

OTHELO ROSA

Da proclamação da independência, em 1822, à revolução “praieira”, em Pernambuco, de 1848, atravessou o Brasil uma fase tumultuosa, desconcertante, em que as agitações partidárias, e as lutas civís, repontavam sem cessar em todos os pontos do território imenso da Jovem Nação, condenada, assim, a forjar os lineamentos das suas instituições políticas e sociais num entrechoque trágico de idéias e de sentimentos.

Não raro, prevalece entre nós o critério simplista de considerar as chamadas “revoluções brasileiras” que irromperam, numa sequência dolorosa, nesse culminante período da formação nacional, como simples motins, meros e inescusáveis tumultos, explosões apenas de um espírito de anarquia e de desordem que dominara e avassalara uma parte do povo brasileiro, orientando em um sentido de permanente rebeldia os homens que foram, nesses trânses, os seus chefes, os seus mentores, os seus guias. E a êsse julgamento, superficial e injusto, não se forra, sequer, a maioria dos nossos historiadores que refugindo ao trabalho de uma análise percuciente e arguta da situação, das suas complexas causas determinantes, prefere a solução, cômoda e fácil, de uma impiedosa sentença condenatória.

Eu não sei, entretanto, senhores, de nenhuma geração mais digna do nosso respeito e do nosso culto cívico do que a dêsses admiráveis lidadores que, de um lado como de outro, pelejaram nas terras moças do Brasil a batalha formidável da consolidação de uma Pátria. A êsses homens, outorgara o Destino a mais alta e mais penosa de tôdas as missões: a de semear a claridade na treva; a esperança, no desânimo; a ordem, na confusão e no caos; a confiança, na incerteza; a liberdade, no fragor de contendias temerosas; a dignidade humana, nos crepúsculos dramáticos da violência. E mais do que tudo isso, o dever, inviolável e sagrado, de não mentir as aspirações e aos anseios de um povo que lhes confiara a sorte e o futuro, na hora pressaga e

terrível em que essa sorte era uma incógnita e êsse futuro, mais do que uma promessa, era uma ameaça.

Estiveram êles à altura do seu destino. De um lado como do outro, repito. Pois para medi-los pela mesma craveira, e honrá-los com a mesma admiração, basta refletir que êles foram as primeiras e gloriosas vítimas da confusão em que se debatia o Brasil, tanto assim que na sucessão alucinante dos acontecimentos, os acusadores de hoje são muitas vezes os acusados de ontem, os réus de ontem são muitas vezes os heróis de amanhã. Não lhes faltou, sequer, a coragem cívica do holocausto solene e público das próprias idéias, quando convencidos da sua inoportunidade, ou de que elas contrariavam os interesses supremos da Pátria. E a maior tragédia de muitos dêsses honestos, exemplares patriotas, foi, de-certo, o conflito interior entre a ação, que o momento tiranicamente lhes impunha, e os compromissos morais do seu passado. Transigem, aquí; tergiversam, acolá. Vacilam, infletam, na angústia de indecisões que não estão, propriamente, neles, mas que decorrem inexoravelmente das circunstâncias que os rodeiam, que os oprimem, e a que êles terão de curvar-se e obedecer, para alternar ou evitar maiores males, perigos maiores. Anima-os, porém, a uns como a outros, idêntica elevação e pureza de propósitos; inspira-os, porém, a uns como a outros, em qualquer das trincheiras em que se batam, um sentimento incorruptível e límpido de patriotismo. Salvar uma Pátria, era o destino dêsses homens; e eles salvaram-na. E depois de a depurarem no sofrimento, no contraste sangrento de tendências em choques, no crisol de lutas fratricidas, a que levavam intrepidamente o contingente precioso do seu pensamento e do seu sangue, êles, macerados pela dúvida, com as almas vincadas de amarguras, ocultando no coração os farrapos dos seus sonhos, guardando nos olhos a sombra erradia das suas esperanças, mas na plenitude divina de um esplêndido sacrifício cívico, que seria o viático da comunhão nacional, entregaram ao porvir a Pátria brasileira, forte, unida, integrada na consciência do seu direito e do seu dever, para as horas luminosas e grandes da paz, da ordem jurídica, do trabalho e da prosperidade.

* * *

As causas determinantes das revoluções brasileiras, no período da independência à abdicação de Pedro 1.º, durante as Regências, e em seguida à maioridade de Pedro 2.º, são de tal forma numerosas e complexas que não seria possível elucidá-las e definí-las no prazo curto que a polidez, ou mesmo a piedade pela assistência, traça a uma conferência pública.

E' mister, entretanto, apontá-las, as principais pelo menos, ainda que de relance, para a justa e necessária compreensão do que foi e significou o movimento de 1842, em S. Paulo e Minas Gerais, cujo centenário estamos comemorando.

As lutas pela independência nacional se haviam processado em um ambiente de entusiasmos varonís, não raro tempestuoso, reticenciado de esperanças e de malogros, próprio a consolidar no espírito dos brasileiros um vivo sentimento de desconfiança e de hostilidade ao poder da Metrópole, ou as simples delegações dêsse poder. A idéia de independência andou sempre, entre nós, confundida com a idéia de República. Fixar êste ponto, documentá-lo, nos fará compreender mais facilmente a atitude dos revolucionários. E eu vou tentá-lo repetindo, por amor à síntese, conceitos que já externei na Revista dêste Instituto Histórico:

“Ainda que imprecisa e vaga, mal definida, a tendência republicana dos brasileiros delineia-se, aflora, esboça-se em pleno período colonial. Quando, com a expulsão dos holandeses, criara a consciência da própria força, da sua relativa homogeneidade, posta à prova na aliança de lusos, e descendentes, negros e índios, o brasileiro pensa na liberdade, na autonomia, na emancipação, e propende, pela lei do contraste, a um regime de governo diferente do da Metrópole, que o oprimia e sacrificava, que era despótico e tirânico.

À idéia de monarquia, de absolutismo, êle era levado, logicamente, a contrapor uma outra qualquer, em que o poder público, o Estado, o governo, a autoridade, não fôsse uma imposição, algo de intangível e de indiscutível, que oprimia o homem em todo os seus anseios, explorava-o nas suas atividades, limitava-o nos seus direitos, sobrecarregando-o de encargos, de ônus, de vexames, e abandonando-o depois à própria sorte. Daí — e quem o observa é João Ribeiro — o fato de se confundirem as idéias de emancipação nacional, de nativismo, como as de democracia e de República. Daí — e quem o frisa é Jonathas Serrano — o fato de terem assumido caráter republicano as primeiras tentativas de independência no Brasil, e as revoltas que então se classificavam como movimentos separatistas.

A rebelião de Beckmann, no Maranhão, em 1684, conquanto fôsse precipuamente um protesto contra o monopólio da exportação e da importação, sobressaindo nela, assim, uma causa econômica, revela a tendência republi-

cana na organização do governo revolucionário. A representação de classes, aí estabelecida, bem como a assistência fiscalizadora dos “procuradores do povo”, documentam uma idéia de soberania popular, considerada indispensável na direção dos negócios públicos.

Na revolução pernambucana de 1710 a afirmação da idéia republicana já é clara e nítida. Organizar uma República no Brasil, é o fim do movimento. O mesmo João Ribeiro não vacila em chamar Bernardo Vieira de Melo de “caudilho republicano”.

A revolta de 1720, em Minas Gerais, é uma reação popular às extorsões do regime tributário em execução no distrito mineiro. O seu epígono e mártir, Felipe dos Santos, ao ser executado, corajosamente se conforma com o sacrifício, dizendo: “Jurei morrer pela liberdade...” E nessa liberdade havia o anseio pela independência e pela república.

Os inconfindentes mineiros, em 1789, “sonhavam com a República”, na frase do Sr. Pedro Calmon. Emancipar o Brasil de Portugal, como os Estados Unidos se haviam emancipado da Inglaterra, isto é, mediante a constituição de um regime democrático, eis o programa da Inconfidência. Ela é, no período colonial, a mais perfeita e mais completa afirmação da tendência republicana no Brasil.

Em 1798, na Baía, são os humildes, as classes populares, artífices e soldados, que se rebelam. Claramente, corajosamente, anunciam ao povo a República baiense, sob a chefia do alfaiate João de Deus do Nascimento. Traídos e denunciados por um soldado português, em 8 de Novembro de 1799, eram esquartejados os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lyra, e os soldados Lucas Dantas e Luiz das Virgens, êsses sonhadores anônimos que haviam desenhado, em campo branco, com cantos azul-celeste, a bandeira do Estado da Baía, na República dos Estados Unidos do Brasil, e que desmentem a versão corrente de que a idéia republicana no Brasil era o patrimônio exclusivo das classes cultas, de uma minoria de ideólogos.

Pernambuco, em 1817, mais uma vez se insurge. Domingos Martins, Barros Lima, os padres João Ribeiro e Roma, José Martiminiano de Alencar, o velho, são os expoentes de um pensamento republicano que os vai levar ao sacrifício e à morte”.

Sem embargo, a independência nos vem com o Império. “A Monarquia, escreve um eminente historiador, era uma transação e o triunfo moral da conciliação entre portugueses e brasileiros”. Os brasileiros aceitam-na, por amor à emancipação; mas condicionam a aclamação de Pedro 1.º à cláusula do juramento prévio da Constituição, excludora da tentativa de um governo absoluto. O preço da liberdade é a vigilância, ensinava-lhes o filósofo. E eles montavam guarda ao poder imperial que era para eles, por definição, um inimigo das liberdades públicas. Além do mais, o primeiro imperador era português: e o nativismo, suspicaz, olhava-o desolado...

E as suas preferências pelos elementos de sua origem, bem como, mais tarde, uma aspiração restauradora, de que participaria o próprio, e eminente José Bonifácio, seriam motivos de prevenção continuada!...

Afirmou um biógrafo que a tragédia de Bolívar consistira nisso: em ser um ditador nato em luta com os seus princípios morais. Creio que de Pedro 1.º poderia dizer-se o mesmo: um ditador nato, um absolutista por índole e por educação, em conflito com as suas promessas...

E as condições, humilhantes para nós, do reconhecimento da independência por Portugal, pagas pelo Brasil as despesas feitas para nos combater, mediante um empréstimo oneroso com a Inglaterra, e mantendo D. João VI o título de Imperador do Brasil, criou contra Pedro 1.º uma atmosfera mais pesada, que era de indignação por parte dos elementos que haviam lutado nobremente pela emancipação do país, e viam-na reduzida, nos termos do ratado de 29 de agosto de 1825, a uma concessão graciosa do pai amantíssimo ao filho muito prezado...

A divergência era inevitável: os liberais brasileiros, no fundo republicanos, eram logicamente federalistas. O que chamavam as “franquezas provinciais” eram para eles um princípio intangível. E assim como Pedro 1.º erraria, chamando ao governo homens suspeitos à opinião pública, divorciando-se da Nação pela prática de atos irrefletidos e violentos, sacrificando o seu crédito em aventuras reprensíveis, revelando, com intermitências, os seus pendores despóticos, os liberais iriam errar também querendo levar ao máximo as suas experiências descentralizadoras, invadindo as prerrogativas legítimas da coroa, exarcerbando o seu conceito de liberdade política e de liberdade individual.

A dissolução da Constituinte de 1823 é ponto culminante dessa primeira fase do dissídio. A outorga da Constituição de 25 de março de 1824, não o iludiu; ao invés, provocou a revolução desse mesmo ano, a Confederação do Equador, reprimida cruelmente e que deixaria, como acentua Euclides da Cunha, na memória de seus 14 enfor-

cados, os germes de outros elementos revolucionários. E o dissídio irá se agravando, dia a dia, até o desfêcho de 7 de abril de 1831, com a abdicação de Pedro 1.º.

A êsse tempo, já estavam perfeitamente definidas as duas tendências dominantes no país, que se iriam degladiar por mais de um decênio. Uma, conservadora, apoiada nas nossas incipientes fôrças econômicas — fôrças essas que tinham como suportes o latifúndio e o braço escravo, — e para a qual a monarquia era um regime necessário e definitivo, assegurando, na estabilidade que lhe é própria, a unidade nacional, e predisposta, assim, ao respeito pela autoridade. A outra, liberal, seduzida pelo brilho das doutrinas democráticas, enamorada da beleza dos princípios políticos, afastada, pela educação retórica, do contacto com as realidades, devota da liberdade, que considerava sempre em perigo, e que acreditava capaz de resolver todos os problemas.

Alie-se à diferenciação dessas duas correntes uma outra circunstância, que um sociólogo já indicou: — um desenvolvimento, político, muito avançado, em profundo contraste com a mais pobre das estruturas econômicas, — e teremos uma idéia clara do panorama brasileiro na época tormentosa que se vai abrir: a das Regências.

A abdicação fôra uma vitória liberal. A revolução francesa, de 1830, estimulara ainda mais aqueles políticos, “eruditos de olhos fixos na Europa e no constitucionalismo nascente”, na frase de um escritor.

Evaristo da Veiga, o grande jornalista, advertira em vão o Imperador nessas palavras mordentes: “Carlos X deixou de reinar; o mesmo aconteça a todo aquele monarca que, traindo os seus juramentos, tentar destruir as instituições livres de seu país”.

O ímpeto revolucionário, porém, fôra excessivo; desbordara pelo país inteiro, ameaçando subverter de todo a ordem pública. O padre Diogo Feijó, ministro da Justiça, da primeira regência, figura de porte invulgar na nossa história, terá de contê-lo e refreá-lo, mesmo contra os amigos e aliados da véspera. Um major, Luiz Alves de Lima e Silva, será, nessa dura emergência, o seu braço direito, o soldado que colocará a sua espada ao serviço da restauração da ordem civil.

Mas a corrente liberal, no estonteio das lutas, vai bifurcar-se: de um lado ficarão os *exaltados*, fiéis aos compromissos anteriores, para os quais a monarquia não era mais do que um regime de transição, preparatório da república e da federação; do outro, os moderados, que identificaram o princípio monárquico com a unidade da pátria, e tendiam a transigir, quanto aos princípios, em benefício da paz material e espiritual, necessária à consolidação da nacionalidade.

Dominando nos conselhos do govêrno, os moderados procuram

uma linha de conciliação, que se irá concretizar no Ato Adicional de agosto de 1834, que criou as Assembléias Provinciais e suprimiu o Conselho de Estado, estabelecendo a regência una.

Revoluções e revoltas, porém, deflagravam por todo o país. No Ceará, em 1831; em Pernambuco, em 1832; no Pará, em 1835; na Baía, em 1837; no Maranhão, em 1841; no Rio Grande do Sul, os farrapos perseveravam na luta.

Em 1835, Diogo Feijó é eleito Regente. Aquele padre, de energia de aço, vai enfrentar, mais uma vez, a terrível situação. Desencadea-se mais, sobre o lutador egrégio, uma oposição parlamentar tenaz e enérgica, em que se salienta o vulto de outro rijo batalhador: Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Em 1837, num exemplo magnífico de respeito à representação popular, Feijó nomeia ministro da Justiça o seu principal adversário, Pedro de Araujo Lima, e transmite-lhe em seguida o encargo de Regente.

Ia começar a reação. O princípio democrático iria perdendo o fascínio em benefício da centralização monárquica. Reagindo ainda uma vez, os liberais, com Antonio Carlos à frente, promoveriam a revolução branca da maioria de Pedro 2.º, antes do termo legal, em 1840. Governariam, porém menos de um ano; em 1841, o ministério de Paranáguá dará mais força ainda à reação, com a lei de interpretação ao Ato Adicional, que anulava as conquistas do federalismo; restaurando o Conselho de Estado; e decretando a lei de reforma do Código do Processo Criminal, de 3 de dezembro de 1841. Não para aí, a reação. A Câmara dos Deputados, de maioria liberal, é dissolvida em 1.º de maio de 1842.

Vem, então o recurso às armas. Em 17 de maio, em S. Paulo, e em 10 de Junho, em Minas Gerais, rompem os movimentos contra essas leis, inseparáveis um do outro pela unidade de seus motivos e dos elementos políticos que neles tomam parte.

Analisemos rapidamente as condições do partido liberal, para melhor compreender o seu desesperado gesto de revolta. Julgava-se injustificado porque alegava, em seu favor, ter, na independência permitido e conservado o regime monárquico; na abdicação de 1831, ter ainda conservado o trono, guardando e educando o imperador criança; na maioria, ter dominado o partido conservador, entregando a plenitude do poder a Pedro 2.º, antes da idade constitucional conforme expressões quase textuais do Conselheiro Tito Franco de Almeida. E quanto ao problema político, considerava as leis há pouco indicadas como violadoras do ponto fundamental do seu programa: a vigência dos princípios da Constituição, harmonizadas, porém, as prerrogativas de coroa com a autoridade das duas câmaras legislativas, e com os direitos e liberdades populares. A reação, para eles, tem

um aspecto mais grave: visa o extermínio do liberalismo no país. E são essas as condições psicológicas que os levam à revolta armada.

Esses paladinos das liberdades públicas guarda-avanzadas do constitucionalismo brasileiro, têm alguma coisa de românticos. O protesto armado assume aos seus olhos o caráter de um desagravo necessário, de um compromisso a que não podem fugir, sem deslize e sem desaire. Senão, vêde-os agora, neste episódio em que o espírito que os anima de todo se revela: após a derrota, os chefes do movimento estão ainda presos. O que fazem, na prisão? Fundam um jornal o "Itacolomy", e nele Thophilo Ottoni galhardo corifeu das hostes, explicando a fundação do periódico escreve:

"Reparávamos assim o grande êrro que havíamos cometido recrrendo às armas; não cessamos, porém, de estigmatizar os atos inconstitucionais que tinham dado causa ao movimento".

Os liberais de S. Paulo pretenderam ainda evitá-lo, com uma representação da Assembléia Provincial ao Imperador contra "as leis compressoras". Chefia a comissão o velho senador Vergueiro; o ministério, porém, não permite que a sua voz chegue ao imperante, sob o fundamento de desrespeito na linguagem.

A luta será rápida. Em S. Paulo estão à frente dos revoltosos Raphael Tobias de Aguiar Feijó, Vergueiro; em Minas Geraes, Pinto Coelho, Theophilo Ottoni, o cônego Marinho...

Quem comanda as forças legais é Luiz Alves de Lima e Silva, já marechal e Barão de Caxias. Militarmente, a sua ação é rápida e eficaz: em Venda Grande, os paulistas, em Santa Luzia, os mineiros, serão derrotados os revoltosos e, entregues os seus chefes à justiça, onde serão quase todos absolvidos, ou, com subsequente anistia, encerrar-se-á o episodio.

* * *

Estranha, surpreendente, impressionante personalidade, a de Luiz Alves de Lima e Silva, duque de Caxias. Soldado, por tradição familiar, por educação, por índole, êle, no seu país, só fará a guerra, para na guerra cimentar a paz. A sua espada, destrói sempre o menos possível; e da própria ruína, quando inevitável, visa criar alguma coisa. Mais do que uma arma, é um emblema: e nesse emblema, em vez das imagens do ódio e da morte, refulgem as da esperança e da vida.

Quando o dever o leva a combater os seus irmãos, êle tem sempre, antes da batalha, um gesto de fraternidade; depois da batalha, um gesto de acolhida.

General valente, capaz, enérgico, bom sabedor de ciência militar, não o fascinam, entretanto, os esplendores da vitória contra os seus patrícios: só os vence, quando obrigado; e a um tedéum pelo tri-

umfo, êle prefere a prece pelos que morreram, nas suas fileiras ou nas fileiras dos adversários.

Testemunha inteligente e atenta do drama da nossa formação, Caxias compreende admiravelmente as circunstâncias e motivos que levam os seus concidadãos às lutas civís. Das duas correntes que se defrontavam, no panorama político do Brasil, êle se filiou àquela que representava, no seu ponto de vista, o verdadeiro interêsse nacional, e serviu-a com inexcusáveis denôdo e lealdade. Uma modelar educação cívica, porém, salvou-o sempre de ver, nos seus antagonistas e adversários, simples criminosos sôbre os quais devesse cair, impiedosa e cruel, a repressão pela fôrça. O pensamento, para êle, nunca foi um crime; podia ser um êrro. A revolta poderia ser um pecado: combatia o pecado, sempre com a generosa ambição de salvar o pecador. Combatia, na hora necessária; terminada a refrega, o vencido era, aos seus olhos, um brasileiro, digno de simpatia e de respeito.

Vencidos em Santa Luzia, foram presos diversos chefes da revolução.

Conta-nos Rocha Pombo:

“Algemados, e presos dois a dois por grilhões, saíram da cadeia de Sabará e marcharam a pé, no meio de grande escolta comandada pelo tenente-coronel Marinho, para a cidade de Ouro Preto. No arraial de Congonhas foi, porém a leva alcançada pelo capitão Bento Leite, que por ordem do barão de Caxias foi aliviar de tais vexames os presos. E dali por diante seguiram estes a-cavalo, e acompanhados pelo dito capitão Leite, incumbido de protegê-los.”

Aí está, definido, um caráter. Caxias, o brasileiro vitorioso, se faz, mesmo de longe, o protetor do brasileiro derrotado.

Das mãos dos rebeldes, êle arranca as algemas, porque prefere apertar-lhes as mãos.

E assim, Caxias, com incomparável senso patriótico, pacífica, une, congrega, vendo sempre, nos adversários do momento, valores humanos, com que se deve contar para a obra ingente, em que êle foi dos artífices maiores, da consolidação nacional.

Em S. Paulo, a cena é expressiva, é eloquente, de uma significação histórica profunda.

Feijó e Caxias...

O ministro e o major de 1832...

Êste, em plena maturidade, na glória de uma ascensão... Aquelle, velho, paralítico, vizinho da morte, sustentado apenas pela energia indomável.

O moço, o forte o vencedor, comove-se: “Só o dever de soldado me importaria o doloroso dever de vir prender o snr. senador Feijó, um dos chefes do movimento revoltoso. Convido-o a acompanhar-me”.

O velho, o vencido, mantém-se inalterável, na inflexibilidade espartana da sua divisa, “de antes quebrar que torcer”.

“Estou as suas ordens”.

E’ um símbolo, êste encontro.

As duas correntes, pela última vez, se defrontavam. A revolução de 1848, em Pernambuco, seria a derradeira, fugaz tentativa de agitação partidária. Galvaniza-a, o destemor de Nunes Machado, orador de bom quilate, que morre bravamente na guerrilha, como um Cyrano de Bergerac, acenando para a posteridade com o seu penacho branco... Pedro Ivo, o herói insubmisso, a essa arremetida final dará um lindo matiz de legenda...

Mas o que se desdobra, nos horizontes do país, é o perodo remansoso do segundo império, com a vitória definitiva das tendências de conservação e de equilíbrio. Os partidos políticos, cansados dos embates, renunciando aos entreveros, iriam propiciar ao marquês do Paraná o ponto morto da Conciliação de 1853.

E’ um símbolo aquele encontro.

Feijó, era a sombra gloriosa do passado; Caxias, a imagem iluminada do futuro. O Brasil escolhera. Anceiava pela paz, pela união, para na união e na paz forjar a sua grandeza. Mas Caxias, o moço vencedor, emocionado e respeitoso diante de Feijó, o velho vencido, emblemava soberbamente a sua Pátria, no que ela tem de mais puro e mais humano: o seu espírito de fraternidade.

(Trabalho lido, em sessão comemorativa, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a 9 de Junho do corrente ano).

O Menino Diabo

Manoel Duarte

Consta do famoso Itinerário de 1773 o “Transito por onde hão de marchar as Companhias de Cavallaria de Voluntarios Reaes de São Paulo para o exercito do Rio Grande do Sul”, no trecho de Lages para Viamão:

“... Daqui se passa ao Rio das Camizas. Este Rio se passa a váo com muito trabalho por ser perigozo.

“Daqui se passa a I.^a Fazenda de Cima da Serra, chamada “o *Menino Diabo*... 3 leguas, algum comodo.

“Daqui se vay ao Rio das Tainhas.

“Ha aqui algumas fazendas... 4 leguas, sem comodo...”
(Doc. Int. vol. 35, p. 59)

Por outro lado, lê-se na preciosa compilação recolhida por Norberto Teles Vilas Bôas, em seu inesgotável documentário histórico-jurídico:

“Escritura pública em que Manuel de Barros Pereira vende ao Capitão Miguel Pedroso Leite e a José Pereira Duarte, a 3 de fevereiro de 1773, uns campos que possui desde 1747, em Cima da Serra, com os seguintes limites e confrontações: Ao Norte e Nordeste a Serra do Mar; a Leste o Capão das Congonhas, onde o dito vendedor fez a primeira caza. Ahi nascem dois rios, um para o das Camizas, e o outro para o das Tainhas, pelos quaes se divide com campos do falecido Cristóvão de Abreu Pereira; e pelo Sudoeste vão os mesmos rios nascidos em Congonhas dividindo até fazerem barra no das Camizas e das Tainhas e Antas...”

Ora, já destas alturas se confere que o “Itinerário das Tropas Reaes” transpunha o rio das Camizas, de cuja margem esquerda se adentrava na “I.^a Fazenda de Cima da Serra”, e que, entre esse rio

e o das Tainhas, percorria a extensão de sete léguas batidas. A essa Fazenda assinalada invoca o Itinerário o batismo tradicional: — “*O Menino Diabo*”. Ademais, já se sabe que os limites e confrontações da Fazenda de Barros Pereira entestam no Capão das Congonhas e, daí, fraldejam os dois rios que dêle brotam, até fazerem barra, respectivamente, nos rios das Camizas e das Tainhas. Finalmente, descem por estes, até que se lancem no rio das Antas. Logo, de afirmar é que a Estância “*O Menino Diabo*” é, integralmente, o mesmíssimo latifúndio que pertenceu a Manuel de Barros Pereira. Isto é: a “1.^a Fazenda de Cima da Serra...” na região mesopotâmica entre os rios das Camizas e Tainhas. (I)

Já agora, pois, o único interêsse relevante estaria em perquirir causa e origem do topônimo histórico. Dêste lanço se impõe dúplice interrogação à mudez impassível do passado: — Seria Barros que batizou, com a malícia dêsse epíteto jocoso, o seu grande imóvel? Ou, seria apelido de guerra do célebre titular solarengo que automaticamente se plasmasse no seu gigantesco domínio da Serra Acima?

Difícil, o deslinde. Sem embargo, localizada, topograficamente, essa Fazenda babilônica, reduzidas ficarão ambas as perguntas, integradas nesta proposição indagativa: — Qual a relação onomástica entre êsse latifúndio e o seu proprietário?

Em verdade, só a inspiração no afortunado manuseio de antiquilhas espancaria, talvez, a merencória nebulosidade que obscurece êsse período sem história. Ainda bem que nosso opulento Arquivo arquidiocesano, aberto diuturnamente à franquia dos pesquisadores, guardaria a chave mestra dêsse enigma do povoantismo gaúcho. De feito, lá estaria, ao puro esmar do acaso, na mais provecta Estante de nossos dias “idos e vividos”, já quase ilegível, entre páginas corroídas do Tempo, no Livro áureo de Viamão, — o predestinado acantonamento povoantista que assimilaria sucessivas correntes migratórias e nos plasmaria o Rio Grande —, lá estaria a pitoresca decifração do ingênuo mistério diabólico. Ei-la, pois, textualmente:

“Aos des dias domes de Setembro de mil setesentos, e cincoenta e seis annos, Nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Baptizei epus os Santos Oleos a Maria Maldalena filha legitima de Ignacio Jose de Mendossa ede Margarida da Exaltasão pardos forros elle natural da Villa de Santos do Bispado de São Paulo filho natural do Padre Jose de Mendoça, e Sá, e de Ana escrava sua, ella filha natural de Manuel de Barros Pereira o menino *diabo por alcunha*. Foi padrinho por Procuração o Governador do Rio Grande Pascoal de Azevedo Silveira,

“e para constar por verdade fiz este assento, dia e era ut
“supra, Viamão.

“O Vigario Jose Carlos da Silva”. (Fls. 125 v do Livro
n. I de Batismo de Viamão).

De modo que Manuel de Barros Pereira, o mais antigo Tropeiro famoso e primitivo povoador do Nordeste riograndense, natural da Ilha de Santa Maria, foi o detentor desta alcunha memorável: — Menino Diabo —. Tal cognome diversivo, porém, só perduraria, galvanizado na maravilhosa imensidade latifundiária, enquanto domínio do insigne Fronteiro. E a afirmativa é semostrante. Assim que, nove anos após, revendida, pelos dois adquirentes (1782) a Antonio Gonçalves Padilha; relacionada, pelo novo titular, perante a autoridade censuária, no Recenseamento de 1784, — descrita seria, e sempre, sob a uniforme invocação de — Fazenda de Santa Bárbara — cujo designativo localista até hoje se conserva.

Certo, inviolável segrêdo envolve a razão integral daquela nomeada simbólica. Contudo, na trepidação crepuscular daquele espantoso ciclo mal extinto, ainda se adivinham tênues relêvos de ante-cena rocambolesca, já agora velada à mais discreta perquirição contemporânea. Tudo, inexoravelmente vago, esbatido de brumas, anegado na escuridão melancólica das distâncias, em tórno dessa vida prodigiosa, culminada em lances de amor senil. Porque a sua mocidade, Barros deveras a enteceria de prosaicos enlevos de luxúria negrista, cujos estigmas afro-arianos se caldeariam na humilde filha inocente, que traria a predestinação de lhe perpetuar o sangue vigoroso no heróico plasma gaúcho, meteoricamente vinculada ao destino errante dessoutro espécime do acaso, vindo de idílios sacrílegos...

Em verdade se confere que Barros, já em plena vetustade de lutador destemeroso, se casara, em 1773, com a jovem lusitana, ilhoa de origem, Lauriana Joaquina Pereira, filha do casal de número, assistente em Santo Antonio da Guarda Velha, — Antonio Vieira Mercador e Maria Severa. Dêste consórcio não houve prole. E isto se descobre da leitura do testamento de Lauriana. Esta convolariá a segunda núpcias com o tenente João Pereira Chaves, reinícula, filho de Gervasio Pereira e Maria Alves. Chaves fôra viúvo de Gertrudes de Lima, filha de José Rodrigues Nicola, português, e de s/m. Inês de Lima, natural da Colônia do Sacramento, conforme explica o próprio Chaves no exórdio seu testamentário. Já do testamento de Lauriana se verificaria que, por morte de Manuel de Barros Pereira, se procedeu a inventário, em Santo Antonio da Guarda Velha, cujo Fôro primitivo, com jurisdição sobre a terça parte do Rio Grande do Sul, infelizmente se transformaria em túmulo geneológico da família riograndense, onde inesti-

máveis autos antigos desapareceriam para sempre, posto que obrepticiamente se andem êles oferecendo à venda, em pecaminosas mãos de mercadores...

* * *

Agora, outro prima desta já enfadonha destriça vetusta. Margarida da Exaltação e, também, de Barros Pereira, matrimoniou-se, pois, em 1755, com Inacio José de Mendonça, nativo de Santos e filho do respectivo Padre cura José de Mendonça e Sá. Inacio fôra viúvo de Antonia Maria Gonçalves de Pontes, igualmente natural de Santos e falecida em Santo Antonio da Guarda Velha (1753). Mendonça era antigo posseiro na Serra de Viamão, no sítio onde êle próprio declara, em súplica de sesmaria, que “ha bastantes annos esta cituado com cazas e Rossas na borda do matto Geral da Serra de Viamão entre o corgo da Guarda Velha, cabeceiras do Rio Gravatahy, e a paragem chamada O pulpito...” (Rev. do Arq. Públ. mineiro, Ano XXIV, p. 153) Certo, dote antenupcial de Barros a sesmaria, concedida no próprio ano do casamento da filha única, com o novo sesmeiro, que, logo depois, também possuiria escravos...

Do matrimônio de Mendonça e Margarida, que “faleceu variada”, em 1760 e... (ilegíveis dia, mês e ano. Nos Livros de Batismo se vê, porém, que, em 1764, nove anos depois dêsse casamento, já era viúvo Mendonça) ficaram cinco filhos, os quais sucederam ao avô, Manuel de Barros Pereira, falecido em 1777. Seus bens se repartiram, metade aos cinco netos e, metade, à viúva Lauriana, em cujo preâmbulo testamentário é que se colheriam estas preciosas informações, a pique de perdimento.

* * *

Foi-me felizmente possível identificar êsses cinco netos do grande Fronteiro e povoador gaúcho, cujas indicações jaziam esparsas nos Livros eclesiásticos de Viamão e Guarda Velha. São estes:

- 1) Maria Madalena, c/c Manuel dos Santos Rangel;
- 2) Francisca Inacia, c/c Miguel dos Santos Leão;
- 3) Marcelino Antonio de Barros Pereira;
- 4) Antonia Inacia, c/c Manuel Gonçalves Ribeiro, filho;
- 5) Mariana Inacia, c/c José Manuel de Jesus.

* * *

Já dêstes cimos retirantes, bem é que se responda à pergunta do preclaro e infatigável desvendador do glorioso passado riograndense,

general Borges Fortes: — Manoel de Barros Pereira é, também, tronco secular da veneranda árvore genealógica do Rio Grande do Sul, desdobrado nesses esgalhos conferidos, dos quais, as quatro netas deixaram larga descendência, em Santo Antonio da Patrulha e Osório, onde viveram.

* * *

(I) A contiguidade topográfica e os limites territoriais entre a sesmaria de Manuel de Barros Pereira, de 1747, e a do insigne Cristovão de Abreu Pereira, concedida em 1755, prestam-se a gerar confusão e engano. De sorte que indiferentemente se localiza, nesta ou naquela, o epíteto de — “Fazenda do Menino Diabo”. Rápido confronto de circunstâncias reivindicará, porém, aos domínios daquela personagem histórica, o topônimo pitoresco, oriundo do sabido fenómeno de contaminação extensiva.

Efetivamente, ambos os imortais sertanistas portugueses foram contemporâneos e, seguramente, entre eles jamais teria havido a mínima rivalidade ou antagonismo possessório. De conjecturar é que se houvessem acantonado ao mesmo tempo nos imensos domínios serranos, onde elegeriam suas posses babilônicas. Razoavelmente apareceriam nos Campos de Cima da Serra, cerca de 1742, quando ali surgiu a primeira e forte leva de apossadores territoriais: — Pedro Chaves, Antonio Francisco (Raposo) Antonio Corrêa Pinto, José Antonio Cardoso, Antonio Gonçalves dos Reis, Tomé de Almeida Lara, Francisco Pereira Gomes, José Pinheiro de Melo, Francisco Gonçalves, José da Silva, José Pereira Duarte... Foi por este tempo que Barros e Cristovão de Abreu se estabeleceriam entre os rios das Tainhas e das Camizas, cuja região mesopotâmica amistosamente repartiriam entre si. Cristovão escolheria a parte levantina, enquanto que Barros preferiria o quadrante ocidental daquela imensidade inculta. Em 1747, Barros obtém carta de sesmaria à sua dilatada posse. O eixo de seus domínios, “com fundos para o Rio das Antas”, é o Capão das Congonhas, “donde nascem dois rios, um para o Rio das Camizas, e o outro para o Rio das Tainhas, e por estes até o Rio das Antas”. Ao passo que os campos de Cristovão, cujas lindas têm por pião o mesmíssimo Capão das Congonhas, ficam “entre os Rios das Tainhas e Camizas... fazendo testada no Capão das Congonhas com as vertentes de hua, e outra parte, e costiando pelos dittos Rios com fundos que dêr a Serra donde tem o seu nascimento...” (Rev. do Arq. Pub. mineiro, Ano XXIV, p. 171).

Ora, de tudo isso se colhe que são místicos, mas, inconfundíveis, os domínios territoriais de ambos esses famosos povoadores, os quais apenas se extremam pelo Capão das Congonhas e pelas duas verten-

tes que dêle rompem e correm para os dois grandes rios — Camizas e Tainhas. Lançadas essas nascentes nos dois rios históricos, afastam-se os gigantescos perímetros dêsses notáveis sesmeiros: — os de Barros seguem, à jusante, até o rio das Antas, ao passo que os de Cristóvão se voltam, “com fundos que dêr a Serra”, a montante das duas bacias fluviais. Em suma, aqueles descem; estes sobem, pelos flancos dos dois rios divisórios, que, de-fato, os delimitam com estranhos posseiros.

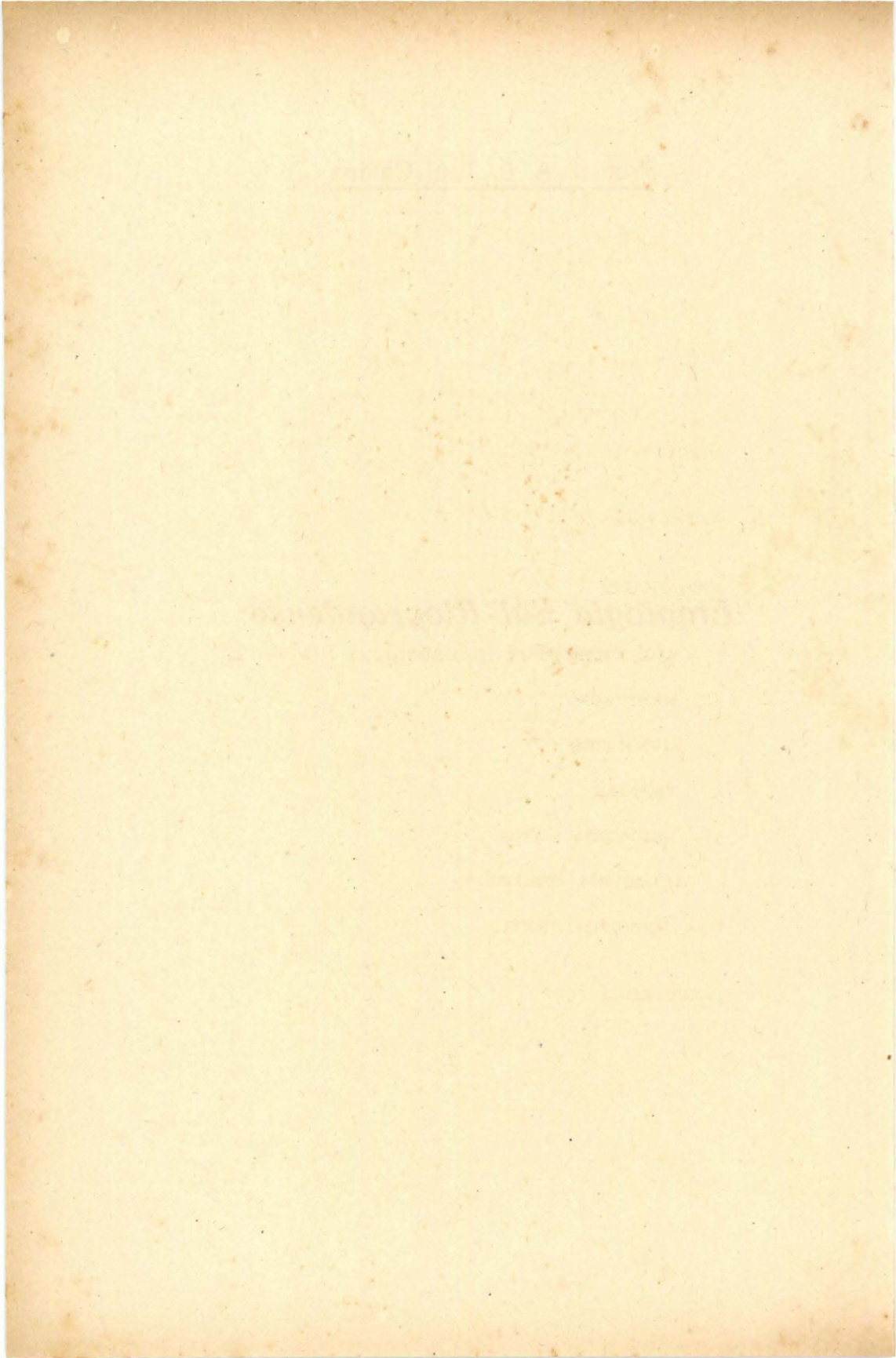
A sesmaria de Abreu, obtida em 1755 (4 meses e 29 dias antes de sua morte, ocorrida a 22 de novembro dêsse ano: — desvendou-o Aurelio Porto) teve por designativo localista o batismo de — “Estância Grande”. Desaparecido o grande sertanista, seriam êsses campos arrematados, em Praça, por João Batista Feijó, com o mesmo topônimo — Estância Grande —. Feijó recebe carta régia, em 1766, sob a imutável invocação de — Estância Grande —. Quer entre Cristóvão e Barros, até 1755; quer êste e Feijó, até 1773, nunca haveria pleito ou litígio sôbre as suas terras contíguas, cujos limites seriam precisos e, pois, estabelecidos mediante aprazimento recíproco.

Finalmente, impróprio seria que se também atribuísse à Fazenda do grande Abreu o inexpressivo apêndice de — Menino Diabo — cuja alcunha, já definitivamente identificada, nunca pertenceu à sesmaria de Cristóvão, nem a seu excelso titular, mas, exclusivamente, a Manuel de Barros Pereira, automaticamente extensiva a seu histórico domínio serrano, enquanto propriedade de seu ilustre fundador, e por onde cruzava, ao Poente das Congonhas, o célebre Itinerário Real, que descia de São Paulo.

Prof. J. A. L. Tupí Caldas

Etnologia Sul-Riograndense

ESBOÇO FUNDAMENTAL



Q U A D R O D A M A T É R I A

INTRODUÇÃO

A — ANTHROPOLOGIA

B — ETNOGRAFIA

1 — AMBIÊNCIA FÍSICA — GEOGRAFIA HISTÓRICA

2 — HABITAÇÃO

3 — ALIMENTOS

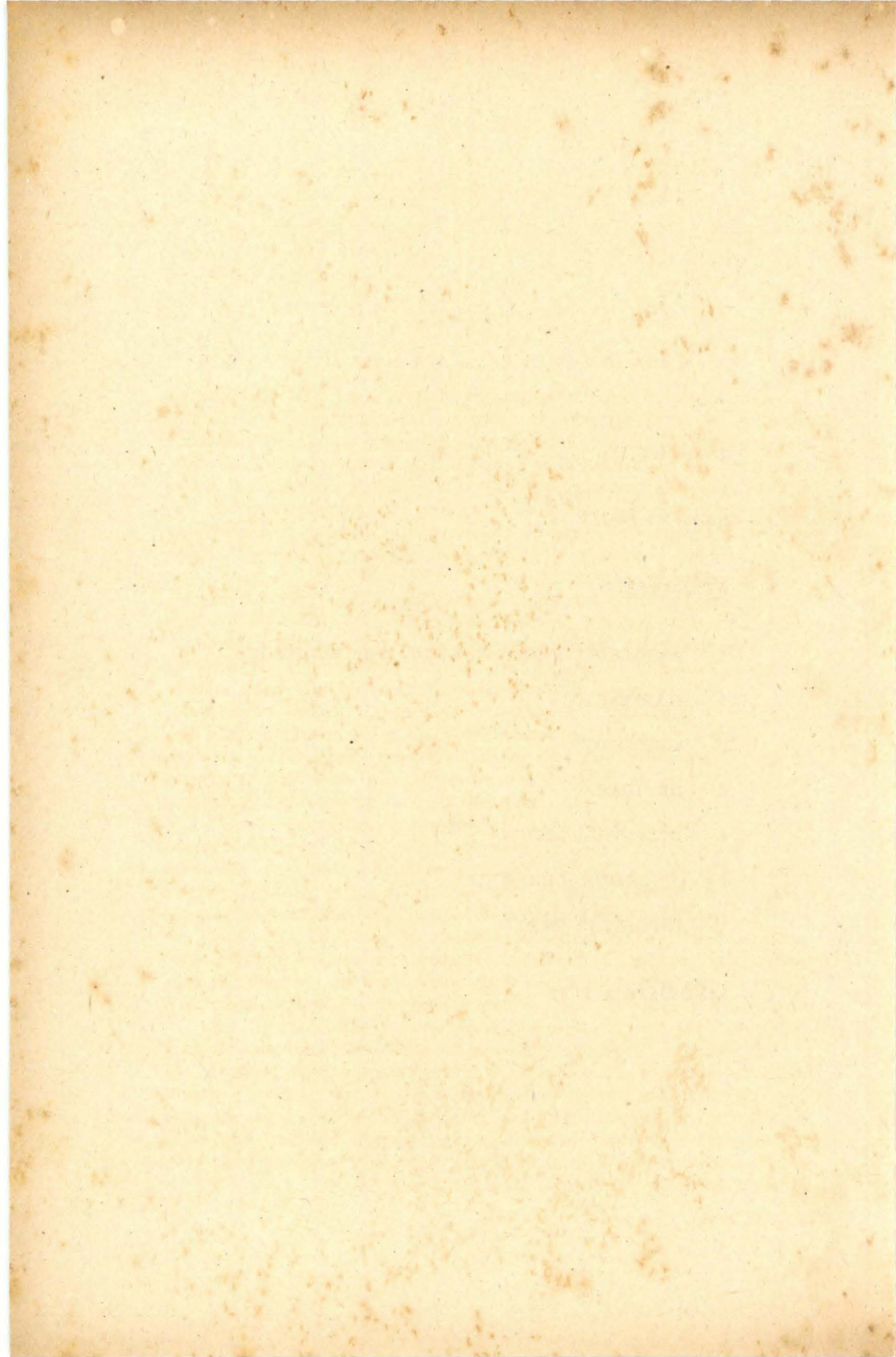
4 — BEBIDAS

5 — INDÚSTRIA LÍTICA

6 — INDÚSTRIA CERÂMICA

7 — INDÚSTRIA TÊXTIL

C — LINGUÍSTICA TUPI



INTRODUÇÃO

Questão importante no estudo da história americana é a que tem como objeto a classificação do Homem encontrado no Novo-Mundo, no século XVI, pelos colonizadores europeus; grandes dificuldades apresentam-se à nossa inteligência quando tentamos distribuir inúmeras populações humanas em categorias distintas, considerando como característica predominante a nomenclatura de grupos primitivos, inscrita nas páginas dos livros de cronistas quinhentistas e seiscentistas ou colhida em documentos da vida administrativa de colônias européias nascentes em terras do Continente de Colombo.

Os agrupamentos humanos, classificados pelos cronistas dos séculos XVI e posteriores, são melhores conhecidos pelos estudos modernos de etnografia, quando abandonados os frágeis critérios das primitivas e múltiplas denominações das tribus americanas, o problema passou a ser examinado sob novo aspecto, dando-se relevância à morfologia e à linguística, na perfeita obediência à técnica etnográfica.

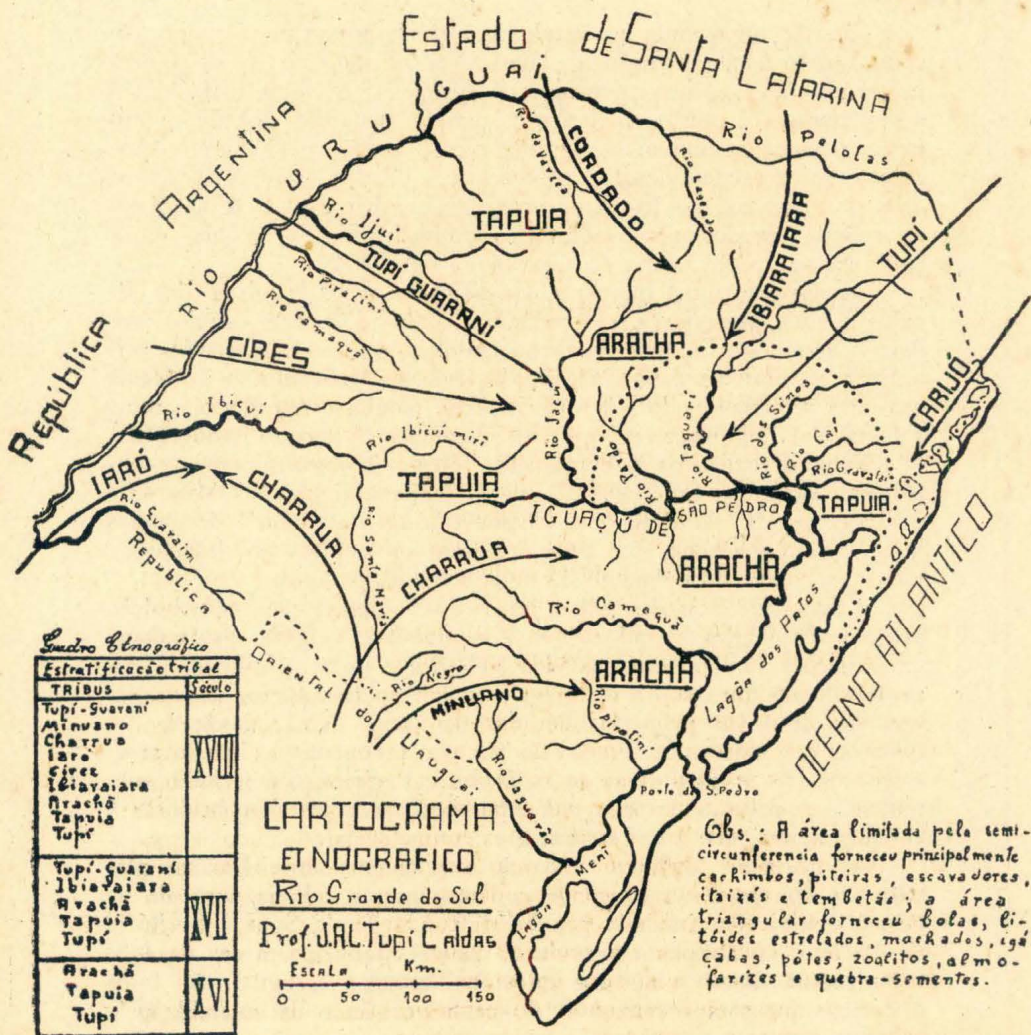
Estudos realizados modernamente sobre o Homem americano, encontrado no nosso Continente, desde as regiões frígidas do Alasca até as áreas geladas da Patagônia, demonstraram a existência de grupos humanos homogêneos, que desapareceram ou tendem ao desaparecimento, a contar do momento da descoberta da América.

A independência das tribus americanas imposta pela constituição anátomo-fisiológica, geradora duma mentalidade própria, proveniente de condições fundamentais da vida biológica e social primitiva, sofreu profunda mudança sob a direção dos colonizadores portugueses e espanhóis, desde às primeiras décadas do século XVI; desde às sequências que marcam a fixação do Homem europeu, no planalto americano ou nas áreas litóreas do Atlântico e Pacífico, o ameríndio submeteu-se à pressão da vida ocidental, imposta pelos descobridores e conquistadores, que administram a estrutura social.

A vitória de Anchieta fundando uma colônia ameríndica no planalto de Ipiranga, em constante contacto com a colônia européia de São Vicente, essa fundada por Martim Afonso de Souza; a vitória de Pizarro, no antiplano peruviano, contra Atahualpa, a-par da ação colonizadora dos Jesuítas nos vales do Paraná e Uruguai, são fatos históricos que comprovam, à evidência, a pressão social exercida pelo Homem europeu.

Os agrupamentos humanos autóctones que habitavam o território, que constitue a superfície do Estado do Rio-Grande-do-Sul, podem ser estudados sob os seguintes pontos de vista:

- A) Antropológico
B) Etnográfico
C) Lingüístico



A — ANTROPOLOGIA

Estudando os caracteres biológicos dos indivíduos ameríndicos, procurando registrar os dados morfológicos e fisiológicos que os aproximam, investigando a raça a que pertencem; indagando quais foram os elementos característicos da vida grupal dos aborígenes, catalogando e descrevendo os utensílios, às armas, os hábitos, os costumes e às instituições chegamos a determinar os ciclos culturais, variáveis nos períodos sucessivos em espaço limitado sob pressões sociais, como exigem às normas de pesquisa etnográfica; as afinidades das palavras articuladas pelo Homem ameríndico levaram a uma distribuição em grupos ou famílias linguísticas, ordenando classificações segundo os idiomas.

Somos obrigados a reconhecer que às crônicas do primeiro século de colonização da América, constantemente, indicam *tribus*, *populos* e *nações*; sem dúvida, tal nomenclatura do século de quinhentos nada mais significa que agrupamentos humanos, dispersos em áreas geográficas, de maior ou menor importância para os colonizadores europeus; de modo algum os colonizadores usaram a nomenclatura supra indicada para servir à uma hierarquia de associações sociais; assim, as denominações dos autores antigos — Tribu Tupí, Povo Tupí, Nação Tupí, bem como, Tribu Aimoré, Povo Aimoré e Nação Aimoré —, não trazem à inteligência a afirmação de fases sucessivas de organização social de dois grupos ameríndicos.

Admitimos que na América do Sul, em época anterior ao descobrimento pelo europeu, existiam agrupamentos humanos apresentando homogeneidade de tipos físicos, verdadeiras raças distintas. No decorrer de séculos essas raças primitivas, grupos de indivíduos de tipos somáticos rigorosamente idênticos, realizaram migrações, colocaram-se em perfeitos e continuados contactos, produzindo-se modificações nos tipos primitivos. Novos agrupamentos humanos assim originados pela *mestiçagem aborígene*, determinaram, nas próprias ambiências, o afrouxamento dos fatores de coesão; as línguas americanas, que se encontravam em evolução progressiva, caíram em decadência, desaparecendo a cultura autóctone.

Aos portugueses e espanhóis do primeiro século de colonização foi dado observar e reconhecer a maior mistura das raças primitivas;

os produtos da mestiçagem não têm, quando formados, as características das raças americanas puras.

A existência do mestiço aborígene, produto da mistura de raças americanas primitivas, vai ser ampliado nas colônias portuguesas e espanholas, onde fazem emigrar grupos de homens e mulheres solteiras, para casarem com pessoas de outros agrupamentos longínquos, caracterizados por outra língua, outra cultura e dados morfológicos distintos.

O que o europeu encontrou aqui, no Rio Grande do Sul, quando iniciou a colonização, foi um mestiço aborígene, possuindo línguas e culturas diferenciadas, obrigado a recuar de fronteiras primitivas.

O agrupamento ameríndico que, sob direção jesuítica, fixou-se no vale do Alto-Paraná e, posteriormente, no vale do Uruguai era constituído de indivíduos de tipos somáticos diversos, verdadeiros mestiços aborígenes, cujas origens remotas são encontradas nas raças paléo-ameríndicas. Tal fato tem passado em desaperecebido a alguns dos nossos estudiosos de história e geografia, donde dificuldades, embaraços, equívocos e erros na classificação dos tipos somáticos do Homem ameríndico, num quadro sistemático.

Graças a identificação de tipos fósseis e ao reaparecimento de tipos semelhantes aos antigos, em indivíduos formados sob as leis da herança biológica, podemos encontrar seguro caminho para estabelecer uma classificação dos grupos humanos, que habitaram na América Austral, no setor sul-riograndense.

Reconhecemos nos mestiços aborígenes, que habitaram o Brasil Meridional no século XVI, formas sensíveis de modificações de raças primitivas puras; o erro relativo cometido pelos autores coloniais, continuado pelos cronistas recapituladores mais próximos, induziram a novos enganos e desacertos; o desvio do bom caminho, atendendo a lição de Eichtedt, Haddon e Montandon, etnólogo e etnógrafos de renomadas expressões científica não deve continuar aberto; estrada fendida em terreno silvestre melhor vereda esbagoada do passado, onde autores inteligentes limitaram-se a descrição sucessiva de inúmeros *agrupamentos tribais*, verdadeira série de nomes próprios de *clans*, formadas de um certo número de *famílias naturais*, deve ser definitivamente abandonado.

Anteriormente, em 1587, o nosso Gabriel Soares de Souza, quando escreveu sobre os naturais do Brasil, in "Roteiro de uma viagem ao Brasil", dedicando-o ao Rei de Portugal d. Felipe II, da dinastia de Habsburgo, que também era rei de Espanha, procurou fazer obra original, com informações além das de categorias geográficas.

Nas páginas escritas por Gabriel Soares de Souza ficaram gravadas as seguintes tribus, que habitavam ao longo da nossa costa atlântica:

1 — Tapuias-do-Norte situados desde o Rio Amazonas até ao Rio Jaguaribe, na extensão de cerca de duzentas léguas;

2 — Potiguaras fixados desde o Rio Jaguaribe até ao Rio da Paraíba-do-Norte, para alcançar cem léguas;

3 — Caetés, moradores entre o Rio Paraíba-do-Norte e o Rio São-Francisco, numa frente de mais de cem léguas;

4 — Tupinambás, estabelecidos desde o Rio São-Francisco até ao sul do Rio Paraguaçu, cerca de sessenta léguas;

5 — Tupiniquins, cravados entre o Rio Paraguaçu e o Rio Jequitinhonha, em território de mais de sessenta léguas;

6 — Papauás, que habitavam anteriormente a costa regional entre o Paraguaçu e o Jequitinhonha, recalcados para o interior, sobre as serras em que nascem esses rios, isto é, serras da Chapada Diamantina e do Espinhaço;

7 — Aimorés, habitantes dos terrenos entre os rios Jequitinhonha e Paraíba-do-Sul, numa faixa litorânea de cem léguas;

8 — Goitacazes, no interior, sobre os territórios das nascentes dos rios que se lançam no Oceano Atlântico, entre os paralelos de 15.º a 22.º de latitude austral;

9 — Tamoios, habitando a costa atlântica, desde a foz do Rio Paraíba-do-Sul até a do Rio Mambucaba, que passa a Leste do Morro do Frade, esse com 1640 metros de altitude; ocupava mais de setenta léguas;

10 — Goianás ou Guaianás, que estenderam suas tabas nas terras situadas entre os rios Mambucaba e Ribeira-de-Iguapé; a extensão do território, em comprimento, era de cerca de setenta léguas;

11 — Carijós: estavam fixadas entre os rios Ribeira-do-Iguapé e o Mampituba, sobre setenta léguas da costa;

12 — Tapuias-do-Sul: na região litorânea entre os rios Mampituba e do Prata, na extensão de mais de cento e cinquenta léguas; foram também encontrados no Rio Iguaçu, no Alto-Paraná, posto que remontavam às margens esquerdas dos rios Uruguai e Paraná.

O catálogo das tribus ameríndicas organizado pelo nosso Gabriel Soares de Souza, ao fim da oitava década do século XVI, ainda hoje é consultado e aproveitado como a melhor fonte histórica para o conhecimento da ordem geográfica das tribus aborígenas; trabalho que permite reconhecer haver sido o autor pessoa de cultura apreciável, deixa ao estudioso do seu texto à impressão de que em suas entrelinhas podemos sentir os fundamentos de uma classificação linguística das populações ameríndicas, com que o clássico quinhentista teria de muito sobrepujado autores mais modernos e até dos nossos dias.

Aceitamos e divulgamos como ótima a classificação das tribus brasileiras, da região costeira atlântica, realizada por Gabriel Soares de Souza, mas lamentamos que autores modernos não queiram aprovei-

tar a classificação de ordem geográfica para sobre ela reconhecerem os fatos linguísticos e etnográficos.

Estudando o texto de Gabriel Soares de Souza, anotamos as informações sobre as “línguas” dos ameríndios, verificando que o autor citado admitia dois grandes agrupamentos tribais, segundo empregavam ou não utilizavam um idioma geral, a Língua Brasileira, já disciplinada pelos missionários católicos, como demonstramos nos quadros seguintes:

QUADRO A

TRIBUS	IDIOMA
Potiguaras Caetés Tupinambás Tupiniquins Papauás Tamoios Carijós	Língua Geral ou Língua Brasileira ou Abaíeçnga ou Tupí de Anchieta

QUADRO B

TRIBUS	IDIOMA
Tapuias-do-Norte Aimorés Goitacazes Tapuias-do-Sul	Não usavam a Língua Geral; empregavam escasso vocabulário primitivo, com predominância de sons monossilábicos.

Os quadros supras, por nós organizados, evidenciam que nos mesmos não foram considerados os fatores de ordem somática, como é exigido pela etnologia, ciência que se constituiu com autonomia no fim do século XIX; porém, fixou nos espaços geográficos limitados, em tempos certos, agrupamentos humanos ameríndios segundo o idioma que falavam; as tribus ameríndicas do Brasil ficaram distribuídas sob o ponto de vista linguístico, sujeitas a exame de método especial, que é auxiliar para o etnólogo.

Os quadros A e B permitem reconhecer os caracteres linguísticos diferenciais; usavam os indígenas do quadro A um idioma já estruturado, na segunda metade do século XVI, com “gramáticas e artes”, sob controle missionário e civilizador, enquanto os do segundo (Quadro B) estavam entregues à natureza, encontravam-se em “ciclos culturais diferentes”; admito que tal consideração é de impor-

tância relevante para o etnólogo; satisfazem o processo de pesquisas, sob método próprio da etnografia.

As informações antropológicas são boas no trabalho de Gabriel Soares de Souza, retratando caracteres morfológicos dos indivíduos ameríndicos, embora limitados à estatura, cor da pele e natureza dos cabelos.

Os caracteres morfológicos dos aborígenes brasileiros, ainda hoje encontrados nos nossos sertões orientais, não podem ser fixados num tipo padrão; os etnógrafos de valor dum Montandon e dum Haddon registaram tal variedade de tipos, que lhes pareceram quase impossível realizarem o agrupamento único, sob mesma nomenclatura, de populações de aspectos físicos diferentes; não obstante tal fato antropológico, Montandon aproxima os aborígenes da América-do-Sul do *tipo centro-ameríndico*, primitivamente fixado na América-Central e península de Iucatã; o etnólogo Haddon encontrou melhor filiação com o *tipo néo-ameríndico*; ambos os tipos indicados seriam de *raça amarela*.

Outrossim, os trabalhos de Rivet identificaram a *raça paléo-ameríndica* ou *raça da Lagoa-Santa*, de Minas-Gerais, Brasil, como representada no *tipo melanésico*, da Oceania; esses estudos permitem pensar no fator da raça oceânica no povoamento da América; não devemos esquecer que a raça da Lagoa-Santa está hoje representada pelos índices Botocudos, habitantes de territórios do Estado-de-Mato-Grosso; tipos idênticos aos Botocudos foram registrados nas Repúblicas Argentina, Equador, Colômbia e México (Baixa-Califórnia, na localidade de Pueblo).

Importante é recordar que o *tipo melanésico pertence ao grupo de raças negras*, como ensinam Lapicque, Colani e M. Mansuy.

Na observação dos fatos antropológicos, das variedades de tipos diferentes na população autóctone do Brasil, a escolha do método que se impunha era o linguístico, aquele que melhores informações idôneas poderia fornecer, a-par-do método etnográfico, com suas pesquisas sobre ciclos-culturais; aquele método teve, para os primeiros autores, natural preeminência sobre o segundo, até que os estudos paleontológicos e biológicos do Homem ameríndico adquiriram maior acervo de colaborações parciais e gerais, nos diversos campos americanos.

Assim, passamos do quadro geral do estudo do Homem ameríndico, fixado no Brasil, na oitava década do ano de quinhentos, para examinar o seu agrupamento no território sul-rio-grandense.

* * *

Obedecendo aos ensinamentos da etnologia, as tribus que habitavam o nosso território, no fim do século XVI, pertenciam aos grupos de raças amarela e negróide; os indivíduos aborígenes não

apresentavam um tipo somático rigorosamente idêntico, posto que houve mestiçagem entre indivíduos de raças paléo-colombinas; os indígenas sul-riograndenses, ao findar o século de quinhentos, apresentavam caracteres morfológicos demonstrativos de transições sensíveis dos tipos primitivos, o que levou o cronista ao falso conceito de inúmeras raças.

A heterogeneidade da população aborígene sul-rio-grandense, reconhecida pelos missionários jesuíticos, nos séculos XVI e XVII, examinada à luz da etnologia, asseguram o nosso ponto de vista, de que os nossos indígenas, fixados nas bacias dos rios Ibicuí (Ibicuití), Jacuí (Igaí, Iguai, Iay, Aix ou Rio Grande de São Pedro), pelos tipos somáticos registados representavam *vários grupos de mestiços*, em cujos ambientes próprios processaram-se novas subdivisões; daí grande dificuldade para caracterizá-los de um modo preciso, em seu conjunto; tal fato obrigou os autores seiscentistas a realizarem descrições simplificadas para cada um dos tipos mais perfeitos ou mais em contacto com o civilizador europeu.

É verdadeira a afirmativa de que a raça paleontológica da Lagoa-Santa, também denominada raça paléo-ameríndica de Montandon, representa o tipo melanésico na América-do-Sul, com indivíduos possuindo caracteres negróides acentuados, embora com epiderme pigmentada em côr de chocolate, estava, sem dúvida, representada pelas tribus Arachãs (Arachanes ou Arechanes), no território do atual Estado do Rio Grande do Sul.



Indivíduo Arachã
Retrato desenho supositivo

Os indivíduos aborígenes sul-rio-grandense, com filiação paléo-ameríndica (raça da Lagoa-Santa) caracterizavam-se morfologicamente por uma estatura elevada, membros vigorosos, epiderme côr de chocolate escuro, possuindo cabelos anelados (cabeleira crespa ou ondulada) e de côr negra; as dimensões de seus crânios, permitem classificá-los no tipo dolicocefalo; as maçãs do rosto eram salientes; o nariz proeminente e um tanto convexo; apresentavam fraco prognatismo. Os representantes dêste tipo, nos séculos XVI e XVII, estavam agrupados sob nomenclatura de *Arachãs*, sôbre as margens do vale inferior do Rio Jacuí e seus afluentes, quer da direita ou da esquerda, prolongando-se pela margem ocidental da Lagoa Mirim. Outro tipo de Homem selvagem, com filiação à raça centro-ameríndica, portador de caracteres específicos da variedade mesocefálica, ocupava nossos campos da região do planalto, apresentando pequena estatura, côr da pele amarela escura, cabelos lisos e de côr negra; admitimos que foram aborígenes dêste grupo humano os habitantes primitivos do vale do Ibicuí e Ijuí, nas secções média e superior, na região ou província posteriormente denominada dos Tapés; correspondiam ao tipo registado por Montandon como representante da raça centro-ameríndica; aceitamos êste tipo humano como *Tapuias*.



Indivíduo Tapuia
Retrato desenho supositivo

Como foi registado, em documentos jesuíticos dos séculos XVI e XVII, à existência de tabas tupís nos vales do Taquari, Caí e

Sinos, bem como na área do nordeste do planalto sul-brasileiro em relação com o vale do Araranguá, admitimos a permanência d'este antigo agrupamento humano no nosso Estado; as tribus *Tupís* guardam relações com a raça centro-ameríndica de Montandon.

As informações comprovam que, no século XVI e comêço do século XVII, as tribus Arachãs, Tapuias e Tupís constituíam a população aborigene do nosso território; a aplicação do método para



Indivíduo Tupí
Retrato desenho supositivo

descobrir as formas embrionárias da vida destas tribus permitirá aprofundar o critério de antiguidade relativa, reconhecendo-a na comparação dos utensílios e no gênero de existência.

O estadio mais ínfimo de civilização estava representado nas tabas arachãs, onde os habitantes tiravam, da colheita de frutos e caça miúda, o necessário ao sustento.

As tribus tapuias conheciam o uso de instrumentos rudimentares; nada sabiam de criação de animais; não exerciciam o cultivo do solo.

Entre as tribus tupís, fixadas no nosso território, a civilização material era elemental: cultivavam a terra e utilizaram instrumentos de pedra polida e utensílios de madeira.

A presença das tribus Arachãs, Tapuias e Tupís, que no comêço do século XVII, ocupavam diferentes graus de desenvolvimento hu-

mano, passou então a ser assignalada pela brusca transição da cultura material para a cultura espiritual, sob contrôlo jesuítico.

* * *

Observação atenta do processo civilizador, que teve caráter modificador da cultura material e da cultura espiritual do ameríndio, nas Missões Jesuíticas Orientais, permite reconhecer método psicológico controlador da nova ordem social, de nova língua, de nova religião, de nova arte, de nova ciência, da criação do direito e de nova economia.

A expressão qualificativa do novo agrupamento humano — “Tupí-Guaraní” — deve ser vertida livremente, com significação “Parcialidade da Nação Tupí” ou “Parcialidade do idioma tupí”.

O vocábulo — *Guarani* — sendo submetido à análise deixa ver que é composto de “guâra + ni”; “guâra” como vocábulo usado por Montoya tem a significação de: — Parcialidade, pátria, país, região; significa também “utilidade”, “constar da matéria”, “pertencer às cousas e às pessoas”; pode significar “sum”, “es”, “fui”; é ainda forma adverbial e de participio; podendo ser declinado em quatro tempos, como os demais nomes: 1.º — guâra; 2.º — guarêra; 3.º — guârâma; 4.º — guârânguera.

O vocábulo — ni — tem o valor de partícula afirmativa, com valor de — né —, isto é, “certamente”; a forma — ne — tem o mesmo valor que — nde —, correspondendo ao pronome português — tu —.

A análise do vocábulo — tupí — demonstra que o mesmo resultou da aglutinação de *tu* = a abelha mestra, de côr negra ou escura e de *pĩ* = perseverância e obstinado; a associação de idéias dos termos aglutinados relembra uma situação psicológica do ameríndio relativamente ao fenómeno de metempsicose; diversas tribus brasileiras admitiam que após à morte a alma do indivíduo transformava-se em abelhas e outros pequenos insetos; o vocábulo — tupí — já estava em uso corrente na época do descobrimento, pois foi registado desde os primeiros anos da descoberta; somente o valor duma idéia superior, com significação psicológica, exprimindo algo de elevado e digno, poderia explicar a generalização do termo — *tupí* — para nome patronímico; melhor seria dizer: o vocábulo — Tupí — lembra uma forma de totemismo tribal, dando uma relação específica entre um grupo de parentes consanguíneos, por um lado, e uma espécie de animal por outro lado.

Não devemos esquecer, que Montoya registou a forma próxima — *tubĩ* — com a significação: “Dizem todos al tio hermano de su padre”. Lemos na forma — *tupĩ* — uma afirmação de sentimento em ideal comum, de ser “digno, conveniente ou lícito a transmigração das almas de uns para outros corpos. O pensamento estratificado na forma rígida do vocábulo, — *tupĩ* —, gerou o nome patronímico para caracterizar uma parclidade humana no Continente americano; —o agrupamento aborígene brasílico, encontrava-se nas condições de evolução psicológica para aceitar a ação civilizadora do Cristianismo; a mudança efetuada teve o consenso social do amerindio doutrinado pelos religiosos católicos, elaborando-se um comportamento grupal de disposições metódicas para à disciplina e solidariedade; daí o valor subjetivo da forma literal — “Tupí-Guaraní” —, verdadeira expressão acústica e gráfica da harmonia de sentimentos, da faculdade de compreender do aborígene, na ambiência inaugurada pelo catequista; com novo meio material e moral vai, com distintivo de autóctone configuração — “*Tupí-Guaraní*” —, iniciar a marcha para o progresso.

* * *

A forma especial de agrupamento, com caráter de tribo, entre os ameríndios, propagava-se pela scissão, dando origem a novas tribus; indicaremos aquelas que resolvendo parar numa região, fizeram alianças, se mesclaram e confundiram.

Nas crônicas quinhentistas ficou o registo da existência de tribus Carijós e Tapuias-do-Sul, nos territórios da nossa costa atlântica; posteriormente, nos documentos das Bandeiras paulistas e nas crônicas Jesuíticas permanecem assinaladas as tribus Arachãs (Arechanes) no “sertão brasílico, limitado pelos paralelos de 28º e 32º, de latitude meridional, ocupando as terras da bacia do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul, atingindo a margem ocidental da lagoa Mirim.

Documento publicado pelo R. P. João Pedro Gay, in História da República Jesuítica do Paraguai, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, tomo XXVI, ano de 1863, página 430, se lê com referência à lagoa dos Patos: — “Em suas margens estão estabelecidos mais de vinte mil índios guaranis que naquelas terras chamam *arachânes*... *Porque trazem os cabelos alçados, encrespados para cima.* E’ gente corpulenta e bem parecida, que tem frequentemente guerra com os charruas do Rio da Prata e com outros índios que moram no interior chamados guayanãs, se bem que êste nome se dá a todos os índios que não são Guaranis e que não têm nome próprio.

O nome “Guayanãs” foi vertido por Von Martius, in Etnogra-

phis Amerikas Zumal Brasiliens, Leipzig, ano de 1867, página 298, com a significação de “gente honrada e nobre”; não obstante a lição do mestre europeu, disse o R. P. João Pedro Gay, que em vários dialetos tupícos, tal vocábulo significa somente “campo”; a forma guayanãs foi modificada, modernamente, para “guaynás”.

As tribus Charruas ocupavam os territórios afastados da margem oriental do rio Uruguai, principalmente sobre a margem esquerda do seu afluente Ibicuí, bem como as terras das nascentes do Rio Negro.

Os índios Ibiraiaras, nos séculos XVI e XVII, ocuparam as secções média e alta do vale do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul, atualmente denominado rio Jacuí.

As tribus, Iaros, que primitivamente estavam fixados na mesopotâmia Paraná-Paraguai, emigraram até ao Rio Quaraim.

Os índios Minuanos deslocaram-se da Provincia de Entre-Rios para a de Montevidéu, donde posteriormente passaram para os vales do rios Jaguarão e Camaquã, no nosso Estado, já no século XVIII.

As tribus ameríndicas denominadas *Cirez*, que ocuparam territórios das nascentes do Rio Ijuí, entre os paralelos de 28° e 29°, ao Sul, e entre os meridianos, de 327 e 329, segundo indicação da Carta do Paraguai por G. de L'Isle, do ano de 1703, devem ser considerados como populações formadas de indivíduos imigrados do planalto central americano, sob contróle missionário católico; — admitto que os “*índios Cirez*”, que no comêço do século XVIII, estiveram fixados entre os vales do Ijuí e Jacuí, na região missioneira, eram descendentes do grupo ameríndico que foi governado pelos Shyris ou Caras, que tiveram como hábitat, na época da conquista, as áreas de Quito e de Cusco, na América Espanhola, estruturada desde 1640, no Vice-Reinado do Perú.

Os índios Shyris (*Cirez*), também conhecidos na história americana sob nome de Caras, nomenclatura comum de seus chefes, foram incorporados ao vastíssimo império dos Incas, pelo casamento da filha do último Shyris, no comêço do século XVI, com Hurina-Cápac, que viveu de 1488 a 1526; os ameríndios Shyris foram súbditos de Atahulpa e de Huáscar, filhos de Hurina-Cápac; Atahulpa permaneceu na região de Quito, enquanto Huáscar localisou-se no distrito de Cusco; posteriormente à conquista de Pizarro processou-se a redução e aldeamento sobre direção espanhola.

O registo dos “*índios Cirez*”, em território sul-riograndense, na carta geográfica de 1703, demonstra que houve migração e fixação dos mesmos, na nossa terra; são indivíduos das tribus *Cirez* ou Shyris, que após incorporação dos “povos guaraní” à soberania portuguesa, em 1768, com fixação nos vales dos Rio dos Sinos e Gravataí, que vão deixar residuos culturas registados na área do atual

Município de Montenegro, no nosso Estado; as *pedras de crisóes* de Montenegro foram observadas pelo sr. Aurélio Porto, conforme registro da imprensa, sendo descritas no artigo “Prehistória do Rio Grande do Sul — Unidade de uma raça desconhecida”, especialmente escrito para a Revista Brasileira, n.º 2, Agosto, ano de 1934, Rio de Janeiro.

As tribus denominadas Coroados (Bugres ou Caingang), Guenoas e Guaicurus devem ser consideradas como descendentes da raça centro-ameríndica, figurando como populações alienígena do território sul-riograndense; as informações históricas comprovam seus movimentos imigratórios, em período relativamente recente; não existem dados idôneos sobre suas permanências no nosso Estado, na fase inicial de civilização ocidental, no Século XVI e XVII; outrossim, os caracteres somáticos dos seus indivíduos aproximam-os dos Tapuias-do-Sul; o mesmo podemos dizer das informações etnográficas propriamente ditas; as tribus, aqui citadas, apareceram no nosso Estado, no decorrer do Século XVIII, em fenômeno de migração sob pressão do Homem europeu, quer português ou espanhol; somente Coroados (Bugres ou Caingangs) permaneciam no nosso território, em pequeno número de famílias, reunidos em *toldarias*, sobre a zona do Alto-Uruguai, nos municípios de Passo-Fundo, Lagoa Vermelha e Getúlio Vargas.

Ultimamente, no III Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, o Sr. Aurelio Porto demonstrou que a tribo dos Ibirajaras (Ibiraíaras) atingiram o nosso território, já no Século XVII; identificou-a como tribo Tapuia; reconheceu-a sob automasia de “Bilreiros”, que lhe davam os portugueses de São Vicente; a afirmação de que os Ibianguaras eram “parcialidades de Ibirajaras”, obriga aceitar a classificação como Tapuia.

Na “Crônica da Companhia” o Rev. P. Baltazar Teles S. J. informou que “teve notícia neste tempo (depois do Natal do ano de 1554) o Padre Manoel da Nobrega de uma nação de gentios que está além dos carijós que em sua língua se chamam Ibiraiaras (aos quais os portugueses chamam bilreiros) dos quais dizem ser algum tanto mais domésticos e disciplináveis que os índios da costa do Brasil, posto que divirjam alguma cousa na língua, o irmão Pedro Correa com grande zêlo tinha já alcançado o conhecimento de seus vocábulos e modo de falar...”.

A informação do Rev. P. José de Anchieta, Apóstolo do Brasil, diz: “...a umas povoações de índios que estão situadas perto do mar a pregar (havia enviado o irmão Pedro Correa) entre elles a palavra de Deus, acompanhado do irmão João de Souza.

Em 1605, os RR. PP. João Lobato e Jerônimo Rodrigues estiveram, em ação de catequese, junto aos Ibirajaras (vide Anais III Cong. H. G. RGS. — pag. 773).

QUADRO C

Quadro demonstrativo das relações entre tribus aborígenes do Rio Grande do Sul com as raças paleontológicas americanas e agrupamentos mestiços.

RAÇAS	TRIBUS	HÁBITAT
A — Paléo-amerindica de Montandon	1 — Arachã	1 — Vales do Jacuí, Taquari, Caí e Sinos; Lagoas do Guaíba e Patos; Vale do Camaquã.
B — Centro-amerindica de Montandon	1 — Tupí	1 — Vales do Taquari, Caí e Sinos; nordeste do planalto; vale superior do Araranguá.
	2 — Tapuia meridional	2 — Região litorânea e interior do Estado (paralelos austrais — 28° 34').
Agrupamentos mestiços $\left(\frac{A + B}{2} \right)$	1 — Carijó 2 — Ibiaraia 3 — Tupí-Guarani 4 — Minuano 5 — Charrua 6 — Iarós 7 — Cirez (Shyrez) 8 — Coroados	1 — Região Laguna-Mampituba 2 — Norte do Planalto S-B. 3 — Vale do Uruguai e do Jacuí 4 — Vale do Jaguarão e Camaquã 5 — Vale do Ibicuí e do Negro 6 — Vale do Quaraim 7 — Vale do Ibicuí e do Ijuí. 8 — Fixaram-se no Planalto —

Espécie = Conjunto de seres que dão entre si produtos fecundos.
Pag. 13 Homo sapiens.

Raça = Reunião de indivíduos semelhantes nascidos de pais de mesmo sangue. Pág. 16 Pittard in Les Races et l'histoire.

Renaissance du Livre. Pág. 4.

Definição que satisfaz o conceito antropológico.

Tribu = Reunião de famílias, clans ou comunidades que falam a mesma língua, possuem instituições, costumes e usos semelhantes e têm, em geral, a mesma descendência; aceitaram, no decorrer do tempo, membros de tribus estranhas: mulheres, prisioneiros de guerra, foragidos, escravos, servos e imigrantes.

Em alguns casos, a tribo renasceu pelo caldeamento de grupos estranhos — (Conceito social-político).

Raça é a continuidade de um tipo físico que traduz afinidades de sangue e representa um grupo natural — Marcelino Boule — A raça se modifica insensivelmente sob o efeito combinado do meio e dos cruzamentos, e a forma sob a qual podemos senti-la não é senão um “modo” de sua evolução.

Assim, a raça centro-ameríndia, sob influência do meio e cruzamento com a raça paléo-ameríndia, originou mestiços = Carijos, Iarós, Ibiraiaras, Charruas, Minuanos, etc.

B — ETNOGRAFIA

No presente capítulo procuraremos ser fiel às normas da etnografia, obdecendo à escola norte-americana, no exame e descrição da cultura material das tribus aborígenes, que se encontravam habitando o nosso território no fim do século XVI e comêço do século XVII.

Sendo a *etnografia* um saber adquirido, que se baseia na observação e experiência, permitindo que dos bens materiais examinados e classificados se determinem as conclusões concretas sobre o estado de progresso dos agrupamentos humanos, podemos defini-la como *ciência da estática da utilização industrial dos produtos naturais*.

A descrição da cultura material de determinado grupo humano é prestimosa colaboração à história, melhor informando à singularidade local num dado instante e às relações com outras unidades culturais.

1. — AMBIENTE FÍSICO — GEOGRAFIA HISTÓRICA.

A região litorânea do continente sul-americano desde o ano de 1514, estava perfeitamente reconhecida pela expedição portuguesa de D. Nuno Manuel, sob direção técnica do piloto João de Lisboa; a exploração estendera-se para o Sul além do meridiano de demarcação da Convenção de Tordesilhas e descobrira o estuário e a região platina, que desde então passou a ser considerada território litigioso entre as Corôas de Espanha e Portugal; melhores informações foram colhidas por Martin Afonso de Souza, no ano de 1531, revelando um país de planícies, com clima benigno; na leitura do “Diário de viagem” escrita por Pero Lopes de Souza aprendemos que nos dias nove, dez e onze de outubro de mil quinhentos e trinta e um passou em águas sul-riograndenses, deixando-nos como provas de reconhecimento da terra, a principal toponímia do litoral: uma serra sob denominação “Terra Alta (Trã alta)”; um rio, sob nome de “Martin Afonso de Souza (mtiã de Soussa)” que devia ser o atual rio Tramandaí; um pôrto — o de São Pedro (Sam Po.).

Documentos antigos comprovam que os portugueses de São Vicente e demais vilas paulistas mantiveram relações com os indígenas que habitavam, no século XVI e começo do século XVII, o nosso litoral; — de igual modo procederam os Jesuítas da Casa Provincial de São Paulo, operando ação de catequese; em 1538, escapando a um naufrágio, alcançaram terra no “rio dos Patos”, provavelmente “rio Araranguá atual”, os missionários franciscanos espanhóis Frei Bernardo de Amestes e mais quatro companheiro; viajaram por terra todo o nosso litoral e da atual República do Uruguai; catequizaram durante a viagem os índios carijós, que habitavam nas nossas praias atlânticas.

Melhor que qualquer argumentação sobre geografia histórica do nosso espaço de trabalho, que possamos traçar, julgamos ser a cartanua de Nicolás Mastrilli Duran, escrita em Cordoba, Argentina, aos 12 dias do mês de novembro de 1628, na qual se transcrevem as informações do grande americano Roque Gonzales sobre “toda la tierra del Uruguay”, inclusive as bacias principal e secundárias.

Em o mês de Junho de 1940, a gentileza do ilustrado confrade Aurelio Porto, permitiu-me retirar da “Bibliografia Documental”, ainda inédita e por ele organizada, na Biblioteca do Rio de Janeiro, as seguintes anotações da “Descripcion de la Provincia del Uruguay”, escrita pelo venerável Padre Roque Gonzales ao Padre provincial da Companhia de Jesús R. Nicolas Duran, concluída na Redução de “Los Reyes”, em 15 de Novembro de 1627; essa carta está publicada, com redação moderna espanhola, nas páginas 631, 632, 633, 634, 635 e 636, do trabalho do R. P. J. M. Blanco, S. J., denominado “Descubrimiento e Reducciones del Uruguay”, edição de 1928, feita em Buenos Aires.

A versão moderna de J. M. Blanco tem um caráter livre, isto é, o autor sendo autoridade no estudo da matéria deu redação moderna e literária ao texto primitivo, conservando o pensamento do original.

Não obstante, tal fato psicológico e cultural, achamos conveniente transcrever para conhecimento dos estudiosos dois pequenos capítulos, que nos interessam, sob as informações do “hábitat”.

In Descubrimiento e Reducciones de Uruguay — J. M. Blasco — Pág. 635 “De todo este numero de indios los que pertencen al rio Ibicuití, que habia tanta fama eran innumerables, serán cinco mil, pero poblados, no sobre el rio, sino a las faldas de una cordillera montuosa, que se extiende, cuarenta leguas de la reducción de los Reyes hasta la mar sobre el rio Mbiaza, y algunos otros que allá corren.

In “Bibliografia Documental” — B. N. Rio Janeiro — Col. d’Angelis. Organizador: Aurelio Porto — Inédito — “... porque los que dicen del Ibicuiti son quatro á cinco mil pero no hay uno solo, sobre el rio Ibicuití, porque todos estan poblados á las faldas de una cordillera montuosa, que subiendo por ella enta leguas de esta Reduccion de los Reyes, va á dar á la mar en el Albiaca, y so-

bre los riachos que se ellos lo mar,
y otros al Ibicuiti.

Entre ellos hay uno principal
que llaman Aix, donde me dijeron
los indios, entraban los portugue-
ses en navios pequeños, dejando
los grandes en alta mar, a resca-
tar con ellos, trayéndoles mucha
ropa del paño que yo tenia la mia,
que es cordellete, y muchos cha-
peos, que asi me nombraron los
sombrreros.

*Vertientes e rios despues del
Tape: —* Ubi, de los rios Tebicua-
ri, Cyyai y Icaiy, é Indios poblados
sobre ellos. Luego despues del Ta-

pe son ya aguas vertientes á la
mar. De los que estan poblados
de Indios son Tebiquari, Cayyi,
Jay. Y este postero es el prin-
cipal; rios despues del Tape, Cay-
yi, y Jay: este segundo principal.
[Portugueses por el Jay, rio: y por
donde (id est, por el dicho Jay)]
me dijeron los Indios entraban los
Portugueses en navios pequeños
(estando los grandes en alta mar)
á rescatar con ellos, trayando mu-
chas ropas de paño que yo tenia
la mia (que era de cordelláte) y
muchos chapeos (que asi ma nom-
braron los sombreros), y que tra-
ian muchas cosas. Por el Jay na-
vios portuguese, rescataban con
los Indios ropas, etc....",

Os documentos transcritos comprovam, que na terceira década do século XVII, em 1627, os ameríndios que habitavam as margens do nosso Lago Guaíba e dos rios da bacia do Jacuí mantinham contacto com os portugueses, realizando a troca mercantil; interessante é o fato assinalado pelo R. P. Roque Gonzales, S. J., digno filho da América, indicando a nomenclatura de "*chapeo*", para o objeto de indumentária introduzido pelos portugueses; — o vocabulário dos indios Arachãs estava assim, já em 1627, enriquecido pela palavra portuguesa — chapéu. Outrossim, a descrição fiel do R. P. Roque Gonzales permitiu que a História reconhecesse o valor cultural da sua carta de 15 de Novembro de 1627, como uma belíssima lição de geografia física e humana sobre territórios que se constituíram bases físicas de Pátrias americanas, unidas num ideal cristão pelo vale do Uruguai.

2 — HABITAÇÃO

Examinaremos, em seus caracteres gerais, os dados concretos da cultura do Homem americano, que habitava no território do nosso Estado do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século desesete; passaremos em rápida e sucinta descrição os bens materiais, que a gente aborígene do nosso berço natalício possuía para abrigar-se, alimentar-se, vestir-se e defender-se.

A vida nômade dos nossos aborígenes, ao começar o século XVI, impedia-lhes construir as suas habitações com certo cuidado; informações registadas permitem afirmar que espetavam dois pedaços de tronco de árvore no solo, descansando horizontalmente um terceiro, quase sempre suspenso na altura de dois metros; atiravam por cima

da trave horizontal longas folhas de palmeiras, de modo que o dilatado pedúnculo cavalgasse-a, tocando a extremidade apical ao solo. A "cabana indígena" apresentava-se rudimentar, resguardando com deficiência os moradores das chuvas e parcialmente da incidência das radiações solares; provavelmente, ainda usaram proteção lateral com paredes improvisadas, em número de três, utilizando folhas de palmeiras.

Quando as necessidades da guerra ou a vontade do cacique determinava a mudança do sítio, não trasladavam nem utilizavam coisa alguma da morada antiga; a cabana, choça ou *oca* era abandonada; atingindo outro local escolhido pelo chefe, cortavam árvores, reuniam os seus materiais de construção primitiva, encontrando-se em poucas horas fixados temporariamente em nova *taba*.

Posteriormente, no século XVII, quando se processou a catequese no vale do Ibicuí e Ijuí, encontraram-se "tabas", onde as cabanas indígenas apresentavam-se com forma retangular, com uma única abertura, com cobertura de palha ou de folhas de palmeiras, conforme a região; suas dimensões variavam entre cinco ou seis metros de comprimento e cerca de cinco metros, no máximo, de largura.

Habitava mais de uma família em cada cabana, em promiscuidade.

Na preciosa "Relación del viaje y visita del P. Provincial del Paraguay, Francisco Vasquez Trujillo", concluída em Itapúa, aos trinta dias do mês de outubro de mil seiscientos e vinte e nove (30 - X - 1629), dirigida ao Padre Geral da Companhia de Jesús, encontram-se as seguintes linhas: "Llevaranme a una casa que tenían hecho de proposito, sin que nadie se lo dicesse, de 73 pies de largo y 23 de ancho. Y porque era de paje y no corriesse riesgo, tenían hecho unas empleitas, entretexidas de cañas, puestas al rededor de la casa. Al fin, como casa hecha de proposito y con buena voluntad"; assim procederam os ameríndios da localidade de Caró, situada há cinco léguas da redução de Candelária, na região noroeste sul-riograndense, quando da visita do R. P. F. V. Trujillo, o que demonstra uma modalidade de progresso no processo de defesa contra as intempéries.

Em período mais recente, com o abandono do aborígene á sua própria vontade, iniciada a destruição dos rebanhos de gado vacarino, observaram-se nos campos "ranchos" construídos de arcabouço de madeira e revestimento de couro de boi; — são verdadeiras barracas de paredes de couro, agora, de fácil desmonte e transportáveis á novo sítio.

Outrossim, existindo cerca de noventa cavernas na região do vale do Taquari e do vale do Caí, nas proximidades da cidade de Guaporé, vilas Esperança e Teutônia, bem como em outros locais dos Municípios de Lageado e Venâncio Aires, devemos supor que foram utilizadas como abrigo pelo ameríndio, que habitou aquele território;

tal fato podemos admitir como realizado nas “grotas” dos Municípios de Gravataí e de Pôrto Alegre, as quais foram, posteriormente, utilizadas pelos colonos açoritas, quando em conflito com as autoridades coloniais.

Sendo o fogo motivo de convergência da vida doméstica do homem, em diversas civilizações, encontra-se em tôdas as cabanas; em redor do fogão primitivo reúnem-se os membros da família, abandonando resíduos de alimentos e utensílios diversos, tudo sórdido e imundo...

Descrevendo as primitivas habitações dos índios guaranis o R. P. Lozano, in *Conquista*, livro I.^o, capítulo XVII, denominou “aduares de alárabes montaraces” às moradias dêsses aborígenes, quando em seu estado selvagem; suas residências não eram mais que miseráveis ranchos construídos com materiais e com formas rudimentares, não indicando nenhuma obediência às mais rudimentares noções de higiene ou às exigências fundamentais de moral. Os índios Guaranis construíam grandes “ocas”, usando madeira, barro e fôlhas de palmeira, sem paredes divisórias internas, nas quais viviam mais de duzentas pessoas, constituindo várias famílias; na opinião do R. P. Techo, *História*, Livro V, capítulo VXII, segundo informação do R. P. Pablo Hernandez, “había rancho ó galpón que alcanzaba las dimensiones de un pueblo”. “Su forma era ordinariamente alargada rectangular, pero alguna vez también las hacían de figura redonda”.

3 — ALIMENTOS

O resultado do estudo crítico realizado sôbre os alimentos, usados pelos nossos aborígenes, evidencia as qualidades que caracterizam o poder de nutrição, relativamente eficiente dos tipos vegetais e animais do território sul-riograndense.

Para manter a integridade material do organismo, permitindo as reconstruções dos tecidos vivos; para crescer e se desenvolver até a idade adulta; para produzir o calor necessário ao condicionamento dos fenômenos biológicos, precisou o organismo do ameríndio escolher no meio exterior os materiais compensadores da desassimilação; em local próximo da taba procuravam os alimentos, possibilitando a própria nutrição. Materiais obtidos na flora e na fauna americanas asseguravam a circulação da matéria e da energia, nas transformações bio-químicas, em que se degradam os alimentos.

Para que possam os alimentos desempenhar sua função, mantendo o indivíduo no estado de saúde perfeita, preciso se faz sejam êles de boa qualidade e utilizados em quantidade suficiente; é fora de dúvida que os alimentos que foram utilizados pelos ameríndios

possuíam boa qualidade; mas, parece que, salvo frutas e sementes, eram difícil de serem obtidos.

Significando o vocábulo *alimento* tudo que introduzimos no organismo com o fim de nutri-lo, podemos afirmar que o ameríndio soube aproveitar diversas substâncias recolhidas dos três reinos da natureza.

Entraram na alimentação do nosso aborígene água, sais minerais, hidratos de carbono, gorduras e substâncias protéicas.

Existindo a água na natureza formando os mares (no nosso caso — o Oceano Atlântico), constituindo os rios (Vale do Uruguai e Rio Grande de São Pedro), lagos (do Guaíba, Patos, Mirim, Tramandaí), ou surgindo do solo, sob forma de fontes termominerais (na Região do Planalto) foi aproveitada pelo ameríndio como alimento líquido, bem como, utilizada como dissolvente; empregada em grande quantidade na preparação de alimentos, caldos ou em bebidas; pouco ou nenhum emprêgo para fazer o *asseio*, quer do corpo humano, quer da vestimenta que vieram a adotar após civilização.

Não dispondo de aparelhamento especial, a-pesar-da vida nômade do aborígene, foi restrita sua atividade no trabalho agrícola; afastados da civilização, o primitivo habitante do solo sul-rio-grandense contentava-se em utilizar na própria alimentação as plantas forrageiras dos animais selvagens; faziam uso do milho (*Zea mais* L.), das mandiocas (*Jatropha manihot* L. e *Manihot aipi* Pohl.) e de vários feijões, como as espécies indígenas conhecidos sob nomenclatura científica de — *Phaseolus lumatus* var. *amoena* — que é o “feijão de Lima”, — o *Phaseolus multiflorus*, que é o “feijão trepador”, dos quais são usados os frutos ainda verde e as sementes depois de maduras.

Na área do planalto, onde se desenvolve magnificamente o *pinheiro* (*Araucária brasiliensis* ou *Araucária augustifolia*), o aborígene encontrou ótimo alimento nas grandes sementes denominadas “pinhões”; semente providencial, possui tegumento coriáceo-lenhoso que protege a amêndoa de fácil apodrecimento, bem como contra os efeitos das secas ou excesso de umidade; tal semente constituiu-se em alimento valioso, não só para os moradores da região, como foram transportadas à distâncias. Antes de serem utilizados pelo homem, os “pinhões” constituíam alimento para muitos animais selvagens; os papagaios se apresentavam em bandos, vindo de longe em sua procura.

As análises químicas, modernamente realizadas, demonstraram que os “pinhões” contém cerca de 36% de amido, 2,40% de proteínas e 1,20% de gorduras.

Entre vegetais que davam frutos utilizados pelos aborígenes, devemos indicar:

Banana do mato (gravatá)	—	<i>Bromelia fastuosa</i>
Guabiroba do campo	—	<i>Campomanesia aurea</i>
Butiá	—	<i>Cocos eriospatha</i>
Gerivá (coqueiro)	—	<i>Cocos Romanzoffiana</i>
Abóbora	—	<i>Cucurbita Pepo</i>
Guabijú	—	<i>Eugenia guabijú</i>
Maracujá roxo	—	<i>Plassiflora edulis</i>
Pitanga	—	<i>Stenocalyx pitanga</i>
Tucum	—	<i>Bactris Lindmaniana</i>
Ingá feijão	—	<i>Ingá marginata</i>

De acôrdo com os ensinamentos da química sabemos, hoje, que os frutos acima indicados embora úteis na alimentação, pelas qualidades sápidas, acídulas, refrigerantes, mas sobretudo alcalinizantes dos humores dos organismos, têm reduzido valor alimentar.

Passando agora a descrever as diferentes espécies de alimentos de origem animal, lembramos o uso de *carnes*, isto é, do tecido muscular propriamente dito dos animais americanos, entre os quais devemos citar os seguintes:

1 — Anta	—	<i>Tapirus americanos</i>
2 — Queixada	—	<i>Tayassu albirostris</i>
3 — Catêto (ou Taitetú)	—	<i>Tayassu tayassu</i>
4 — Bugio	—	<i>Allovata caraya</i>
5 — Macaco de noite	—	<i>Nycticebus azarae</i>
6 — Mico	—	<i>Cebus niger</i>
7 — Guaxinim (ou mão pelada)	—	<i>Procyon cancrivorus</i>
8 — Guará	—	<i>Canis jubatus</i>
9 — Cachorro do mato	—	<i>Canis brasiliensis</i>
10 — Cuati	—	<i>Nasua narica</i>
11 — Jaguaracambé	—	<i>Conepatus chilensis</i>
12 — Jaguarêté	—	<i>Felis onssa</i>
13 — Jaguatirica	—	<i>Felis pardalis</i>
14 — Gato do mato	—	<i>Felis wiedi</i>
15 — Irára (ou Papa mel)	—	<i>Tayra barbara</i>
16 — Tapití (ou lebre do mato)	—	<i>Silvilagus minensis</i>
17 — Rato da taquara	—	<i>Calomys longicaudatus</i>
18 — Rato do mato	—	<i>Oxymycterus nasutus</i>
19 — Rato do banhado	—	<i>Myocastor coypus</i>
20 — Prêa	—	<i>Cavia aperea</i>
21 — Cutia	—	<i>Dasyprocta azarae</i>

22 —	Paca	—	Coelogenis paca
23 —	Capivara	—	Hydrochoerus capibara
24 —	Caxinguêlê	—	Sciurus pyrrhonotus
25 —	Tamanduá-bandeira	—	Myrmecophaga jubata
26 —	Tamanduámirim	—	Tamandua tetradactyla
27 —	Preguiça	—	Bradypus tridactylus
28 —	Tatú peludo	—	Dasypus sexcinctus
29 —	Tatú bola	—	Tolypeutes tricinctus
30 —	Tatú-etê	—	Tatú novemcinctus
31 —	Gamba (ou Mucura)	—	Didelphis aurita
32 —	Guaiquica	—	Peramys iheringi
33 —	Cuica d'água	—	Chironectes minimus
34 —	Jacaré	—	Jacaretinga palpebrosus
35 —	Piava	—	Leporinus copelandi
36 —	Lambary-guaçu	—	Tetragonopterus rutilus
37 —	Lambary-mirim	—	Characidium fasciatum
38 —	Taira	—	Hoplias malabaricus
39 —	Tambicú	—	Acestrorhynchus hepsetus
40 —	Mandí	—	Pimelodella brasiliense
41 —	Bagre (ou mandí-pintado) ..	—	Pimelodus claris
42 —	Bagrinho	—	Pimelodus
43 —	Linguado	—	Achiurus Pineatus
44 —	Berbigão	—	Anomalocardia brasiliana
45 —	Ostra	—	Ostrea parasitica
46 —	Lagosta	—	Panulirus laeviscauda
47 —	Camarão	—	Penaeus setifera

Catalogamos aproximadamente cerca de cincoenta espécies animais, que foram sempre utilizadas pelos ameríndios, como alimentos preciosos; a espécie sob n.º 1 é um ungulado perissodactylo; as espécies sob n.ºs 2 e 3 são suídeos; os animais sob n.ºs 4, 5 e 6 pertencem aos símeos; as espécies sob n.ºs 7, 8 e 9 são carnívoros, classificando-se o primeiro entre os procionídeos e, os outros entre os canídeos; o animal indicado sob n.º 10 pertence aos carnívoros procionídeos; sob nomenclatura popular de “zorrilho” é conhecido o animal classificado debaixo do n.º 11, sendo um carnívoro pertencente à família mustilidae; sob n.ºs 12, 13 e 14 estão catalogados carnívoros representantes da família felidae; o n.º 15 representa ainda um carnívoro da família mustilidae; os animais sob n.ºs 16, 17 e 18 são roedores duplidentados; os representantes da fauna brasileira sob n.ºs 20, 21, 22 e 23 são roedores histricomorfos; sob n.º 24 recordamos um roedor sciúromorfo; os desdentados brasileiros estão representados como fornecedores de alimentos pelos animais ordenados sob números 25, 26, 27, 28, 29 e 30; os marsupiais da fauna nacional estão recorda-

dos sob números 31, 32 e 33; o animal sob número 34 é um hidrodos sob números 31, 32 e 33; o animal sob número 34 é um hidrosáurio; indicamos sob números de 35 a 43, inclusive, diversas espécies de peixes; os animais sob n.^{os} 44 e 45 são moluscos; finalmente, as espécies sob n.^{os} 46 e 47 são classificados entre os crustáceos.

Os aborígenes sul-rio-grandense empregaram, na alimentação, como se registou, grandes e pequenos mamíferos, répteis, peixes do mar e de água doce, moluscos e crustáceos; importa assinalar que conheceram a utilidade do *calor* na preparação culinária das carnes, dando-lhes cheiro e sabor agradáveis; usaram as carnes assadas sobre brasas, o que determinava a formação de uma crosta tostada, impedindo a perda total dos sucos; preparavam “caldos” com fragmentos de carne e de ossos, bem como de todos os órgãos dos animais; conheciam e utilizavam a “dessecação de animais mortos” pelo calor solar e calor das brasas; — em algumas tribus o combustível utilizado era madeira rica em princípios empireumáticos, como a do pinheiro brasileiro; podemos admitir que empregaram o processo conservador da “defumação”, para proteger as carnes contra a putrefação.

Recordamos o uso, na alimentação dos nossos aborígenes, de carnes e vísceras de diversas aves, que constituem substâncias mais delicadas, de fácil digestão e ricas de princípios nutritivos; entre as aves silvestres podemos indicar, como principais:

Arara	—	<i>Ara ararauna</i>
Periquito	—	<i>Pyrrhura vittata</i>
Tucano	—	<i>Rhamphasto toco</i>
Ema	—	<i>Rhea americana</i>
Anú	—	<i>Crotophaga ani</i>
Tapera	—	<i>Chaetura cinereiventris</i>
Tesoura	—	<i>Hydropsalis torquata</i>
Martim-pescador	—	<i>Ceryle americana</i>
Cará-Cará	—	<i>Milvagus chimachima</i>
Carancho	—	<i>Palyborus tharus</i>
Coruja do campo	—	<i>Speotito cunicularia</i>
Galinholá	—	<i>Gallinago gigantea</i>
Saracura	—	<i>Aramides saracura</i>
Seriema	—	<i>Microdactylus cristatus</i>
Jaçanã	—	<i>Parra jacana</i>
Biguá tinga	—	<i>Protus anhinga</i>
Tachan	—	<i>Chauna chavaria</i>
Jabirú	—	<i>Mycteria americana</i>
Colheiro	—	<i>Ajaja ajaja</i>
Urú	—	<i>Odontophorus capveira</i>
Mutum	—	<i>Crax sclateri</i>

Jacú	— Penelope superciliaris
Inambú chóró	— Crypturus parvirostris
Parari (ou Pomba do sertão) ...	— Zenaida auriculata
Anhama	— Palamedea cornuta
Irêrê	— Dendrocygna viduata
Garça	— Ardea socoi

Tôdas as espécies de aves índicas foram apreciadas como alimentos pelos aborígenes sul-rio-grandenses, como ainda aproveitaram as belas plumagens para a confecção de adornos, que foram muito estimados.

Em periodo anterior à ação civilizadora do homem cristão os aborígenes sul-rio-grandenses eram antropófagos, como se deduz dos testemunhos históricos; comiam carne humana, por gula, preparando-a do mesmo modo que o europeu usa a carne de vaca ou de carneiro, dando preferência à panturrilha, isto é, aos músculos da "barriga da perna"; quanto faltava a caça, perseguiram os homens das tribus vizinhas e mesmo comiam indivíduos da própria tribu; o sacrificio humano participava da obediencia ao ritual de falsa religião, como oferta à divindade pagã, embora satisfazendo sentimento de vingança.

O R. P. Antônio Ruiz de Montoya registou atos de antropofagia entre os ameríndios das províncias de Guairá e Tapes (Parágrafo 32 — Conquista Espiritual) XX; o R. P. Ruyter deu o testemunho da existência de canibalismo, entre os índios, na carta anua concluída na redução de Iguacú (página 70 — Organización Social de las Doctrinas Guaranis — P. Pablo Hernández — S. J.).

Em documento autógrafo do R. P. Diego de Boroa, existente na Biblioteca do Rio de Janeiro, Mss. — Col. d'Angelis — I, 29, 1, 69, 4 fls., concluído em 10 de Abril de 1637, na cidade de Santa Fé, encontramos a afirmação de serem antropófagos os índios Apicayrés, "comedores de carne humana, bestiais ou tigres"; igual informação está registada relativamente ao chefe ameríndio Eruocá, que morava no "Ycābaquã", comedor da própria mulher e filha, bem como, de dois guaranis das missões; os dois chefes índios citados tomaram parte nas ações militares que destruíram as Reduções de Santo Cosme — São Damião, São Miguel, São José e São Tomé; referindo-se aos indígenas das tabas de Tayaoba, escreveu o R. P. Montoya: "Nuestros indios amigos hallaron unas grandes ollas de carne cocida con maíz, de que me trajeron un plato, rogándome que comiese. Comi de ello juzgando ser aquella carne de caza, però á poco rato sacaron la cabeza, y los piés y manos cocidas de aquel niño que me cogieron."

Averiguóse ser el con unos mozos que de los enemigos cogimos, los cuales dijeron, como el dia antes, lo habian amuerto con la so-

lenidad acostumbrada, de que dije algo atrás” (Pag. 134. Conq. Esp.).

O R. P. Boroa, in Carta anua de 1636, página 42, citada pelo R. P. Pablo Hernandez, esclarece a significação do vocábulo — apicairés (apicayrês), que quer dizer, “protervos ú hombres sin discurso”, “gente endemoniada, que realmente habita en ellos el demonio....: sustentase de caza: y quando falta ésta (que es muy ordinario) es su sustento carne humana. Andan por los campos y montes en manadas, al modo de rabiosos perros. Entran de repente en los pueblos: y como fieras acometen al rebaño, y hacen presa en los muchachos que pueden para su comida”.

As informações idôneas, que foram transcritas, demonstram que parte da população selvagem do nosso território, no ano de 1636, ainda praticava a antropofagia, situados na fase inicial da vida inferior, com incapacidade psicológica para compreender um juízo moral.

4 — BEBIDAS

Para satisfazer às necessidades biológicas, o aborigene tinha que ingerir aproximadamente litro e meio de água, além da quantidade que utiliza com os outros alimentos; como *bebida natural* usavam as águas dos rios, riachos e fontes; tôdas as outras, tendo nõ entanto a água como veículo, são chamadas *bebidas artificiais*, e podem ser classificadas em dois grupos: 1.º) Bebidas aromáticas; 2.º) Bebidas alcoólicas.

1.º) *Bebidas aromáticas*

Consistia tipo de bebida aromática o infuso de substância vegetal, possuindo os alcalóides das plantas que serviam ao seu preparo, em regra com ação sôbre o sistema nervoso, capaz de determinar uma sensação de bem-estar, pelas propriedades estimulantes; a bebida aromática mais generalizada era o “mate”, obtido com fôlhas de várias plantas do gênero “Ilex”; o nome vulgar de “erva-mate” atribuído a diversas espécies do mesmo gênero e a diversas variedades da família das “aquifoliáceas”, bem como a outras plantas de famílias estranhas, facilitou sempre o emprêgo de vegetais sucedâneos ou as grosseiras falsificações.

A verdadeira “erva-mate” é preparada com o vegetal que Adolphe de Saint-Hilaire denominou “Ilex mate”, anteriormente conhecida em botânica pelo nome “Ilex paraguariensis” ou “Ilex paraguayensis”; pertence à família das “aquifoliáceas”, que no Brasil se apresenta com o gênero “Ilex”, constituído com cerca de setenta espécies; atinge o desenvolvimento do vegetal até oito metros de

altura; as folhas são persistentes, alternas, coriáceas, espessas, duras, com bordos denteados; apiculadas; cor verde escura; nervuras salientes, do tipo peninervio; as flores são pequenas e grupadas nas axilas das folhas; possuindo quatro pétalas brancas e estames em igual número; os frutos são pequenas bagas, de forma globular, de cor vermelho-arroxeadas quando maduros; as sementes possuem tegumento áspero e duro.

As principais variedades do gênero "Ilex" são conhecidas; em ciência, sob as seguintes denominações:

Ilex doméstica
Ilex sorbillis
Ilex angustifolia
Ilex acutifolia
Ilex obtusifolia
Ilex latifolia
Ilex parvifolia

A verdadeira — Ilex paraguariense — de Sait'Hilaire tem o nome indígena de — Caá —; a mesma espécie recebe outros nomes, entre populações de origem aborígene; — assim são sinônimos os seguintes vocábulos: "Caá-caati", "Caá-ê-mi", "Caá-eté", "Caá-guaçú", "Caá-manduvi", "Caá-mburicá-ñambi", "Caá-mi", "Caá-mini", "Caá-mirim", "Caá-panamby", "Caá-payamby" e "Caá-ti".

A indústria extrativa faz a propaganda comercial sob nomes diversos, como "Chá do Brasil", "Chá das Missões", "Chá dos Jesuítas" e "Chá do Paraguai".

A área geográfica da Ilex paraguariense — St. Hil., na época da descoberta da América, estava compreendida entre os territórios da Província de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia e zona de No-curana, hoje, República do Uruguai; estendia-se assim pelas vastíssimas regiões dos vales dos rios Paraguai e Uruguai-Paraná.

O uso constante do "mate", pelo homem aborígene, encontra sua principal explicação, no fato, de a sua ingestão retardar a sensação da fome e da fadiga, sendo ainda um ativador das funções da motilidade, permitindo, assim, redobrados esforços.

Modernamente, a química reconheceu a riqueza do "mate" em princípios estimulantes, como despertador das funções orgânicas; como substância dinamogênica convém a todos os trabalhadores; a medicina reconheceu no "mate" um excelente regulador cardíaco, diurético, nervino e excitante muscular.

A análise química das folhas do “mate” preparado do *Ilex paraguariensis*, St. Hil., secas ao sol, deu o seguinte resultado, registado pelo farmacêutico Peckolt, de São Paulo:

SUBSTÂNCIAS	Porcentagem
Unidade	10,460
Óleo essencial	0,017
Estearópteno	0,001
Substâncias ceráceas e gordurosas	1,880
Clorofila e resina	5,120
Matéria corante	1,080
Ácido resinoso	8,450
Cafeína (mateína)	1,675
Princípio aromático (grupo fenólico)	0,250
Ácido matetânico	4,497
Ácido viridinico cristalizado	0,002
Matéria extrativa (amarga)	6,513
Substâncias albuminóides e inorgânicas	3,610
Matéria extrativa, sacarina	0,672
Celulose	58,790

As formas mais vulgarizadas do uso do “mate” são o “chimarrão” e o “mate-doce”; o chimarrão é o infuso preparado na “cuia”, isto é, no “porongo”, que é um utensílio doméstico obtido com a fruta seca da *Legenária vulgaris*; no Rio Grande do Sul a “cuia” também é denominada “calabaça” ou “cabaças”; a *Legenária vulgaris* é planta da família das cucurbitáceas.

A “cuia” é cheia de erva-mate até a metade, em posição inclinada, para em seguida receber a água na temperatura próxima de ebulição; coloca-se a “bomba”, que é um tubo, geralmente metálico, terminando na extremidade inferior por uma esfera ôca, crivada de orifícios; colocada a “bomba” na “cuia”, calcando sobre a massa da erva-mate, pode-se fazer a sucção lenta do infuso; esgotada a primeira água, é feita nova adição do líquido até ficar a erva-mate “lavada”, isto é, quando não mais se forma espuma à superfície.

Evidentemente este processo foi estabelecido pelo homem civilizado; as informações históricas deixadas pelos jesuítas, *demonstram que os ameríndios ingeriam as folhas da erva-mate, misturadas*

com a água utilizada na preparação da infusão, aproveitando o vegetal quase em natureza; a maceração das folhas da erva-mate adicionada de sal de cozinha (cloreto de sódio) servia de remédio contra as diarreias e insolações, nas enfermarias das Reduções Jesuíticas.

Quanto à origem do uso da “erva-mate” informa o R. P. Antônio Ruiz de Montoya, que foi Superior Geral das Reduções do Paraguai, durante mais de um quarto de século, a-partir de 1620: “.....con todo cuidado he buscado su origen entre indios de ochenta y cien años, y he sacado por cosa averiguada, que en tiempo que estes viejos eran mozos no se bebia ni aun se conocia sino de un hechiero ó mago que tenia trato con el demonio, el qual se la mostró y dijo, que quando quisiesse consultarle, bebiese aquella yerba, y así lo hizo, y de su enseñanza otros que en nuestros dias hemos conocido, y comunmente los hechizos que hacen llevan de esta yerba” (Conquista Espiritual — página 38 — Edição da Imprensa del Corazon de Jesus — Bilbao — 1892).

Existindo na “erva-mate” o alcalóide denominado “cafeína”, ao qual a química modernamente atribue a fórmula $C_8H_{10}N_4O_2 \cdot H_2O$, encontramos a razão lógica da observação registada por Montoya; a “cafeína” em quantidade pouco maior da dose terapêutica, que é no máximo de uma e meia gramas, determina forte agitação do sistema nervoso, tremores musculares, vertigens, palpitações cardíacas, levando ao delírio. Os indivíduos névropatas são particularmente suscetíveis à ação do alcalóide da “erva-mate”, que em cem gramas de produto industrial, em nossos dias, permite a dosagem de mais de um e meio gramas de alcalóide.

2.º) Bebidas alcoólicas

Na linguagem química são denominados alcoóis todos os compostos orgânicos que se combinam aos ácidos para formar éteres; na linguagem comum, tal vocábulo é usado com significação limitada para indicar o alcool etílico — $C^2H^5.OH$ —, que provém da fermentação da glicose (açúcar de uva) e da sacarose (açúcar de cana) provocada por meio da *levadura* (várias espécies de *Saccharomyces*), a qual produz um fermento especial, a *zimasa*, que é o agente da decomposição.

Também se pode utilizar para a obtenção do alcool a fécula (amido) que se encontra em órgãos especiais de reserva das plantas; tratando as substâncias feculentas numa temperatura ligeiramente elevada por um macerato aquoso que contenha a diastase para produzir a sacarificação do amido, com formação de maltose e de dextrina; posteriormente a maltose se decompõe pela *levadura* em alcool etílico e anidrido carbônico.

Processos empíricos foram utilizados pelos ameríndios para preparar bebidas alcoólicas, obtidas em condições apropriadas na fermentação de féculas (amidos), que se encontram em frutas, raízes e tubérculos; assim o fato do “milho” existir desde os tempos prehistóricos, nas Américas, na extensão ampla do Continente, representou a matéria prima mais importante para o fabrico de bebidas alcoólicas.

Os estudos de ordem arqueológica e etnológica confirmam a hipótese que os primeiros cultivadores do “milho” foram os amérindios das tribus Chibchas, que habitavam o planalto de Bogotá, no território da República da Colômbia; daí passou aos Quichuas que habitavam mais ao Sul e povoavam a zona de Quito, na República do Equador.

Posteriormente foi trazido para o Perú, onde constituiu-se a base da agricultura dos Incas e na América do Norte receberam o “milho” ainda dos Chibchas, que transmitiram a sua cultura aos Mayas, Nahvas, Toltecas e Aztecas.

O movimento migratório dos povos tupís, partindo do interior da América para contornar o território brasileiro, permite admitir que a “cultura do milho” irradiou do vale do alto Paraguai, na área de contacto com a Bolívia, atingindo o vale do Paraná — Uruguai.

No século de quinhentos, quando os povos tupís, dominavam a costa atlântica, concluindo a marcha orientada para o Septentrião, as espigas douradas do milho esculturavam as bordas dos caminhos de penetração: na época da colheita belas e autênticas americanas forneciam a saliva, que contendo um fermento, permitia a preparação do “cauí” de milho.

A existência na nossa flora de cará, batatinha, batata doce, mandioca e butiá permitiram aos indígenas sul-riograndenses a preparação de outras bebidas alcoólicas — cauíes especiais.

5. INDÚSTRIA LÍTICA

Utensílios domésticos e armas

As tribus de ameríndios do nosso território, no século XVI e começo do século XVII, habitavam cavernas dos vales do Jacuí, umas ou outras clareiras abertas, no vale do Uruguai, em florestas densíssimas. Viviam principalmente da caça e da pesca.

A vida econômica da ameríndio sul-riograndense caracterizava-se por uma existência cheia de mobilidade, sempre atrás da presa, com

adestramento da força física, aumentando a resistência biológica; as informações dos dois primeiros séculos confirmam que o homem ameríndico, que habitava o sul do Brasil, possuía ríjidos músculos, aprimorada agilidade, aguda sagacidade e invulgar astúcia.

Quando lhes faltavam o natural sustento, essas tribus moviam guerras intestinas, e devoravam as vítimas e os prisioneiros.

Podemos admitir que usaram práticas de sortilégios, bruxarias e feitiços para o fim de capturar as presas cobiçadas, exercendo modalidades de demonismo.

Consequência desta vida de caçadores e pescadores, na montanha e no vale, o registo das condições de ambiência, que não variando nada, pelos séculos em fora, impõem o modo de paralização cultural.

A-par-das qualidades de coragem e sobriedade, os estudiosos do nosso passado concordam na afirmação de que o ameríndio sul-riograndense tinha sufocada a noção da providência e a continuidade no esforço desde que na fauna local, riquíssima de espécies de pássaros e peixes, asseguravam uma alimentação abundante, aumentada pelos recursos da flora.

No caso concreto, da vida econômica do nosso ameríndio, a observação atenta de documentos do séculos XVII e XVIII, obriga o reconhecimento de conexão íntima com as aspirações morais e quiçá religiosas. Essa dependência não deixou de existir e de se manifestar claramente.

Sentimentos generosos e delicados estavam recalcados ou não eram demonstrados; represadas as manifestações superiores da alma humana, no canibalismo, eram maltratadas e desprezadas as mulheres; os velhos abandonados ou mortos quando não ajudavam mais nos trabalhos da caça e da pesca.

Podemos notar, na História de Pátria Brasileira, uma nova época com prerrogativas e direitos, quando no século XVII, a situação econômica do homem ameríndico, habitante do nosso território, se alterou profundamente e de maneira rapidíssima, devido às circunstâncias civilizadoras da catequese católica, dando em resultado a transformação cultural.

Após a ação de converter às almas ao grémio do cristianismo, assistimos ao registo de nova curva representativa da civilização, na qual está transfigurada a cultura autóctone.

Depois da conquista para a civilização das bacias do Uruguai e do Jacuí, foi possível reconhecer e estudar as idéias, os costumes e as instituições dos aborígenes.

A economia produtiva do ameríndio sul-riograndense foi fundada e organizada sob orientação de corpo dirigente jesuítico, no século

XVII, quando da criação das Missões; posteriormente, a administração portuguesa, no século XVIII, ano de 1768, no governo de José Marcelino de Figueiredo, dirigiu-a para novo rumo.

A população aborígene do Estado do Rio Grande do Sul estava integrada, no momento de início da catequese jesuítica, no século XVII, de tribus ou povos primitivos, segundo o conceito etnológico, isto é, formadas de indivíduos de descendência e raças diversas; os cronistas mencionaram diferenças de línguas, de cultura e atitudes mentais, modeladas sob formas de dominação política embrionária.

As tribus sul-riograndense, segundo os ensinamentos da etnologia eram povos de técnica pobre; como povos naturais, a cultura própria caracterizava-se, na sua parte técnica, pelos reduzidos e fracos meios para dominarem a natureza.

Como povos naturais, na maior dependência da nossa natureza, no período pré-histórico, quase nada foi deixado, encontrado ou estudado até aos nossos dias; assim as tribus sul-riograndenses devem serem consideradas, quando estudadas no quadro histórico dos séculos XVII e posteriores, como “povos contemporâneo-periferais”, isto é, que se desenvolveram na periferia da influência de focos da civilização européia, criados na base física da terra americana.

Em período anterior à ação civilizadora, operada pelo dinamismo do homem cristão (Jesuítas, Bandeirantes portugueses e espanhóis), o ameríndio possuía poucos utensílios necessários para qualquer operação militar.

Fora dos focos civilizadores, afastados centenas de quilômetros de São Paulo, de Lima, de Assunção e Buenos-Aires, somente no século XVII, pelo contacto com dirigentes alienígenas, representantes da cultura ocidental, é que se opera a dominação das forças naturais; o ameríndio sul-riograndense ampliou então o patrimônio cultural, quer no setor de natureza material formado pelo conjunto dos utensílios à disposição das tribus, quer no de natureza ideológica.

Agora, levando em consideração o exame atento do material etnográfico existente no Museu Júlio de Castilhos, de Pôrto Alegre, orientando nossa inteligência para uma síntese “científica”, caracterizada pela concepção de realce dos elementos geográficos sobre os princípios de história, foi possível reconhecer às áreas de difusão da *cultura material* do Homem ameríndico, no ambiente sul-rio-grandense.

Em mapa anexo assinalamos tôdas as localidades que possuíram material etnográfico, recolhido ao Museu Júlio de Castilhos, quer por pesquisa, quer por doação ou compra de coleções particulares.

Os bens materiais que possuíam as tribus sul-riograndenses serviram para abrigá-las e alimentá-las; outrossim para poder defender-se dos animais selvagens e carnívoros ou poder lutar contra os inimigos usaram armas.

O estudo sistemático dos restos da cultura material dos nossos indígenas, que procuramos realizar no presente capítulo, bem como no seguinte, explicará o valor e importância à luz da etnografia.

Assim reconhecemos que, no momento da conquista, o ameríndio possuía a capacidade de engenho e invenção pouco desenvolvida; a destreza profissional caracterizada por um ofício, com a realização de um conjunto de operações para transformar matérias primas, ficou condicionada ao contacto íntimo do civilizador cristão; como povos naturais, contemporâneos da ação de progresso e cultura social exercida pelos espanhóis e portugueses, no nosso Estado, seus utensílios recolhidos ao Museu Júlio de Castilhos demonstram a realização de indústrias líticas e têxteis com desenvolvimento de técnica, onde o detalhe obriga o reconhecimento de mais próxima etapa da marcha civilizadora.

Os elementos materiais estudados foram todos recolhidos na área do Município do Rio Grande do São Pedro, estruturado em organização política do Estado do Brasil, no século XVIII, com instalação oficial em 16 de dezembro de mil setecentos e cinquenta e um (16-XII-1751); a sede do centro civilizador foi, no começo a vila do Rio Grande e, posteriormente, a vila de Pôrto Alegre; a concentração das fontes materiais etnográficas numa circunferência de pouco mais de uma centena de quilômetros, tendo como centro a cidade de Pôrto Alegre, demonstram que as tribus sul-riograndenses que deixaram restos documentais, devem ser estudadas como "povos contemporâneo-periféricos".

Poderíamos, sem êrro, admitir que as tribus sul-riograndense sofreram inicialmente uma influência de ambiência espanhola, durante os séculos XVI e XVII, na ação civilizadora e política do Vice-Reinado do Perú; posteriormente, a-partir da quarta década do século XVII, uma preponderância da política do Estado do Brasil.

Entre os objetos recolhidos ao Museu Júlio de Castilhos, que fazem conhecer êsse nosso ponto de vista, de que os mesmos recordam indústrias de povos contemporâneo-periféricos, merecem indicação especial os seguintes:

Machados: A coleção etnográfica do Museu Júlio de Castilhos conserva seiscentos e quarenta e três (643) machados, isto é, instrumentos cortantes para rachar lenha ou aparelhar madeira.

No estudo, "Arqueologia comparativa do Brasil", por H. von Ihering, bem como, nos artigos publicados por A. Barbedo, no ano de 1904, os machados sul-riograndense foram classificados de modos di-

versos; H. von Ihering admitiu duas classes, que denominou: I.^a) Machados polidos com sulco circular subterminal, II.^a) Machados de entalhes laterais; A. Barbedo distribuiu o citado material em cinco classe: I.^a) Machados lascados, II.^a) Machados polidos, III.^a) Machados entalhados, IV.^a) Machados de ferro, V.^a) Machados circulares perclusos (estes últimos H. von Ihering denominou “trochos”).

A observação atenta do material, recolhido ao nosso Museu, demonstra fases diversas de fabricação dos instrumentos, que se apresentam com faces lascadas e com faces polidas, estes com ótimo acabamento de arestas cortantes.

As matérias primas utilizadas foram o granito e o diorito, ambas rochas eruptivas; o granito é abundante na área da cidade de Pôrto Alegre; o diorito é encontrado na encosta do planalto, nos vales do Mampituba, Sinos, Caí e Taquarí; raramente, na fabricação de machados foi utilizado o arenito ferruginoso (grês ferruginoso).

A leitura do registo das peças, em estudo, permite afirmar que os lugares, onde foi recolhida maior quantidade, são Santa Cruz, Venâncio Aires, Estrêla, Lageado, Encantado, Montenegro, Rio Pardo e Taquarí; o Município de Garibaldi forneceu pouquíssimo material; o Município de Pôrto Alegre concorreu com um pequeno exemplar.

Fazendo-se centro na atual cidade de Taquarí, com um raio de oitenta quilômetros, podemos traçar uma circunferência que delimitará a principal área de origem dos machados; outrossim, reconhecemos que nos arredores da vila de Mostardas, no atual Município de São José do Norte, na Região do Litoral Atlântico, avançando para Nordeste, até à cidade de Tórres, no Município de igual nome, a colheita de machados, com perfeito acabamento, foi importante; oitenta exemplares vieram desta área, cujos pontos extremos estão situadas a duzentos e cinquenta quilômetros (250 Km.). A área do litoral, que forneceu machados, tem a forma de um triângulo escaleno, cujos vértices são as localidades de Mostarda, Osório (antiga Conceição do Arroio) e Tórres.

A comunicação entre as duas áreas, de distribuição de instrumentos cortantes, é facilmente realizada pelo vale do rio Gravataí; podemos ainda admitir que foram utilizados os vales dos rios Capivari e Gravataí.

Quanto ao machado de ferro, proveniente da área do Município de Caxias, podemos admitir que o mesmo foi usado pelo ameríndio, do grupo dos “bugres” ou “coroados” que se fixaram, ali, no século XIX; não foi fabricado pelos “bugres”.

Litos Duplo-conóides: Na coleção de peças etnográficas, do nosso Museu Júlio de Castilhos, existem cinquenta e um exemplares de instrumentos, de forma duplo-cônica, que H. von Ihering e os irmãos Barbedo denominaram “machados circulares perclusos”; posterior-

mente, von Ihering denominou o mesmo utensílio pelo vocábulo “trocho”, que na versão de linguagem greca significa “roda”; descrevendo-as; H. von Ihering escreveu: “Designarei pelo futuro estes objectos com a denominação de “*trochas*”. “As informações que Florentino Ameghino (8. I, p. 440 e 531, referencia a obra — *la antigüedad del hombre en El Plata*) nos dá sobre estas armas (trochos), encontradas em Salta (República Argentina), combinam perfeitamente com as nossas”.

“Segundo Ameghino estes (trochos) ocorrem não só em Salta, mas também no Chile, Perú, Bolívia e até no México”.

Em período anterior, H. von Ihering escrevera: “... estes objectos (trochos), que antigamente foram designados como machados perclusos, serviam de pedras de funda, que estavam presas por uma correia” — (Vide pág. 573 — Volume VI — Revista do Museu Paulista — 1904).

No século passado, em 1884, outra não era a opinião de Carlos von Koseritz, quando em seus “Bosquejos Etnológicos”, escritos em Pôrto Alegre, afirmou: “Dizem os antigos, que os indígenas serviam-se dessa arma na guerra (machado circular percluso) e na caça das antas, enfiando um tênue porém forte e flexível tronco pau ferro ou de cutia, no orifício e servindo-se depois dessa formidável arma a modo de maça”.

Segundo afirmação do R. P. Vasquez Trujillo, “los indios del Caaró se hace referencia de esta arma y se la designa con el nombre indigena: *itaizá*”. “Son sus armas al modo de um huso de palo de poco más de media vara, a lo más de tres quartas, que por contera tiene una piedra esquinada y redonda” (Citação de António Serrano — in *Cultura Lítica del Sur Brasileño* — Pág. 422 — Volume II.º — Anais III.º Congresso Sul Riograndense de História e Geografia — 1940).

O R. P. Ferrusino, escrevendo nas Missões Jesuíticas, no século XVII, afirmou, que uma das armas do indígena, “son a modo de huso, que tiene por tortera una piedra con una esquina muy viva” (Citação António Serrano — *Ibidem*).

As informações idôneas prestadas pelo capitão José Leite da Costa Sobrinho, sobre o uso dos “machados circulares perclusos”, que viu os índios Charrúas empregá-las dependuradas em uma correia de três e quatro metros de comprimento, durante a guerra do Paraguai — (1865 — 1870) — confirmam a opinião geral sobre a utilidade dos itaizás ou trochos.

O professor António Serrano, estudioso e ilustrado director do Museu do Paraná, na República Argentina, informa que “según la tradición recogida por H. Claudio Joseph en Perquenco, los antiguos la usaban como arma arrojadiza en tiempo de guerra y también como

anillos adaptados a sus instrumentos de trabajos". "yo sospecho que este segundo tipo no sea un itaizá en el sentido dado por los jesuitas, es decir de una verdadera hacha circular, sino un arma arrojadiza, el "catancura" de los araucanos".

Informada nossa inteligência pelos dados referidos, concluímos em aceitar a opinião de Claudio Joséph, como a de maior valor para a etnografia.

Examinados os "machados circulares perclusos", "trochos" ou "itaizás", verifica-se que o instrumento tem a forma de um sólido duplo-conóide, isto é, de um sólido que tem uma parte interna ôca, a qual se sobrepõe uma parte externa cônica e maciça; talvez, seja melhor dizer que a peça, em estudo, tem a forma de "duplo tronco de cone perfurado".

São encontradas peças com diâmetros externos diferentes, embora apresentando às perfurações iguais ou de próximos diâmetros.

A observação da forma permite admitir que tais objetos foram fabricados em série, na obediência a uma ordem crescente de seus diâmetros externos, medidos nas bases circulares.

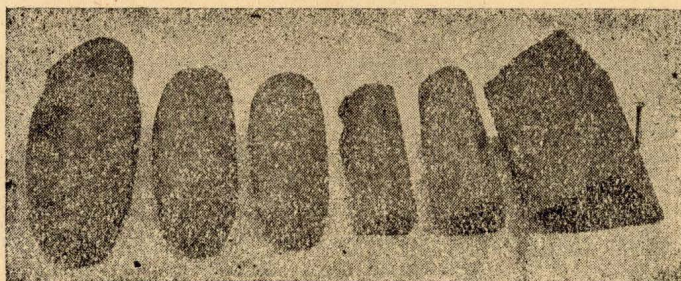
Uma série de quatro ou mais peças de pedra (granito, diorito, arenito silicoso), com forma de duplo-conóide, seriam colocadas a-partir da extremidade pontaguda numa haste (ou hástea) de rígida madeira; com o sobrepêso dos duplos conóides o pau comprido transforma-se em "instrumento de escavar a terra"; admitimos que o aparelho assim construído foi o melhor "escavador" utilizado pelo nosso ameríndio, quando da realização de atos de economia produtora, no seio das Missões Jesuíticas.

Na fase de decadência da civilização jesuítica, quando tais peças de utilidade, no processo de trabalho agrícola ou de construção, se fizeram desnecessárias, passaram a serem utilizadas como armas de ataque.

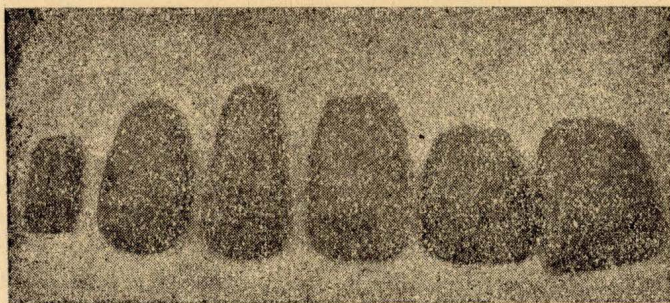
Os líticos duplo-conóides devem ser distribuídos em duas classe: I.^a) Escavadores, quando montadas em pau ponteagudo são utilizados em choque sobre o solo, seguindo-se um movimento de rotação sobre o eixo vertical, para facilitar a retirada da terra e consequente abertura do buraco para a fixação de vegetal ou do barrote duma choupana; II.^a) Itaizás, isto é, armas para o ataque pessoal do inimigo ou de animal de caça, como a anta; o itaizá foi utilizado quer encabado, quer sujeito a uma corda.

Os líticos duplo-conóides, que constituem a coleção do Museu Júlio de Castilhos, vieram da área coberta pelos Municípios de Santa Cruz, Lageado, Venâncio Aires, Estrêla, Candelária e Montenegro.

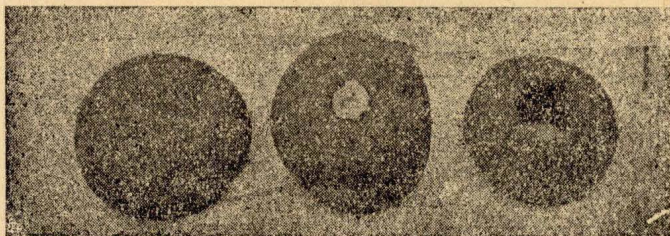
Bolas: sob nome de bolas são designados objetos de pedra (granito, diorito e arenito silicoso), com a forma de corpo esférico; são comuns nas áreas de distribuição indicadas para os machados; assim a



- 1 — Machado com entalhe.
- 2 — Machado polido.
- 3 — Machado polido.
- 4-5-6 — Fragmentos de rocha eruptiva usados na
confeção de machados (diorito).



Seis machados, todos talhados em diorito.



- 1 — Cilindro lítico, com pequena altura.
 - 2 — Cilindro lítico, com pequena excavação.
 - 3 — Lític duplo-conóide (Itaizá).
- Observação: Todos talhados em diorito.

maior parte foi recolhida da região de distribuição, que tem por centro a cidade de Taquarí; no Museu Júlio de Castilhos existem duzentas e trinta bolas, com indicação das localidades de origem; somente, cinquenta bolas foram obtidas de colecionadores, que informaram havê-las encontrado nas várzeas e campos próximos de Mostardas, Palmares, Cidreira, Capivari, Osório (Conceição do Arroio) e Tórres.

As localidades citadas estão construídas sobre o território outrora pertencente (1700) às Estâncias Reais de Portugal.

No trabalho de Francisco João Roscio, "Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro", ano de 1781, encontramos referências ao "cemitérios de índios", em pontos diferentes da região do litoral: "Nessa extremidade (ao Norte da Povoação do Norte, isto é São José do Norte) se achão vestígios de hum cemitério (histo é) varios ossos e caveiras e alguns cacos de louças de barro ordinario, e mal trabalhado que dão noticias de que ali habitaram antigos Índios ou Barbaros".

A bolas apresentam uma superfície regularmente polida, sem dúvida são seixos rolados esféricos, comuns na formação geológica do vale do Rio Camaquã e do Rio Santa Maria, no seio desse conglomerado; assim, parece-me que o ameríndio não teve grande trabalho no seu aperfeiçoamento; foram utilizadas na forma encontrada na natureza como armas de ataque.

Alguns seixos rolados têm formas de geóide ou de ovóide, donde alguns objetos oferecerem tais aspectos; a mão do ameríndio concorreu para aperfeiçoar o objeto.

Nas *bolas com entalha* o Homem ameríndio esculpiu seu trabalho, abrindo um sulco equatorial para melhor ligá-las, quando fabricavam as "boleaderas"; denominam-se "boleaderas" os instrumentos, usados pelas tribus indígenas, feitos com três "pedras com entalha" atadas às extremidades de três pontas de um corda de couro; duas pedras eram de igual tamanho, sendo a terceira menor, conhecida sob nome de manicla, entre Minuanos e Charruas.

O uso de "bolas com entalha" e de "boleaderas" pelo ameríndio sul-riograndense é posterior à colonização pelo Homem europeu, posto que o gado bovino e gado cavalari aqui foram introduzidos no começo do Século XVII.

As "boleaderas" foram usadas para satisfazer uma necessidade de economia doméstica, servindo para facilitar a caça, principalmente do gado alçado, do porco do mato, do avestruz e do veado; posteriormente, como arma de ataque, para derrubar a montaria do inimigo.

Almofarizes líticos; Sob nome de almofarizes devemos classificar o utensílio escavado em pedra (granito, diorito ou arenito fer-

ruginoso), verdadeiro vaso em que se pisa qualquer coisa com o *pilão*, também chamado “mão do almofariz”.

No Museu Júlio de Castilhos existe um belo exemplar de almofariz, com respectivo pilão, com ótimo acabamento; os almofarizes servem para a realização da divisão mecânica de substâncias sólidas; a redução em fragmentos de grãos alimentícios, de folhas secas de medicamentos, de cascas e de raízes úteis se obtém facilmente trabalhando com o almofariz e pilão.

Provavelmente, antes de utilizar o almofariz e pilão, foi empregado na pulverização uma pedra bastante dura, com superfície perfeitamente plana, onde se colocava a substância a pulverizar; sobre esta substância fazia-se deslizar um cilindro maciço de pedra.

Na coleção etnográfica, que pertenceu ao sr. Octacílio Barbedo, existiam doze (12) almofarizes obtidos em Osório (Conceição do Arroio) e Tôrres na coleção do Museu Júlio de Castilhos existem treze pilões, com a seguinte distribuição: Taquara (Mundo Novo) — seis; Caxias — um; Estrêla — um; São Luiz — dois; Caçapava — dois; Cachoeira — um.

Cilindros líticos: Existem na coleção do Museu Júlio de Castilhos sessenta e uma peças de pedra, com a forma de cilindros de pequena altura; foram classificadas no Livro de Carga da III.^a Secção, com a denominação de “Medalhão”; outros deram o nome de discos ao material, em observação.

O exame atento destas peças, preparadas com a mesma matéria prima dos “lítos duplo-conóides”, todas colhidas nos mesmos lugares destes leva-nos a afirmar que tais objetos representam formas iniciais para a confecção dos itaizás e escavadores de terra; assim, a rocha eruptiva, granito e diorito, bem como a rocha metamórfica, arenito silicoso, eram talhadas em cilindros de pequena altura; depois perfurados no centro, para sofrer posterior desgastamento sobre as bases, de modo a determinar uma aresta circular, quando sobrepostos dois troncos de cones de iguais diâmetros.

As formas de cilindros de pequena altura, com escavação no centro, constituem também fases intermediárias da preparação dos “lítos duplo-conóides”; assim, alguns autores têm denominado-as

Argolões líticos: Existem na coleção do nosso Museu Júlio de Castilhos diversas pedras cortados em forma de grandes argolas, as quais foram encontradas em Osório (Conceição do Arroio), Tramandaí, Cidreira e Tôrres; são formas de aspectos semelhantes aos “lítos duplo-conóides”; assim, alguns autores têm denominado-as “itaizas-argolas”, atribuindo-lhe análogo uso.

A forma de argola apresentada por tais objetos lembra uma utilidade para prender ou puxar qualquer coisa; ocorreu ao nosso pensamento o uso de tais utensílios como contrapêso de rédes, na

ação de pescar; outrossim, poderiam servir os argolões líticos para contrabalançar o pêso da rêde, quando da sua fabricação, dando maior estabilidade às hâsteas dos teares improvisados, nas proximidades do mar e das lagoas.

Alguns argolões líticos têm dimensões que permitem acomodá-los ao braço humano, parecendo-nos possível admitir que foram usados também como adorno individual.

Litos sulcados: Nossa observação sôbre o material do Museu permite concluir que as “pedras planas sulcadas”, com colheita na Serra do Erval e na Costa do Atlântico, serviram para aguçar pontas de setas, com preparação aperfeiçoada.

Quebras sementes: Na região litórea, como na do planalto sul-riograndense, têm sido recolhidos alguns objetos, que a tradição denomina “quebras carroços”; são formados de uma pedra plana, com contornos irregulares, deixando observar numa das faces uma ou mais cavidades curvas, em geral capaz de conter uma pequena esfera, isto é, a semente do fruto do “butiaseiro” — Cocos coronata ou do “gerivá — Cocos Romanzof — fiana; — a utilização foi imposta pela descoberta, feita pelo ameríndio, de as sementes dos vegetais indicados fornecerem um “Óleo medicinal”, para uso no tratamento de feridas produzidas pelas picaduras de insetos.

Facas de pedras: Instrumentos para cortar, talhado em arenito, foram encontrados nas localidades de Taquara, Osório, Pôrto Alegre e praia da Cidreira; a forma semelhante aos objetos transportados pelos europeus, como parte do talher, demonstra habilidade na imitação; houve reprodução dum instrumento cortante, fazendo-o semelhante a outro.

Arrojeitos líticos: — Sob nome de “arrojeitos líticos” classificamos os objetos formados por um pequeno duplo cone de pedra; os cones sobrepostos pelas bases têm alturas diferentes; os “arrojeitos líticos” deveriam fazer parte de instrumento composto de um pau e de um duplo cone de pedra; o pau servia para dar violento golpe na pedra, a qual era lançada no espaço com a mão esquerda; o pau era manobrado com a mão direita.

Posteriormente, o pau apresentava na extremidade superior, em uma das faces, uma entalha côncava, na qual era colocada a peça lítica; quando se lhe comunicava um violento impulso a peça duplo cone de pedra saltava no espaço.

Os ameríndios usaram os arrojeitos líticos na caça de pequenos animais, que atordoados pelo choque, eram obtidos em estado vivo; podemos admitir que foram utilizados para derrubar frutos, como os dos nossos coqueiros.

Entre os jogos populares da criança brasileira existe o denominado “rouxinol”, no qual é utilizado um duplo cone de madeira

ou um cilindro-conóide, que é atirado à distância com auxílio de um cacete; ganha a partida o jogador que alcança atirar o “rouxinol” a maior espaço. Para iniciar a partida os jogadores ficam colocados sobre uma linha comum ou no interior de um círculo traçado no solo.

Assim, além da utilidade na economia primária, o “arrojeito lítico” constitue brinquedo e divertimento para o indígena da nossa terra, iniciando-o na disciplina individual, como passatempo sujeito a regras simples.

H. von Ihering denominou tais objetos de “virote”, vocábulo que significa seta curta ou cousa muito tesa; outrossim, o termo português “virote” é o nome da peça transversal de ferro nos copos das espadas; julgamos melhor denominar os objetos, em estudo, de “arrojeitos líticos”, para evitar confusão.

Clavas: Instrumentos de pedra, mais grossos em uma das extremidades foram usados, como armas de defesa e de ataque, pelos ameríndios.

Na leitura dos artigos para a imprensa de Pôrto Alegre, escritos pelos irmãos Barbedos, no começo do século atual, reconhecemos que as *clavas*, também denominadas “maças” ou “massas”, algumas vezes de “bastões”, foram recolhidos nas localidades de Osório e Tórres.

A matéria prima aproveitada para a fabricação das clavas, em regra geral, é a rocha eruptiva do derrame basáltico, que atingiu a região dos Municípios de Osório e Tórres.

Litóides estrelários: Sob êste nome classificamos os objetos que têm a aparência de pedras estreladas; foram primitivamente seixos rolados, nos quais os ameríndios entalharam pontas, realizando boa obra de escultor; dada a perfeição das pontas lavradas sobre os seixos rolados somos obrigados a admitir o uso de instrumento de aço; o emprêgo do buril, instrumento para lavrar as pedras, em estilo regular, é posterior a conquista; assim, admitimos que os “litóides estrelários” são relativamente recentes, daí o fato de semelhança com instrumentos usados pelos “cruzados” da velha Europa.

Estes instrumentos de defesa e ataque foram usados atados em cordas, servindo para ferir de preferência o inimigo sobre a cabeça ou tórax. Pode-se admitir que também teve emprêgo na caça de animais quadrúpedes de pequeno tamanho.

Tembetás: Entre as peças etnográficas do Museu Júlio de Castilhos estão registrados oito tembetás, objetos fabricados de pedras ou de ossos; são utensílios colhidos quando do lavrar o solo, na área que se estende entre os rios Caí, Taquari e Pardo.

Têm a forma de um cilindro, apresentando a base superior maior diâmetro, donde um rebordo saliente, que permitisse a fixação no lábio inferior, em orifício previamente feito; a base superior oferece

uma concavidade capaz de facilitar a adaptação à superfície convexa do maxilar inferior.

Desde que o Prof. Ladislau Neto, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no fim do século passado, estudou tais objetos, são os mesmos considerados como adorno labial usados pelos nossos indígenas.

Para facilitar o conhecimento do material recolhido no nosso Museu, indicamos os colecionadores dos tembetás, que observamos.

COLECIONADOR	LOCALIDADE
José Lage	Sampaio
Hermenegildo d'Azevedo	Couto-Passo d'o Ciria- co
Baisch	Sampaio
Franz Kwbaner	Forqueta
Pet. Kish	Santa Cruz
Pet. Kunz	Santa Cruz

O vocábulo tembetá, que é de boa linguagem tupi-guaraní, foi registrado por Montoya, no Dicionário da Língua Guaraní, na página 106, 1.^a parte, com versão espanhola de “barbote”.

O tembetá não deve ser confundido com o “botoque”, isto é, cilindros achatados de madeira de pequena densidade e grande diâmetro, que eram introduzidos nos furos artificiais dos lóbulos das orelhas e do lábio inferior, como nos Aímorés; o tembetá pela forma de cilindro alongado e pequeno diâmetro, é verdadeiro objeto de adorno, que pendente do lábio inferior, atravessando os tecidos, se destaca bastante para fora.

O uso do tembetá parece ser exclusivo do sexo masculino; quando criança, até aos seis anos de idade, o ameríndio sofria a operação do lábio inferior, a qual era executada pela mãe ou pelo payé-feiticeiro; o instrumento de operação devia ser um espinho ou uma lâmina pontiaguda de taquara.

Na página n.º 6, da obra “Viajes por la América Meridional”, escreveu Azara: “Es éste (tembetá) um pequeno pedaço de madeira de quatro a cinco pulgadas de largo y de dos lineas de diâmetro”, referindo-se aos indígenas que habitavam, no fim do século XVIII, o território pertencente hoje à República do Uruguai.

Litóides zoomórficos: Sob esta denominação descrevemos utensílios talhados em pedra, com a representação de um animal, algumas vezes a figura humana: uma das faces apresenta pequena cavidade, destinada a receber um pó de substância narcotizante ou excitante.

Os litóides zoomórficos, recolhidos ao Museu Júlio de Castilhos, foram obtidos na área limitado pelas localidades de Mostardas, Palmares e Torres, no nosso Estado.

Admitimos que a substância usada foi as folhas de fumo, colhidas das espécies vegetais — *Nicotina Tabacum* e *Nicotina rustica*.

Documentos históricos comprovam que Christovão Colombo verificou o costume de fumar, por ocasião da descoberta da América, quando desembarcou na ilha Guanahani (Arquipélago das Bahamas).

Entre os ameríndios, daquela ilha, era o fumo chamado “tabago”, sendo latinizado em “tabacum”, na ilha Hispaniola (Haiti) o fumo era usado sob forma de pó, em aspirações; esta forma chama-se “rapé”.

Enviadas sementes de “tabago” para a Europa, a partir da segunda metade do século XVI, depois de Jean Nicot, embaixador francês junto ao Reino de Portugal, haver proclamado suas virtudes medicinais, foi propagado seu uso no mundo civilizado.

Inicialmente conheceu-se o uso de fumar as folhas do “tabago”, em cachimbos, enquanto o costume de fumar charutos foi conhecido mais tarde; simultaneamente, no período inicial, foi reconhecido o uso do “rapé”.

Os litóides zoomórficos serviram, sem dúvida, para facilitar o uso do pó das folhas secas do “tabago”; os efeitos excitantes e narcóticos são produzidos pelos alcalóides denominados nicotina e nicotina; a percentagem de nicotina varia entre sessenta centigramas até quatro grammas e meia.

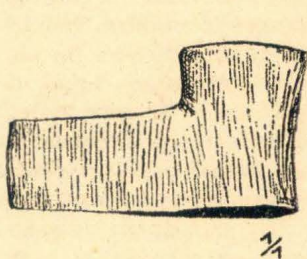
O hábito de fumar, entre os ameríndios, encontra sua razão nas propriedades excitantes do sistema nervoso, diminuindo a sensação da fome e de sede, aumentando a resistência ao cansaço físico, oferecendo a sensação de bem-estar.

E’ bem provável que a “erva mate” pulverizada, tenha sido usada em aspirações, pelos ameríndios, principalmente pelos payé-feiticeiros, para facilitar a realização de atos de bruxaria e práticas de magia.

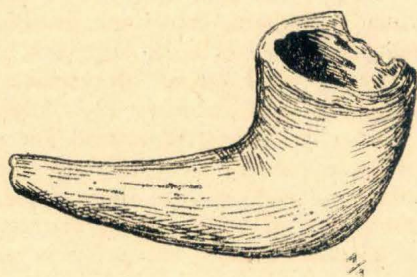
6 — INDÚSTRIA CERÂMICA

Cachimbos: Na área formada pelos municípios de Montenegro, Venâncio Aires, Taquara, Bento-Gonçalves, Alfredo Chaves e Caxias foram encontrados, em grande quantidade, os cachimbos da coleção do Museu; como cachimbos são classificados os aparelhos de fumar, compostos de um forninho e dum tubo; no forninho é colocada a folha de “tabago”, que deve estar cortada em fitas delgadas; pelo tubo, deve ser feita a aspiração dos gases da combustão.

A caracterização de áreas de distribuição de cachimbos e litóides zoomórficos, em situações distintas, parece-nos de importância para



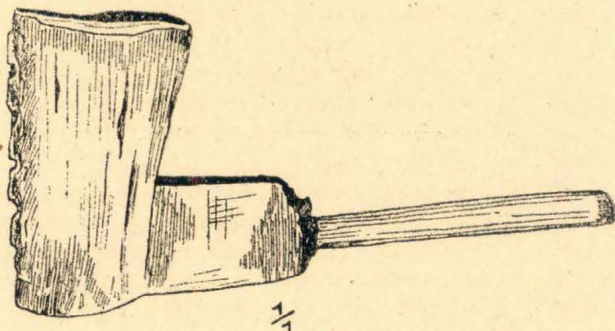
$\frac{1}{4}$



$\frac{2}{3}$

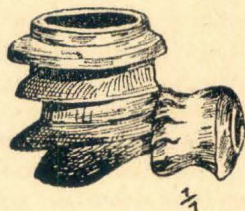


$\frac{1}{3}$

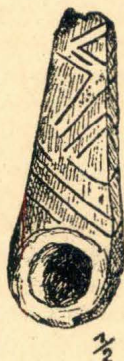


$\frac{1}{4}$

Cachimbo — Recolhidos na área dos Rios Taquari e Sinos.
Coleção do Museu Julio de Castilhos



$\frac{1}{4}$



$\frac{3}{2}$



$\frac{3}{8}$

7.º — Fornilho de
Cachimbo.

a etimologia; na área, que teria como centro a localidade, atualmente chamada Taquara, estiveram fixadas tribus, que mantinham hábitos análogos às do Norte da Argentina e interior do Brasil, estes do planalto meridional; tôdas ali estabelecidas, provavelmente, depois de mil setecentos e cincoenta (população tupí-guaraní); na área litórea, no triângulo Mostardas-Osório-Tôrres, a descoberta de litóides zoomórficos, embora lembrando aperfeiçoamento artístico do ameríndio como reconheceu H. von Ihering, não pode deixar de ser considerada como testemunha da cultura material de tribus tapuias meridionais, que não ampliaram a utilização do tabaco, sob novo método; os payé-feiticeiros do litoral conservaram as tradições, até colonização portuguesa efetiva.

Piteiras: Na coleção do Museu Júlio de Castilhos existem exemplares de pequenos aparelhos para fumar, que não podem ser denominados cachimbos; serviram, sem dúvida, os exemplares observados para fumar pequenos charutos, isto é, fôlhas de tabaco enrodilhadas; esta a razão porque denominamos de *piteiras*, tais objetos que têm forninho pequeno ou forma de verdadeira piteira. Foram recolhidos no subsolo dos municípios de Lageado, Estrêla e Santa-Cruz, todos situados no vale do Taquari.

Admitimos como utensílio do ameríndio tupí, em testemunho de sua presença no território sul-rio-grandense, no século XVII, na época das Bandeiras paulista; — existem informações e dados capazes de satisfazerem a hipótese supra, de ser tal material documento da permanência de grupos aborígenes de cultura tupí pura, da época bandeirante.

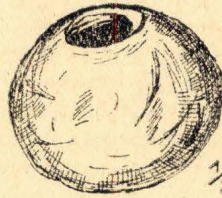
Assim, in Mss. Biblioteca Nacional, Coleção D'Angelis, documento classificado — I - 29 - 1, 47; 4 fls., autógrafo do P. Francisco Ximenez, Febrer (Fevereiro), 4 de 1635, — que é uma carta dirigida ao Superior dos Jesuítas das Missões do Paraguai, R. P. Romero, encontramos as seguintes linhas: “Capijyi, Juyyti (montes q. estan sobre el Tebiquari) y en la boca del mboapari porq. en estes tres puestos em particular halle gran numero de gente junta y con increíble (deseo) de les levantasse cruz, *pero no nos esta a cuento porq. la tierra es fragossissima sus caminos infernales, no ai campo donde tener 4 bacas y sobre todo es el cutidero de los Tupis, como despues dire*”.

No citado documento do padre Francisco Ximenez, que foi escrito na segunda redução de Santa Tereza, (a primeira redução de igual nome foi fundada no Paraná), situada no nosso Estado, em 4 de Fevereiro de 1635, podemos ler: “*Dos mercadores o mas de los Portugueses halle por estas tierras, el uno estava sobre o mbocariray y se llama Ibiraparobí, este enfadado delles*”.



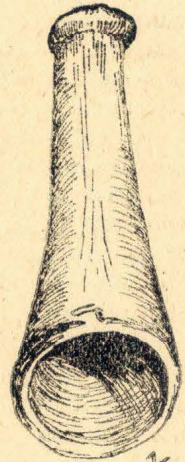
$\frac{1}{2}$

8 — Fornilho de Cachimbo.



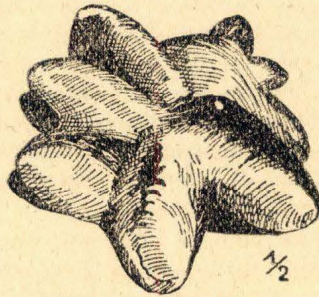
$\frac{1}{2}$

Estojo para inalações.



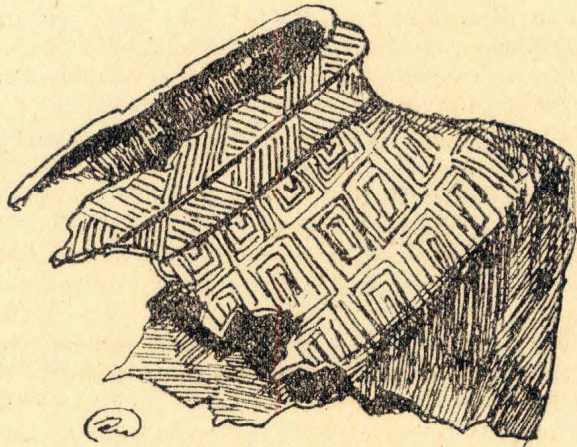
$\frac{1}{4}$

Piteira.



$\frac{1}{2}$

Litoide estrelado.



(2)

Igaçaba — Lagôa dos Barros.
Município de Osório (Ex-Conceição do Arroio).
Coleção do Museu Julio de Castilhos

“El otro se llama Parapopi y esta en el Taquari, 4 leguas mas baxo de la boca del mboapari, este es grandissimo bellaco, y el q. avendido toda esta Nacion, a el vienen a parar todos los tupis assi por el rio como portierra (y los q. V. R.^a cogio a el el venian, y ya yo tenia noticia de su venida) del fian los Portugueses todos sus rescates y de su caja partem todos los años las flotas de miserables cautivos, q. llevan los Tupis por tierra (por donde me dizem solo tardan 5 dias asta el mar).

O exame atento da citada carta do R. P. Francisco Ximenez, informa com segurança as localidades do nosso território, que no ano de 1635, no mês de Fevereiro, estavam ocupadas pelos indígenas da tribo Tupi; a oração entre parenteses, com função explicativa, afirma que os vocábulos “Capiji” e “Juyti” são indicadores de montes, isto é, grandes porções da superfície sólida da terra que se eleva acima da superfície adjacente, com declive mais ou menos rápido, mas sempre bastante sensível; em outras palavras “terra alta com penhascos e arvoredo”; monte é sinônimo de mata, bosque, floresta, selva alta, apresentando árvores corpulentas. O vocábulo “mboapari” lembra nome de rio, na afirmação do P. Ximenez: “... y en la boca del mboapari...”; assim ficam determinados os pontos em que se achavam fixados, em 1635, os Tupi.

Para reconhecimento dos citados pontos procuramos examinar o mapa desenhado pelos RR. PP. Jesuitas, sob nome “Mapa da Provincia do Paraguay”, oferecido ao Padre Carrafa, geral da ordem; atualmente, os estudiosos da história admitem que o referido mapa foi executado entre os anos de 1645 e 1649; foi gravado por J. Blacu, em Amsterdam, Holanda.

O mapa citado está reproduzido na coleção Rio Branco, sob n.º V, bem como, no volume II dos “Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense”.

Como sabemos que o rio Tebiquari, na Caça Jesuítica de 1645 a 1649, é o nosso Taquari, podemos afirmar que os montes citados — Capiji e Juyti — não podem deixar de ser identificados, respectivamente, com a Serra de Botucaraide, nas áreas dos Municípios de Soledade e Candelária, na qual o ponto culminante tem altitude de mais de quatrocentos metros, e a Serra da Pedra, que começando no Município de São Sebastião do Cai, estende-se para Caxias, com oitocentos metros de altitude e São Francisco de Paula, com 920 metros, de altitude. (Em rigor, são duas secções da encosta meridional do nosso planalto).

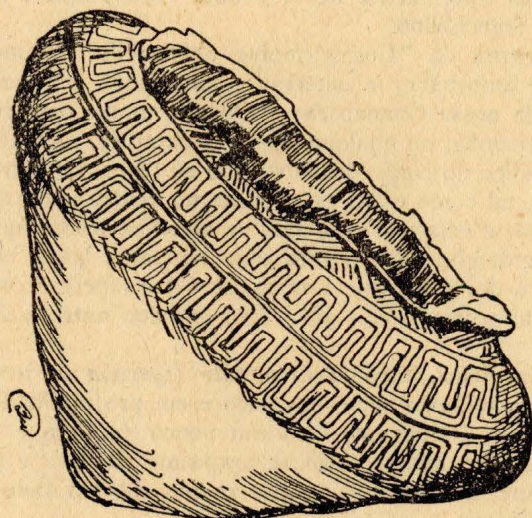
Somos obrigados a fazer esta caracterização comparativa, porque o R. P. Francisco Ximenez, partiu da Redução de Santa Tereza, viajando pelo território do planalto entre as atuais cidades de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, para atingir o rio Caapigui (chamado Ca-

piguy, no mapa de Oldemillar, em 1775; atualmente, denomina-se arroio de São Domingos, ano 1942), passando ao rio Mbocariray (rio Carreiro, na toponímia moderna), alcançando, depois de navegar o Tebiquarí (rio Taquarí, na nomenclatura do século XIX e XX), o rio Mboapiari (êste último rio também teve o nome de Mboapari); admitimos que o último rio deve ser identificado com o atual arroio Boa Vista, que se lança no rio Taquarí, quase defronte da cidade do Lageado.

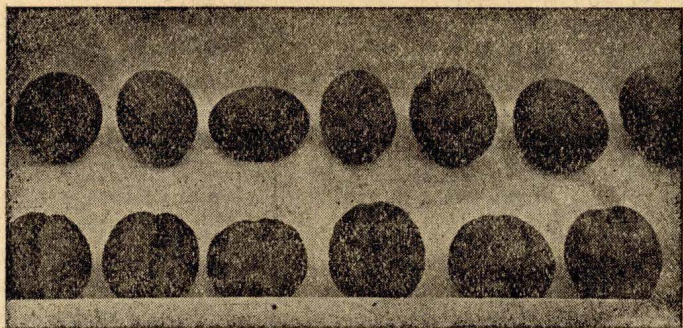
Nosso argumento conjectural é baseado no testemunho do material etnográfico recolhido da área considerada; assim, ao Sul da cidade de Estrêla, entre os arroios Boa Vista e do Silva, localizamos a residência de Parapobi, chefe tupí, pois escreveu o R. P. Francisco Ximenez: "... y de su caja parten todos los años las flottas de miserables cautivos, q. llevan los Tupis por tierra (por donde me dizem solo tardan 5 dias asta el mar). Yo iba con intento de traerle por fuerça si de su voluntad no quisesse venir con migo, mas no se q. indio se me adelanto, y de noche le dio aviso y se huyo, com alguns Tupis, q. con sigo tenia hizelo quemar la caja y destruir qto. le pudo la comida para q. se vaya de alli"; importante é informar, que a distância entre Estrêla e a barra do rio Tramandaí, passando por Montenegro, São Leopoldo, Gravataí e Conceição do Arroio, é de duzentos quilômetros aproximadamente; no caso da marcha ser realizada com velocidade diária de seis léguas (uma légua 6.600 m. $\times 6 = 39.600$ m. ou 40 quilômetros aproximadamente, por dia) a costa atlântica, na altura da barra do rio Tramandaí, seria alcançada no fim do quinto dia; julgamos, assim, aceitável a nossa hipótese.

Quanto a localização do cacique Ibiraparobi, afirmou o R. P. Francisco Ximenez, estava sôbre o Mbocariray, isto é, sôbre o rio atualmente chamado Carreiro; julgamos possível fixar a área entre os rios Carreiro e Guaporé, na proximidade da cidade de Guaporé, onde têm sido obtido material etnográfico; o cacique Nacê esteve fixado a Oeste da Cidade de Venâncio Aires, no território entre as nascentes do arroio Castelhanos e rio Taquarí-mirim, afluentes do Taquarí e ainda o rio Sinimbú, afluente à margem esquerda do Rio Pardo; a Sudeste da Cidade de Santa Cruz deve ter-se situado o Cacique Guiravira, sôbre as nascentes do arroio do Trilho?! e dos afluentes à margem direita do rio Taquarí-mirim; o cacique Aracambí esteve fixado em território do Município de Montenegro, sôbre as nascentes dos arroios Boa Vista, do Silva e Santa Cruz.

Igaçabas: As primeiras informações registadas pelo civilizador europeu, sôbre os ritos funerários dos indígenas da América do Sul, constam de páginas escritas pelo R. P. Manuel da Nobrega. S. J. (Cartas — 1549). e nos conhecidos livros — "Cosmographie univer-



Igaçaba — Município de São Pedro. Rio G. do Sul.
Coleção do Museu Julio de Castilhos



Bolas Talhadas em granito, diorito e arenito — Municípios de
Osório (Ex-Conceição do Arroio) e São José do Norte. Rio
Grande do Sul.

selle" e "Les Singularitez de la France Antarctique", êste do R. P. A. Thevet, franciscano.

Pela leitura da "Cosmographie universelle" ficamos informado dos atos de amortilhar e enterrar o ameríndio, no ano de 1555, no recôncavo da nossa Guanabara: "Quando morre o marido ou espôsa de um Tupinambá, ou qualquer de seus parentes, pais, tios ou irmãos, fazem os índios do corpo do morto um só bloco, no leito onde o mesmo pereceu, tal como estão as crianças no ventre materno. Depois de assim envolto e enlaçado com fios de algodão, metem-no num grande vaso de barro, que cobrem com uma tampa... Com mêdo, segundo dizem, que o defunto torne à terra, se fôsse enterrado sem ligaduras. O que muito receiam, pois já o fato succedeu outrora aos seus antepassados.

E, assim feito, introduzem o *pote* (*igaçaba* = urna funeraria) em uma cova redonda como um poço e em profundidade do tamanho de um homem, juntamente com um pouco de fogo e farinha, afim de que o espírito maligno não se aproxime da cova e possa a alma, se tiver fome, alimentar-se. Após o que cobrem tudo com a terra retirada da fossa.

Em se tratando de um chefe-de-família, é o mesmo enterrado em sua oca, no próprio sítio onde dormia; se é uma criança, fora e atrás da casa.

Alguns são inhumados nos campos floridos e outros lugares, nos quais os defuntos estimariam viver".

Jean de Léry, na "Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil", escrita na mesma época e publicada no ano de 1585, informa que as cerimônias do sepultamento duram ordinariamente apenas meio-dia, "pois não conservam o cadáver por mais tempo insepulto".

Jean de Léry e Manoel da Nobrega registaram o sepultamento em cova, sem utilização de igaçabas. Aquele escreveu: "Depois de aberta a cova, não ao comprido como as nossas, mas redonda e profunda qual um enorme tonel de vinho, dobram o corpo, quase sempre logo em seguida ao óbito, braços e pernas amarradas juntas, assim enterrando de pé (certamente Léry quer dizer *no sentido vertical, com o dorso em pé*, corrigiu o Prof. Estêvão Pinto). Se o finado é algum ancião estimado, sepultam-no na própria casa, amortilhado em sua rêde de algodão, em companhia de alguns colares, plumas e outros objetos com que andara em vida".

Manoel da Nobrega, em carta de 1549, escrita da cidade do Salvador (São Salvador da Baía) afirmou: "Quando morre algum dêles (ameríndios da Baía), enterram-no em posição de quem está assentado, em frente lhe põem de comer...".

Gabriel Soares de Souza, em seu "Tratado descritivo do Brasil em 1587", dedica um capítulo ao estudo das cerimônias fúnebres;

referindo-se ao enterro de um chefe ameríndico, escreveu: “Primeiramente o untam com mel todo, e por cima do mel o enpenam com penas de pássaros de côres, e põe-lhe uma carapuça de pena na cabeça, e todos os mais enfeites que eles costumavam trazer nas festas; e tem-lhe feito, na mesma casa e lanço onde ele vivia, uma cova muito funda e grande, com sua estacada por de redor, para que tenha a terra que não caía sôbre o defunto, e armam-lhe sua rêde em baixo de maneira que não toque o morto no chão; em a qual rêde o metem assim enfeitado e põem-lhe junto da rêde seu arco e flechas, e a sua espada, e o maracá com que costumava tanger, e fazem-lhe fogo ao longo da rêde para se esquentar, e põem-lhe de comer em um alguidar, e água em um cabaço...”. Finalmente, afirmou Gabriel Soares de Souza que o *filho do chefe ameríndio* era enterrado de “cócoras, atados os joelhos com a barriga”, em *potes*, que enterravam no solo.

Hans Staden, que visitou o Brasil, no século da descoberta, ano 1557, deixou uma gravura representando as cerimônias fúnebres entre os tupinambás, a qual corresponde às descrições de autoria de Gabriel Soares de Souza, Manoel da Nobrega e Jean de Léry.

Os documentos históricos recordados confirmam que, os ameríndios da costa atlântica, usaram vasos funerários, quer para o enterramento de corpos humanos, quer para cobrir a cabeça do morto, quando a inumação era realizada diretamente na cova.

O grande vaso, no qual o corpo humano era colocado, para ulterior enterro na cova, foi chamado Igácába, que com corrupção escrevemos igaçaba; a análise do vocábulo citado permite conhecer a sua significação no ritual funerário, como demonstrarei; — na origem da escrita tupí, realizada com auxílio do alfabeto português, a forma do vocábulo foi a seguinte:

Igá cába
└─────────┘
Igácába
└─────────┘
Igaçába

Igá = Espanhol: Trasmunar-se; Português: Caminhar por debaixo da terra; passar uma cousa por entre outra; traspasar; perietrar; empapar-se; embeber-se; “possuir-se de um sentimento”.

Cába: Abelha.

O sentido figurado do vocábulo estruturado é o seguinte: Passar uma cousa (*alma*) por entre outra (*pote* ou *vaso funerário*) à abelha; caminhar por debaixo da terra para a abelha. O emprêgo da urna funerárias de argila foi imposta por uma situação particular de desenvolvimento psicológico do ameríndio; admito mesmo, que o nosso indígena aceitou a hipótese de residir a alma, quando juxtaposta ao corpo, no interior da cabeça, isto é, no cérebro.

Outra explicação não encontramos para o fato do uso de enterramento direto em cova, com utilização do “*câmbuchi*”, isto é, vaso para proteger a cabeça do morto. O *câmbuchi*, que alguns autores escrevem “*camocim*”, não pode ser confundido com a *igaçába*.

O “*câmbuchi*” tem a forma de vaso semiesférico ou semiovoide, que colocado sobre a cabeça do cadáver, com a abertura circular descansando sobre os ombros, deixa a abóbada para cima.

Admitimos que o vocábulo *cambuchi*, registado por Montoya, com versão espanhola, de vaso, não seja de origem americana; antes, parece-nos corruptela de velha expressão portuguesa — “*cama cimbre*”, isto é, leito de dormir com armação em abóbada, isto entendido em sentido figurado (dormir o sono eterno = morrer).

A análise confirma a conjectura:

Cama cimbre
└──────────┘
Camacim
└──────────┘
Camocim

Nas *igaçábas* e *cambuchis* recolhidos ao Museu Júlio de Castilhos, não podemos aceitar a classificação dada por alguns cientistas, que, estudando-as, admitiram serem as mesmas da época neolítica; na velha Europa, onde os estudos arqueológicos estão em grande progresso, os restos de cerâmica encontrados nas estações neolíticas, não são mais que produtos toscos, mal fabricados, desprovidos de ornamentos.

Nossas *igaçábas* e *cambuchis* demonstram uma iniciação verdadeiramente artística; o operário-artista ameríndio, aqui no Rio Grande do Sul, que fabricou o material recolhido ao Museu, conhecia o modo de reforçar a argila, misturando barro branco com barro vermelho; a preparação das urnas funerárias, embora preparadas com processo manual; exigiu uma inteligente aplicação do fogo para o cozimento ulterior.

Importa informar que tais utensílios apresentam, em geral, uma superfície polida, donde admitir que o acabamento foi obtido com atrito de cinzas, proveniente de forno, ainda que de modelo primitivo.

A ornamentação de cor vermelha viva, sobre fundo claro, em toda superfície exterior, caracteriza-se pelo tipo de figuras em linhas retas e quebradas em ângulos de diferentes graus (desenho em gregas); as *igaçabas* dos ameríndios sul-rio-grandenses, encontradas na região de Porto Alegre, Cidreira e no planalto (Município de S. Pedro e S. Luiz Gonzaga), evidenciam uma certa identidade artística com o material etnográfico recolhido no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e na ilha de Marajó (Amazonas).

Igaçabas e cambuchis revelam que os nossos artistas em obras cerâmicas, eram superiores aos troglóditas da época neolítica; podemos admitir que foram introduzidas pelas imigrações de tribus relativamente mais cultas; julgamos não errar aceitando as *igaçabas* como monumentos funerários do agrupamento tribal, que viveu no nosso território, no século XVII; recorda civilização material tapuia.

Cambuchis lembrariam o culto aos mortos tributado pelos tapuias — Os ameríndios denominados Tupí-Guaraní, submetidos desde 1636 aos civilizadores Jesuítas, aceitaram a cultura cristã;* há mais de trezentos anos submeteram-se ao ritual da Igreja Católica.

7 — INDÚSTRIA TÊXTIL

A indicação das matérias primas nacionais para as indústrias têxteis tem sido muito descurada, e dêsse êrro, que vem do século XIX, resulta para o novato no estudo do nosso passado prejuízos no calcular o valor da economia das fibras vegetais nativas.

E' vulgar, nos nossos institutos e escolas, insinar-se as diversas manipulações e fases de fabrico de artefactos variados, as operações como se consegue obter os produtos, o manejo das máquinas modernas, sem que se dê uma só noção das matérias primas têxteis que entraram na preparação dos artefactos indígenas.

E' um êrro que não pode nem deve continuar a praticar-se, pois a bagagem técnica será menos sólida e inferior de verdadeiros conhecimentos, quanto ao aproveitamento de matérias primas vegetais próprias do nosso território.

Estas ligeiras considerações demonstram a necessidade que existe na pesquisa e estudo das matérias primas para as indústrias, que foram utilizadas pelos ameríndios, como operários primitivos.

As exigências da pedagogia industrial estão orientando a formação do operário moderno, transmitindo explicação cabal e precisa sobre as fibras têxteis que foram empregadas pelos indígenas da América; somente assim será possível evitar incertezas e surpresas sobre o valor da matéria prima têxtil, segundo pesquisas etnográficas.

Os indígenas sul-rio-grandenses, no movimento de contacto com o Homem europeu utilizavam fibras têxteis preparadas com filamentos vegetais, para a confecção de cordas, rêdes de dormir e rêdes de pescar.

As fibras vegetais eram provenientes de fôlhas, de frutos, caules e raízes; classificamos as fibras têxteis no seguinte quadro:

FIBRAS VEGETAIS

ÓRGÃO VEGETAL UTILIZADO	ESPÉCIES VEGETAIS
FÓLHAS:	Caratá Pita Pinguin Gravatá agulha Gravatá de rede Bananeira do mato Tucum
FRUTOS:	Algodoeiro erbáceo Algodoeiro hirsuto Algodoeiro peruano
CAULES:	Guaxima branca Guaxima vermelha Guaxima de mangue Triunfeta Cipó de leite
RAÍZES:	Cipó de imbé

1 — FÓLHAS

A indústria rotineira do ameríndio encontrava utilidade nas folhas de Bromeliáceas, como sejam as espécies *caratá* (*Bromélia fastuosa*), que fornece fibras longas e de pequeno diâmetro; a *pita* (*Bromélia picta*) e o *pinguin* (*Bromélia pinguin*), ambas produzindo fibras resistentes, finíssimas e de qualidades sedosas; o *cravatá agulha* (*Ananas muricatus*); o gravatá de rede (*Bromélia sagenária*).

Para se obter a fibra têxtil, as folhas verdes eram estendidas, tirando-se com uma raspadeira, concha de molusco, faca de taquara ou faca de pedra, a epiderme da face superior.

Apareciam então os feixes brancos e finos de fibras sobre o tecido restante da folha e que vão duma a outra extremidade. Cortavam esses feixes nas extremidades, retirando as fibras com a mão. Os filamentos retirados das folhas verdes, logo que secavam estavam prontos para serem utilizados em confecção de fios, cordas e tecidos rudimentares.

As fibras têxteis preparadas com as folhas dos vegetais indica-

dos acima têm, em regra geral, as propriedades de serem impermeáveis e resistentes à tração.

Os diversos vegetais denominados “bananeiras do mato”, representados pelas espécies *Heliconia augustifolia* e *Heliconia brasiliensis*, devem ter sido utilizados pelos ameríndios na preparação de fibras; as *Heliconias* são plantas da Família das Musáceas, que possuem folhas elípticas e coriáceas, com pecíolos compridos e rígidos, que nascem de um caule subterrâneo (*Rhizoma*).

O tucum (*ticum*), que é a espécie *Bactris sedosa* de Martius, fornece ótima fibra têxtil; é uma palmeira de pequeno porte, de estipe e folhas cobertas de grandes e fortes espinhos; no Rio Grande do Sul existe nas matas dos vales do Jacuí e Camaquã; suas folhas são grandes, com segmentos de quarenta a cinquenta centímetros de comprimento, é do limbo das folhas que se retiram fibras têxteis de diâmetro fino; a propriedade mais importante é a grande tenacidade; a fibra de tucum tem o aspecto da lã animal, oferecendo análoga sensação ao tacto; foi usado na confecção de redes e linhas para a pesca.

2 — FRUTOS

A família das Malveas, cuja área de habitação compreende toda a zona inter-tropical e as zonas temperadas, particularmente da América, forneceu ao ameríndio excelente matéria prima para a preparação de fibras têxteis.

As espécies de algodoeiros, que são abundantes sobre a superfície do globo, têm nos frutos uma penugem filamentosa, fina e sedosa, de cor branca ou amarela, que envolve as sementes; o algodoeiro verdadeiro é a espécie denominada *Gossypium herbaceum*, que atualmente apresenta variedades e híbridos, graças a sistematização dos processos científicos de culturas.

A espécie chamada “algodão hirsuto” é a *Gossypium hirsutum*, natural do México, possuindo grandes folhas trilobadas, tetralobadas e pentalobadas; tem flores de cor branca, e foi cultivado de preferência na área meridional dos Estados Unidos e na área setentrional da América do Sul.

A espécie “algodão peruano” tem a denominação *Gossypium peruvianum*, produz flores amarelas que tomam cor vermelha ao fim do desenvolvimento vital; alguns botânicos consideram o “algodão peruano” como originado no Brasil, denominando-o *Gossypium brasiliense*.

Admitimos que a produção da fibra de algodão pelo ameríndio do Rio Grande do Sul, teve origem na ambiência de colonização jesuítica; a preparação da fibra de algodão exige um certo conhecimento técnico; a colheita do algodão efetua-se na época de maturação, em diferentes vezes, porque nem todos os frutos amadurecem ao mesmo tempo; como as sementes são oleaginosas, sendo preciso separá-las do algodão, sem o que se tornaria impróprio para a fiação.

A extração das sementes (escarocamento) poderia ter sido realizada pelo ameríndio, fazendo passar o algodão entre duas superfícies ásperas, que o arrastam e separam das sementes; sendo o comprimento dos “pêlos de algodão” de vinte e cinco (25) a quarenta milímetros, a preparação da fibra têxtil com tal “pêlo” exigia hábil trabalho manual.

3 — CAULES

No território do nosso Estado, como em todo o Brasil, existem várias espécies de vegetais conhecidos sob o nome geral de “plantas das cordas”, aos quais os ameríndios denominavam *Ibaxamas*.

Já, nas “Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências”, de Lisboa, está publicado, no volume relativo ao ano de 1789, um trabalho de José Henriques Ferreira, sobre a “*Guaxima*”, que é a mais importante das “plantas das cordas”; a guaxima foi classificada por Linneu sob nome *Urena lobata*.

A guaxima é também conhecida sob nome popular de carrapicho, guaxuma e uaissima; a guaxima côr de rosa, também chamada urucurana, é a *Urena sinuata* de Linneu, que habita de preferência o Sul do Brasil.

A espécie *Triumpheta semi-trilobata*, também conhecida sob nome de carrapicho, encontra-se como a guaxima, quer à beira-mar, quer nas terras altas do planalto.

As plantas indicadas, quando se desenvolvem em boas condições, têm grandes hastes, cujas fibras atingem comprimento de dois metros e setenta centímetros.

No século XVIII, quando era Vice-Rei do Estado do Brasil, o Marquês de Lavradio, foram realizados estudos sobre a resistência das cordas confeccionadas com a guaxima, em confronto com as cordas de cânhamo.

Estes ensaios ficaram registados nas “Memórias Econômicas”, já citadas, com os seguintes resultados:

CLASSIFICAÇÃO DAS CORDAS	Quintais	Arrobas	Arrateis
1.º Ensaio: Guaxima vermelha: cabo de 9 fios e uma polegada de diâmetro, só arreventou com peso de	4	1 1/2	14
2.º Ensaio: Guaxima branca: cabo de 12 fios e uma polegada de diâmetro, só arreventou com o peso de	—	3 2/3	2/9
3.º Ensaio: Guaxima vermelha: cabo de 12 fios e uma polegada, melhor preparado	4	3 1/2	3
4.º Ensaio: Cânhamo, cabo de uma polegada, alcatroada	5	1	1/2
5.º Ensaio: Cânhamo, cabo de 1 polegada	7	1	1/2

As guaximas, vegetais pertencentes à família das Malváceas e as triunfetás que estão classificadas na família das Tiliáceas são vulgaríssimas, invadindo terrenos de cultura, tornando-se as cascas matéria prima da “corda natural”.

A guaxima do mangue (*Hibiscum tiliacens* de Linneu), conhecida no litoral e na encosta do planalto, fornece fibras que podem atingir o comprimento de um metro e oitenta centímetros; é usada para preparar cordas e tecidos.

Os diversos vegetais conhecidos sob nomenclatura de “vassourinhas”, como o tupichá (*Sida carpinifolia*), fornecem boa fibra.

Na família das Asclepiadáceas é estudada a espécie “cipó de leite”, registada sob nome de *Calostigma glabrum*, capaz de fornecer fibras magníficas.

4 — RAÍZES.

Na flora sul-brasileira, pertencendo à família das Aráceas, existe o “cipó de imbé” ou “bananeira de imbé”, que é a espécie denominada *Philodendron bipinnatifidum*, com hábitat nas nossas capoeiras, nos nossos campos brejosos e nas restingas da região litorânea.

O “cipó de imbé” vive de modo indiferente nas árvores ou no solo; quando se desenvolve sobre outra árvore emite raízes adventí-

cias, que nascem dos pontos de inserção das fôlhas; as raízes adventícias descem para o solo, ramificando-se por espaço de muitos metros, para finalmente penetrar na terra; as raízes adventícias da “bananeira de imbé” são utilizadas como cordas.

C) LINGUÍSTICA

Noção geral

A linguagem do Homem ameríndico foi disciplinada pelos educadores cristãos, que desde o momento da descoberta registraram a existência da *palavra*, reconhecendo embora que a *frase* era deficiente para exprimir o pensamento.

O cronista da Armada do Descobrimento do Brasil registou a *mímica do indígena*, em Pôrto Seguro, Baía, bem como a *atitude imitativa* durante a cerimônia da primeira missa, rezada pelos RR. PP. Franciscanos.

Com a chegada, em 1549, dos Apóstolos do Brasil, vamos sentir a evolução da linguagem do Homem ameríndico, a qual se processará de modo rápido e perceptível, na segunda metade do século de quinhentos, graças ao método educacional dos catequistas católicos, distribuídos na extensão do território americano.

Não temos o objetivo de investigar as origens da linguagem, mais observamos que o progresso registado, no primeiro século de colonização, teve fundamento na necessidade de comunicação dos seres humanos autóctones da América e da Europa, constituindo-se na mais perfeita e evidente manifestação de sociabilidade, na afirmação de atributo natural da pessoa humana.

As exigências da vida prática criaram indubitavelmente os motivos pava o desenvolvimento dos sinais falados, permitindo melhor processo de comunicação oral; pela intervenção do educador cristão acaba o acaso e o capricho individual e começa a tradição da Língua Tupí ou Língua Brasília, fixados os princípios científicos, que constituem a essência de uma civilização.

Devemos reconhecer, que tôdas as linguagens existentes ou mortas são puramente tradicionais, e cada expressão falada é inteligível somente para o indivíduo que a há aprendido, associando psicologicamente o conceito representado.

O Homem ameríndico vivendo a-partir do século XVI, na ambiência civilizadora cristã, constituindo êle próprio étnias diferentes ou agrupamentos de mestiços, passaram a caracterizarem-se na comu-

nidade da linguagem tupi ou brasílica, sistematizada por Anchieta, o verdadeiro apóstolo da América brasileira.

Após a fundação de Piratininga, a atual cidade brasileira de São Paulo, nações indígenas inteiras passaram a falar um *idioma*, nova linguagem na forma e no sentido, o qual é ensinado na escola das tabas, pelo educador cristão, quer no vale do Amazonas, quer no vale do São Francisco, quer no vale do Paraná-Paraguai, até a foz do Rio do Prata.

A leitura das “gramáticas e artes” da língua tupi obriga o reconhecimento da fase estrutural do novo idioma, com normas ou regras imitativas do latim, impostas pela exigência de ordem cultural, no meio civilizador sob controle do Homem europeu.

Houve, sem dúvida, um processo de eliminação gradual do significado primitivo, que era obra do acaso; um significado puramente convencional foi estabelecido, pelo qual uma vez fixada a palavra, que passou a ser registada em manuscritos, adquiriu uma unidade de forma oral e escrita, para melhor assegurar a relação da idéia ao objeto a que se aplica; daí o valor do estudo linguístico, no exame atento das Gramáticas e Dicionários da Língua Tupi ou Brasílica.

Fixadas as palavras nos trabalhos escritos de autoria de grandes civilizadores, a Língua Tupi passou a ter como maior documento de seu esplendor, a “Arte de la Lengua Guarani, (ó mas bien Tupi) por el P. Antonio Ruiz de Montoya”, antigo missionário jesuítico na Redução de Loreto, junto ao Rio Paranapanema, do Brasil, no território do Estado de São Paulo, bem como, no “Vocabulario y Tesoro da Lengua Guarani (ó mas bien Tupi) do mesmo autor; obras notáveis para a etimologia, sem as quais não podemos descobrir a verdadeira acepção da palavra e da frase brasílicas, na forma tradicional criada pela escola de Piratininga e aperfeiçoada pela cultura de Montoya.

As gerações de ameríndios antecedentes, ao ano de 1549, data da chegada de Anchieta ao Brasil, ignoravam o idioma tupi ou brasílico, que foi por ele fixado, numa conexão arbitrária, demonstrativa de inteligência genial.

As gerações indígenas posteriores conservaram a tradição linguística brasílica, graças aos trabalhos literários impressos de Montoya, no século XVII, repetindo-se na História, a grande verdade de que “a palavra é sempre uma expressão da tradição” ou de que “não há exemplo, em nenhuma língua, de palavra que seja expressão natural”.

Orientados pelo método científico procuramos conhecer qual foi a situação da linguagem humana, falada pelo Homem ameríndico, em geral, sem pretender fazer referência à estética da mesma.



Para tal objetivo ser atingido, achamos necessário traçar um pequeno cartograma, sobre o qual será fácil conhecer a extensão das áreas americanas dominadas pelas várias línguas faladas pelos indígenas, no fim do século XVI e aurora do século XVII. O cartograma permite conhecer a área sob influência dos idiomas chibchá, aimará e quichuá, a qual se estende pelo ocidente americano, desde a Colômbia, passando pelo Equador, Perú e Bolívia, com concentração imposta pela influência do meio físico.

Na vertente oriental da América, as populações indígenas das costas atlânticas falavam o idioma tupí, que é também conhecido pelo nome de “abanênga”, há autores que o denominam de “Tupí antigo”.

A linguagem tupí-guaraní dominou grande área da América Meridional, no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina; sem dúvida, o tupí-guaraní foi falado pelos povos indígenas do Sul do Chile, dada a comunicação por via marítima ou terrestre.

O cartograma que representa o Estado do Rio Grande do Sul, dá a conhecer que o idioma tupí, na estrutura primitiva, sistematizada pela primeira vez pelo imortal Apóstolo do Brasil, R. P. José de Anchieta, era falada pelos indígenas da parte oriental da nossa terra, na era de quinhentos e seiscentos. O mesmo cartograma deixa observar o eixo geral da propagação da linguagem tupí-guaraní, amplificada no nosso território pela ação civilizadora dos Jesuítas, quando da fundação das Missões dos vales do Ijuí, Ibicuí e Jacuí.

Nosso principal objetivo, no presente capítulo, é o de evidenciar a grande afinidade existente entre o “Tupí de Anchieta” e o “Tupí-Guaraní de Montoya”; lembrar que o segundo idioma é o “Tupí de Anchieta”, registado no modo particular da evolução científica, que foi orientada, no século XVII pelo Missionário de Loreto e Reitor do Colégio de Assunção, o R. P. Antonio Ruiz de Montoya.

A dispersão dos grupos aldeados e civilizados na fé cristã pelos educadores de Piratininga, onde Anchieta escreveu a primeira gramática do idioma tupí, que é a mais antiga entre as obras do mesmo gênero, assegurou a unidade da “Língua Geral” ou Língua Brasileira”.

A fixação de formas dos vocábulos, a estrutura gramatical e a análise comparativa das palavras comprovam, que o “Tupí de Anchieta” (Língua Geral ou Brasileira, também denominada Abanênga) e a “Língua Guaraní” não são idiomas distintos; assim, para justificar o nosso ponto de vista, obedecendo aos ensinamentos da linguística como colaboradora da etnografia, organizamos um pequeno vocabulário comparativo, com palavras da nomenclatura científica incluídas no “Vocabulário na Língua Brasileira — 1621; mss. de São

Paulo — Brasil”, publicado por Plínio Airoso em 1938 e “Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani” de autoria de Montoya, publicado em Madrid, em 1639.

* * *

NOMENCLATURA CIENTÍFICA

MANUSCRITO SÉCULO XVII

(Cópia de um original atribuído a Anchieta)

- | | |
|---|--|
| 1 — Mineral — Coararepoti? | 20b — Braço dès do cotovêlo até o ombro — Gigaigpig |
| 2 — Pedra — Itâ | 21 — Perna — Tetimã ou Cetimã; não sendo de pessoa Cupig ou Pucû (viradas as letras) |
| 3 — Água — Ig | 22 — Mão — Bô |
| 4 — Animal — Çoô (quadrúpede que se come); Çooaiba (quadrúpede que não se come) | 22a — Mão direita — Ecatuaba |
| 5 — Vegetal — (Qualquer erva) Capij | 22b — Mão esquerda — Açû |
| 6 — Homem — Abâ | 23 — Dedo da mão: Moã (Em geral) |
| 7 — Alma — Anga | 23a — Polegar — Moãguaçu |
| 8 — Alma do defunto — Anguera | 23b — Índex — Môbeengaba |
| 9 — Côr branca = Jinga — Morotinga | 23c — Médio — Moãbigtera |
| 10 — Côr amarela = Juba | 24d — Anelar — ? |
| 11 — Côr preta = Una | 24e — Mínimo (mindinho) Moãmirĩ |
| 12 — Vermelha — Piranga | 25 — Dedo do pé (ou dedos) Migçã |
| 13 — Azul — Çobĩ (Çobibae = couza azul) | 25 — I.º dedo grande do pé — Migçãgoaçû |
| 14 — Verde — Obig | 25 — III.º dedo médio do pé — Migçãmigtera |
| 15 — Cinzenta — Pitanga | 25 — V.º dedo Núnimodo pé — Migçãmirĩ |
| 16 — Morena — Pitanga | 26 — Unhas das mãos? |
| 17 — Pálida — (Amarelas côres assi de p.ª) — Tobâ juba | 27 — Unhas dos pés? |
| 18 — Corpo — Tetê | 28 — Osso — Canga |
| 19 — Cabeça — Acanga; cabeça humana sem corpo = Acangoera. | 29 — Ossada humana — Canguera |
| 20 — Braço — Gibâ | 30 — Ossada humana enterrada — Tigbig |
| 20a — Braço dès do colo até o cotovêlo — Paratijba | |

- 31 — Ossada de animais —
Canguera, ajuntando-lhe
o nome do animal —
Pira canguera = ossada
de peixe; Baecanguera
= qualquer ossada de
animal.
- 32 — Músculos (Carne sem
osso) — ?
- 33 — Pele — ?
- 34 — Limpeza — ?
- 35 — Alimento — ?
- 36 — Dentes: Tãha
- 36a — Dentes dianteiros —
Taymitera
- 36b — Dentes queixais —
Agueâ
- 36c — Dentes cabeiros —
Agueâpopig
- 36d — Dentes enprestados —
Taibara, Taijoara
- 37 — Beber — Aû
- 37a — Beber água — Auû
- 37b — Beber vinho — Acaû
- 38 — Fígado — ?
- 39 — Circulação — ?
- 40 — Respiração — ?
- 41 — Coração — Nhiãg
- 42 — Pulmão — ?
- 43 — Veias — ?
- 44 — Língua — Apecû (mem-
bro do corpo)
- 45 — Linguagem — Nheenga
- 46 — Ouvido — Apigçâ.
Apigçacoara.
- 47 — Voz — (Falar) Anhe-
eng
- 48 — Ôlho — Teçá
- 48a — Vista (sentido psicoló-
gico) — ?
- 49 — Nariz — Tî (indica tam-
bém focinho ou bico de
ave)

- 49a — Narigão — Tîguaçû
- 49b — Narigão, como expres-
são injuriosa = Baeti-
guaçû
- 49c — Nariz afilado e alto —
Típema
- 49d — Nariz escarrapachado —
Tîbeba
- 50 — Olfato — ?
- 51 — Tacto — ?
- 52 — Bôca — Jurû
- 53 — Lábio superior — Apoã
- 54 — Lábio inferior — Tem-
bê, se é de homem; Cem-
bê, se é de mulher

FERIDAS E DOENÇAS

- Ferida — (em geral ou particu-
larmente da cabeça)
Apixapaba.
- Febres: Acanãduca
- Fluxo de sangue: Tuguigoaçu

CRIMES

- Fornicar — aporopotar
- Fornicação — Moropotara

ESTAÇÕES DO ANO

- Primavera —
- Verão — Coaracig. Mbiracubora
- Outono —
- Inverno — Roig

Morobichaba = Principal sôbre
todos.

NOMENCLATURA CIENTÍFICA TUPI-GUARANI

(Cópia do Dicionário de Montoya — Século XVII — Edição — V. de P. S.)

SÉCULO XVII

- | | |
|--|--|
| 1 — Mineral — Quarepotĩ | 14 — Côr verde — Tobĩ ou Hobĩ (Deve-se notar o uso do mesmo nome Tupĩ-guaraní para cõres diferentes, azul e verde; sem dúvida era comum entre os ameríndios o fenómeno de daltonismo). |
| 2 — Pedra — Itá (Ytá) | |
| 3 — A'gua — ĩ | |
| 4 — Animal — Çoo; Hê baê. | |
| 4a — Animal criado em casa — Mymbá | |
| 4b — Animal do monte — Çoo cappĩpiara; Çoo caapeguára. | 15 — Côr cinzenta (parda ou báia) — Hâbê |
| 4c — Animal pequeno (gusanos = vermes que vivem na terra, na água, nos frutos, nas madeiras, no corpo animal) 1) Icog; 2 — Haçog; 3) Mbae ápé ápé. | 16 — Côr morena — Tumbĩ |
| 5 — Vegetal — Caapeĩ — Ervas lacustres ĩbirã — Arvore | 17 — Côr pálida (própria do morto) — 1) Tyguê; 2) Ty oyegog; 3) Ty yeapãiquĩ; 4) Mboroyugue ogue |
| 6 — Homem — Abá | 18 — Corpo — 1) Hetebae; 2) Apá |
| 7 — Alma (sentido amplo) Ang | 19 — Cabeça — 1) Acâng; 2) A (em composição) |
| 8 — Alma do defunto (sentido particular) — Anguêra | 20 — Braço — Yíbá — ou 196 Tesouro — in finis |
| 9 — Côr branca — Ty | 21 — Perna — 1) Cupĩ; 2) Tymã; 3) Tetymã |
| 9a — Côr branquíssima — 1) Moroquyty; 2) Morôtĩ | 22 — Mão — 1) Mbo; 2) Po |
| 10 — Côr amarela — Yú | 23 — Dedo da mão — 1) Qûâ; 2) Pó qû â (Em geral) |
| 10a — Côr amarela forte — Mboroú | 23a — Polegar — Qûâ guaçu |
| 11 — Côr preta — Hû | 23b — Indicador — Qûâ pobeê ngába |
| 12 — Côr vermelha — Pytã ou Pyrã | 23c — Médio — Qûâ mbĩ tepeguára |
| 12a — Côr vermelha fraca: 1) Morôpytã ngai; 2) Canduá | 24d — Anelar (dedo do coração) — 1) Qûâ myrĩ ybĩri chuára; 2) Qûâ mÿ rĩ môcôindábê |
| 13 — Côr Azul — Tobĩ ou Hobĩ | 24e — Mínimo — Qûâ mÿrĩ |
| | 25 — Dedo do pé — 1) Pÿçã; 2) Mÿçã |
| | 25a — Dedo sobre outro do pé — Pÿçã yoá |

- 26 — Articulação da mão (punho) — Póacâng
 26a — Articulação do pé (tornozelo) — 1) Câng; 2) Piça câng; 3) yêpota hába
 26 — Unhas das mãos — Po-âpê
 27 — Unhas dos pés — Piçâpê
 22b — Mão esquerda — 1) Po-yaçû; 2) Mboyaçû; 3) Po acátuâ eý
 28 — Ossos — ?
 29 — Ossada humana?
 30 — Ossada humana enterada?
 31 — Ossada de animais?
 32 — Músculos (Carne sem osso) — Çoo apýpô
 33 — Pele — ?
 34 — Limpeza (verbo limpar) — 1) Ay quý týngo
 2) ay quýtí; 3) ayquĩ aog
 35 — Alimento — 1) Ypoitába — 2) Ymôngaru hába; 3) Hembii mēēngába; 4) Hecotēbē yēchá
 36 — Dente — Tâi
 37 — Beber (verbo comer) — 1) Áú; 2) Háú; 3) Guâbo
 38 — Fígado — 1) Mbiá; 2) Píá
 39 — Circulação — ?
 40 — Respiração — 1) Pítú; 2) Abú
 41 — Coração — 1) Nēang; 2) Píá á; 3) Píá (notar que o mesmo vocábulo — Píá — foi usado para nome de órgãos diferentes, como sejam o fígado e o coração).
 42 — Pulmão — Nēã bebuĩ
 43 — Veias — ?
 44 — Língua (órgão do gosto) — 1) Cû; 2) Apecû
 46 — Ouvido (órgão da audição) — Apiçaquã
 46a — Ouvido (no sentido psicológico) — Hendupába
 47 — Voz (sentido fisiológico) — Nēē
 45 — Linguagem (sentido particular) — 1) Nēēngã; 2) Nēē ngabí; 3) Nēēngába; 4) Nēē ndíba; 5) Nēēngâmô; 6) Nēē ngábâmô
 48 — Olho — Teçá
 48a — Vista (sentido psicológico) — Teçá piçó
 49 — Nariz — Tý
 50 — Olfato — Mbo rētũ
 51 — Tacto — Pocog (algumas vezes foi usado o vocábulo — Pó —, que servia para indicar — Mão —)
 52 — Bôca — Yurú
 53 — Lábio superior — Aquã
 54 — Lábio inferior — Tembê

FERIDAS e DOENÇAS

- Ferida produzida pelos chavelhos — 1) Quĩ çē pucubó; 2) Quĩçē pucu pípē api chapaguêra.
 Ferida produzida por corpo lançado, atirado ou arremessado, fazendo contusão sem solução de continuidade — 1) Yquãha bóre; 2) Ypoapĩ pó umbĩ yquãhague.

Ferida produzida por golpe de ponta com a espada — 1) Aycutú; 2) Ayoçog; Aya-pij.

Ferida produzida pelo choque ou por meio de queda — 1) Aquarí; 2) Aquâ; 3) Heçê.

Ferida na cabeça — 1) Ayapi-chá; 2) Ayapeog; 3) Añâcâ pirog

Feridas por tôdas as partes do corpo — 1) Amboy aí; 2) Amboi mboi

Ferindo-se na parte superior do tórax (feridas no tronco ou peito) — 1) Aye potiá mboi apú; 2) Ayepotiá nûpâ; 3) Ayepotia y rârô

Hidropesia — 1) Tĩ eguaçú; 2) Pu ngá; 3) Ibĩgûâ

Indigestão — 1) Apebú; 2) Topebû

Malária ou Impaludismo — “Che araá ycô guitúpa”, que, em rigor, podemos traduzir de três modos análogos: 1) “Estou com minha (febre) quartã”; 2) “Estou com minha (febre) terçã”; 3) “Estou com minha (febre) fortíssima”.

No ambiente colonial português a malária foi denominada “maleitas”, “sezões”, “sezonático”; modernamente foi chamada “sezonismo”, neologismo criado em Portugal e aceito pelo círculo médico brasileiro

Febre — Acâ nûndú

Fluxo de sangue — Tuguĩquĩ

Crimes

Defloraçmento — 1)* Amômbu; 2) Amônbochĩ; 3) Amboquâ; 4) Amboçorog; 5) Hemêm-boaçipe.

Fornicação — 1) Mênô; 2) Morenôngába; 3) Cûñâ rehebĩcá; 4) Herecó haguê; 5) Ymôangaipa haguê.

Fornicação de mulher — 1) Nê mênôngába; 2) Cheribĩcaguê; 3) Chererecó haguê.

Fornicar — 1) Aporênô; 2) Ay-mênô; 3) Ay-mêá; 4) Abĩ hecé; 5) Arecó cûñâ; 6) Ay-có hecé; 7) Che angaipa hecé.

Fornicar a mulher — 1) Chemênô; 2) Anêmênô; 3) Yñângaipá cheri; 4) Obĩ che-rehe; 5) Chererecó.

Mulher fornicadora — 1) Nê-mênô cé; 2) Nêmênôndé; 3) Abá rĩ tequára; 4) Abá potahára.

Varão fornicador — 1) Môrê-nôn dê; 2) Môrênô cé; 3) Cûñâ rĩ tequára.

Estações do ano:

Primavera — 1) Mbae rênôĩ ĩpĩ hape; 2) Ibĩrá roquĩ ĩpĩ râmô; 3) Ibĩrá roquĩ tĩ hápe.

Inverno — Roĩ

Verão — Quaraçĩ pucú

Outono — ?

CONTRIBUIÇÃO PARA O VOCABULÁRIO NACIONAL

Nomes usados pelos chefes de famílias guaraní, que aceitaram a soberania portuguesa, em 1768, passando a residir na Aldeia de N. Sra. dos Anjos de Gravataí, no R. G. S.

Extraído do Livro n.º 328 do Adquivo Histórico do Museu Júlio de Castilhos, Pôrto - Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

1 — Aaiajuipe	39 — Arayuha
2 — Abaya	40 — Araycha
3 — Abaye	41 — Arajexa
4 — Aberajú	42 — Aramy
5 — Abopi	43 — Aramimby
6 — Acabu	44 — Aramyu
7 — Acagipé	45 — Arapy
8 — Acaguipé	46 — Arapijú
9 — Acatú	47 — Ararape
10 — Açaye	48 — Araremy
11 — Acujú	49 — Arasay
12 — Adajá	50 — Areja
13 — Ageri	51 — Aremby
14 — Airiri	52 — Aremju
15 — Aya	53 — Azendijú
16 — Ayaye	54 — Arepi
17 — Aycó	55 — Arepuy
18 — Ayecatú	56 — Aritaré
19 — Ayegua	57 — Arijú
20 — Ayema	58 — Ariperi
21 — Ajá	59 — Aripí
22 — Ajeguá	60 — Ary
23 — Amamby	61 — Aryjo
24 — Anaguay	62 — Ariya
25 — Andurie	63 — Aripa
26 — Anduryẽ	64 — Ariundé
27 — Anumany	65 — Aroy
28 — Ará	66 — Aruany
29 — Aracay	67 — Arucuy
30 — Aracuy	68 — Aruindé
31 — Aracuyndó	69 — Asajé
32 — Aragí	70 — Atary
33 — Araguindy	71 — Bayrua
34 — Aracuy	72 — Bamamby
35 — Araie	73 — Barajú
36 — Arayby	74 — Baricá
37 — Araytujá	75 — Barijú
38 — Arayua	76 — Birichuá

- | | |
|------------------|-------------------|
| 77 — Bayraba | 122 — Chareçu |
| 78 — Beraby | 123 — Charecuy |
| 79 — Beragui | 124 — Charemy |
| 80 — Beraty | 125 — Charicuy |
| 81 — Burica | 126 — Chicuy |
| 82 — Burixo | 127 — Chioho |
| 83 — Butu | 128 — Chirá |
| 84 — Cababay | 129 — Chiram |
| 85 — Cababaju | 130 — Candapajá |
| 86 — Cababayu | 131 — Candapajú |
| 87 — Caby | 132 — Cajury |
| 88 — Cachu | 133 — Canhõy |
| 89 — Cady | 134 — Canhoim |
| 90 — Cachú | 135 — Ciyú |
| 91 — Cahary | 136 — Coreja |
| 92 — Caguary | 137 — Cuaxua |
| 93 — Caihú | 138 — Cujabacá |
| 94 — Cairaby | 139 — Cujabiá |
| 95 — Cayabará | 140 — Cujahia |
| 96 — Cayaqui | 141 — Cujabucá |
| 97 — Caye | 142 — Cujayay |
| 98 — Cayré | 143 — Cujapy |
| 99 — Caytú | 144 — Cuyapy |
| 100 — Cayua | 145 — Cujapiu |
| 101 — Cayva | 146 — Cujaba |
| 102 — Cayvary | 147 — Cuyabe |
| 103 — Cayaty | 148 — Cujaré |
| 104 — Cayue | 149 — Cuyasay |
| 105 — Candy | 150 — Cujé |
| 106 — Candayu | 151 — Cumá |
| 107 — Candapaju | 152 — Cumãy |
| 108 — Candirê | 153 — Cunâta |
| 109 — Candiré | 154 — Cunnhâta |
| 110 — Canhumbarý | 155 — Cunnhumá |
| 111 — Canhuy | 156 — Cundie |
| 112 — Canumipa | 157 — Cunnhâbary |
| 113 — Capatíy | 158 — Cunnháerá |
| 114 — Capatuy | 159 — Cunnhahey |
| 115 — Capehy | 160 — Cunnhambary |
| 116 — Caracará | 161 — Cunnháegi |
| 117 — Carapoty | 162 — Cunnhamanhã |
| 118 — Carujá | 163 — Cumijá |
| 119 — Cavy | 164 — Curajú |
| 120 — Chaye | 165 — Curapá |
| 121 — Chapy | 166 — Curande |

- | | |
|------------------|------------------|
| 167 — Curiano | 212 — Guarie |
| 168 — Curipy | 213 — Guaripa |
| 169 — Cureya | 214 — Guariri |
| 170 — Crumany | 215 — Guariumã |
| 171 — Dairém | 216 — Guirayu |
| 172 — Déahy | 217 — Guiraju |
| 173 — Digu | 218 — Guatiré |
| 174 — Eregurau | 219 — Guatique |
| 175 — Gariry | 220 — Guaru |
| 176 — Gero | 221 — Gueraporé |
| 177 — Guacace | 222 — Gueye |
| 178 — Guainho | 222 — Guyeju |
| 179 — Guayho | 224 — Guyho |
| 180 — Guaimbo | 225 — Guini |
| 181 — Guayery | 226 — Guiraba |
| 182 — Guairiho | 227 — Guirapy |
| 183 — Guairumbá | 228 — Guirapoty |
| 184 — Guajury | 229 — Guiraputy |
| 185 — Guajuricá | 230 — Guirarapy |
| 186 — Guandy | 231 — Guiraty |
| 187 — Guandica | 232 — Guiraque |
| 188 — Guandaré | 233 — Guiriqui |
| 189 — Guandiré | 234 — Guvirajé |
| 190 — Guandurá | 235 — Guaxumbay |
| 191 — Guanará | 236 — Guaxombary |
| 192 — Guanhandau | 237 — Huasay |
| 193 — Guanhenima | 238 — Iacuyre |
| 194 — Guanheromá | 239 — Iaeré |
| 195 — Guanhurumá | 240 — Iaguapo |
| 196 — Guanreja | 241 — Iaguatá |
| 197 — Guapajary | 242 — Iaguire |
| 198 — Guará | 243 — Iay |
| 199 — Guaraby | 244 — Iayca |
| 200 — Guaraçy | 245 — Iaihe |
| 201 — Guarái | 246 — Iayruy |
| 202 — Guaracua | 247 — Iajú |
| 203 — Guaraeica | 248 — Iapuseay |
| 204 — Guarahé | 249 — Iapecy |
| 205 — Guarama | 250 — Ibabé |
| 206 — Guarambaré | 251 — Ybacey |
| 207 — Guarapepó | 252 — Ibamimby |
| 208 — Guarapy | 253 — Ibapiry |
| 209 — Guarapoty | 254 — Ibará |
| 210 — Guarasyá | 255 — Ibaraja |
| 211 — Guaravijú | 256 — Ibarajú |

- | | |
|-----------------|-----------------|
| 257 — Ibaramy | 302 — Jepú |
| 258 — Ibarapó | 303 — Jepuhý |
| 259 — Ibary | 304 — Jepuré |
| 260 — Ibarendá | 305 — Jary |
| 261 — Ibaringa | 306 — Jaxa |
| 262 — Ibaringúa | 307 — Joará |
| 263 — Ibaroby | 308 — Juricuy |
| 264 — Ybaty | 309 — Macây |
| 265 — Ibapoty | 310 — Maeay |
| 266 — Ibatoty | 311 — Maeuin |
| 267 — Iaraby | 312 — Maycurá |
| 268 — Iarátucá | 313 — Mayrá |
| 269 — Iareby | 314 — Mambirá |
| 270 — Iarijá | 315 — Mambojí |
| 271 — Iaruy | 316 — Mambury |
| 272 — Iaruia | 317 — Mamymi |
| 273 — Ieju | 318 — Mamyni |
| 274 — Ieyu | 319 — Mandaré |
| 275 — Iiju | 320 — Mandaei |
| 276 — Iepuré | 321 — Mandicay |
| 277 — Iopé | 322 — Manboyie |
| 278 — Ipoty | 323 — Manduaré |
| 279 — Irá | 324 — Mandiraya |
| 280 — Irapirá | 325 — Mandirayu |
| 281 — Iré | 326 — Marandá |
| 282 — Irepá | 327 — Manhá |
| 283 — Iribe | 328 — Manhurá |
| 284 — Yriboty | 329 — Manura |
| 285 — Iriguá | 330 — Marandajú |
| 286 — Iringúa | 331 — Marandy |
| 287 — Iropuy | 332 — Marumra |
| 288 — Iuaré | 333 — Marurá |
| 289 — Iuyra | 334 — Mbacapyá |
| 290 — Iué | 335 — Mbairicú |
| 291 — Iuré | 337 — Mbayera |
| 292 — Jaguapó | 338 — Mbayma |
| 293 — Jaguar | 339 — Mbayrabá |
| 294 — Jaguarý | 340 — Mbayrary |
| 295 — Jaguatá | 341 — Mbayruý |
| 296 — Jahary | 342 — Mbayrupa |
| 297 — Jaicá | 343 — Mbajejá |
| 298 — Jairé | 344 — Mbajure |
| 299 — Jarahy | 345 — Mbané |
| 300 — Jaruhý | 346 — Mbarajá |
| 301 — Jeju | 347 — Mbarajú |

- | | |
|-----------------|--------------------|
| 348 — Mbariyu | 393 — Núnia |
| 349 — Mbarē | 394 — Numna |
| 350 — Mbary | 395 — Nuña |
| 351 — Mbariaré | 396 — Panhorá |
| 352 — Mbarie | 397 — Pairé |
| 353 — Mbarica | 398 — Payeyú |
| 354 — Mbarire | 399 — Pajejú |
| 355 — Mbaritú | 400 — Payejú |
| 356 — Mbaruapy | 401 — Payjú |
| 357 — Mbaruary | 402 — Payre |
| 358 — Mbarugua | 403 — Pajú |
| 359 — Mbaruguy | 404 — Paycá |
| 360 — Mbaruyu | 405 — Payrecú |
| 361 — Mbarure | 406 — Pany |
| 362 — Mbimu | 407 — Panim |
| 363 — Mbity | 408 — Parabé |
| 364 — Mbijuy | 409 — Paraguay |
| 365 — Mboyo | 410 — Parairó |
| 366 — Mborapia | 411 — Parapi |
| 367 — Mbojé | 412 — Parapoty |
| 368 — Mbojó | 413 — Parapy |
| 369 — Mborie | 414 — Patagui |
| 370 — Mbotú | 415 — Pataruquá |
| 371 — Mbocatú | 416 — Patavaqua |
| 372 — Mburaya | 417 — Peyu |
| 373 — Mdery | 418 — Porã |
| 374 — Membyuy | 419 — Porangari |
| 375 — Mēmbaeró | 420 — Porambá |
| 376 — Minuiara | 421 — Potí ou Poty |
| 377 — Munuirá | 422 — Potya |
| 378 — Mondirá | 423 — Perepy |
| 379 — Nānrunde | 424 — Pirigé |
| 380 — Nandarica | 425 — Siyu |
| 381 — Ndaré | 426 — Somei |
| 382 — Nhandapá | 427 — Surambiparé |
| 383 — Nharundé | 428 — Tabacaque |
| 384 — Ndiyu | 429 — Tacaro |
| 385 — Nemje | 430 — Tabopy |
| 386 — Nerandá | 431 — Taybajú |
| 387 — Nheenjirú | 432 — Tayvare |
| 388 — Nembohy | 433 — Tamboyra |
| 389 — Nensum | 434 — Tapaby |
| 390 — Nesum | 435 — Papary |
| 391 — Neuye | 436 — Tapopy |
| 392 — Nigya | 437 — Taquery |

438 — Taquiri	460 — Tirapy
439 — Tarayú	461 — Tety
440 — Tarajú	462 — Tiamaré
441 — Tarebá	463 — Tiraparé
442 — Tareó	464 — Tirapy
443 — Tareguaty	465 — Tirijú
444 — Tariumã	466 — Tiriya
445 — Taromã	467 — Tirapi
446 — Taropi	468 — Tiraparé
447 — Taropy	469 — Triboty
448 — Taupá	470 — Tucú
449 — Taroqui	471 — Tuy
450 — Tarumbacá	472 — Tupandy
451 — Teny	473 — Turamá
452 — Tepay	474 — Turumã
453 — Teray	475 — Verá
454 — Terahy	476 — Viribe
455 — Tiarajá	477 — Xaguary
456 — Thiarajú	478 — Xembo
457 — Tiarajú	479 — Xepá
458 — Timbaravy	480 — Xáremy.
459 — Tirapá	

* * *

Nomes usados pelas viúvas guaranís, residentes na Aldeia de N. Sra. dos Anjos de Gravataí, no R. G. S.

Extraído do Livro n.º 328 do Arquivo Histórico do Museu Júlio de Castilhos, Pôrto - Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

1 — Abaracú	17 — Aratimby
2 — Abairé	18 — Arayre
3 — Abay	19 — Arembo
4 — Abahy	20 — Aropá
5 — Abaybay	21 — Arumbá
6 — Abapey	22 — Asajú
7 — Abapehy	23 — Atajú
8 — Abuey	24 — Bairú
9 — Aieray	25 — Boreáy
10 — Anhimoná	26 — Cayay
11 — Arairé	27 — Cayrú
12 — Arayire	28 — Cajaruy
13 — Arayere	29 — Cajé
14 — Aragire	30 — Carandahy
15 — Aragere	31 — Cey
16 — Arasay	32 — Chariru

- | | |
|-----------------|------------------|
| 33 — Chauby | 78 — Iaruyy |
| 34 — Choyry | 79 — Iary |
| 35 — Cuayru | 80 — Iatu |
| 36 — Cuyay | 81 — Iatuy |
| 37 — Cujay | 82 — Ibahy |
| 38 — Cuyaho | 83 — Ibajú |
| 39 — Cunhay | 84 — Ibairu |
| 40 — Cunhamby | 85 — Ibajaré |
| 41 — Cunhambijú | 86 — Ibarété |
| 42 — Cunhãna | 87 — Ibatoby |
| 43 — Cunhanday | 88 — Ibaty |
| 44 — Cunháery | 89 — Iboye |
| 45 — Cunhangatú | 90 — Ieayra |
| 46 — Cunhágatú | 91 — Ieré |
| 47 — Cuñagatu | 92 — Imboété |
| 48 — Cunhamiri | 93 — Irabé |
| 49 — Cunhãmiry | 94 — Iraë |
| 50 — Conãnory | 95 — Iraëru |
| 51 — Cunhãory | 96 — Irahayu |
| 52 — Conhãnyy | 97 — Irahaju |
| 53 — Cunhárítá | 98 — Iray |
| 54 — Cujaby | 99 — Irairu |
| 55 — Curasamby | 100 — Irarayá |
| 56 — Dahó | 101 — Iraraja |
| 57 — Dayetay | 102 — Iratu |
| 58 — Geruy | 103 — Iraruy |
| 59 — Guaayru | 104 — Irasajú |
| 60 — Guabay | 105 — Ireyy |
| 61 — Guajeray | 106 — Iucay |
| 62 — Guainby | 107 — Iretay |
| 63 — Guairú | 108 — Jeré |
| 64 — Guajerú | 109 — Maerá |
| 65 — Guayerú | 110 — Mandasay |
| 66 — Guepi | 111 — Mairé |
| 67 — Guiry | 112 — Mairú |
| 68 — Gury | 113 — Mandéay |
| 69 — Iaay | 114 — Mandeyra |
| 70 — Iaahy | 115 — Manduy |
| 71 — Iaby | 116 — Marani |
| 72 — Iabacay | 117 — Marandey |
| 73 — Iajé | 118 — Mbageay |
| 74 — Iarahaja | 119 — Mbaraêbo |
| 75 — Iarayba | 120 — Mbayguayru |
| 76 — Iaramá | 121 — Mbarapeje |
| 77 — Iaruy | 122 — Mbaraty |

123 — Mbaruy	152 — Pararepy
124 — Mbiya	153 — Paraopy
125 — Mbijú	154 — Paraguazu
126 — Mboyere	155 — Paraná
127 — Mboyrery	156 — Parassá
128 — Mboyry	157 — Paraza
129 — Mboraju	158 — Parasay
130 — Mboremby	159 — Parasiri
131 — Mboroá	160 — Peryzu
132 — Mborohá	161 — Tabay
133 — Mboroy	162 — Tabahy
134 — Mbujá	163 — Tabingua
135 — Mgacatú	164 — Tahairú
136 — Memboty	165 — Taberajú
137 — Mihy	166 — Taijú
138 — Mingacatú	167 — Tajuraéé
139 — Moinri	168 — Tanday
140 — Moromby	169 — Tapeá
141 — Moty	170 — Taraby
142 — Namby	171 — Taranday
143 — Namanday	172 — Tebuay
144 — Nhengacatú	173 — Tebuhay
145 — Paguayru	174 — Tembay
146 — Paraby	175 — Tiajú
147 — Paraetá	176 — Tiruá
148 — Parahby	177 — Utay
149 — Parayrú	178 — Xaboré
150 — Paranatý	179 — Xuimby.
151 — Paranhéga	

J. TUPI CALDAS

Praça Garibaldi n.º 68

Pôrto - Alegre — R. G. S.

A Vila de N. S. do Rosário do Rio Pardo

Sôbre a histórica cidade de Rio Pardo temos, por várias vezes, publicado trabalhos que nos tem enviado o nosso colaborador senhor Pedro Castelo Sacarello. E' um paciente pesquisador das cousas da antiga vila e seus escritos constituem preciosa matéria subsidiária ao conhecimento de história da velha terra dos legendários Dragões de Rio Pardo.

A colaboração que hoje inserimos já estava de há muito em nosso poder, mas, por motivos alheios a nossa vontade, só agora nos é possível publicar. O seu autor, que é dono do nosso melhor aprêço, saberá relevar a demora e esperamos continue em suas pesquisas, sábias e proveitosas, certo de que a sua paciência, saber e amor ao passado da nossa terra, já o sagraram o historiador da antiga Vila de N. S. do Rosário do Rio Pardo.

Depois de tôdas as citações e transcrições feitas aquí, de documentos antigos referentes ao nosso passado histórico, e antes de proseguirmos no — Esbôço da história da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo —, em 1811, procuremos tornar público, em um rápido resumo que fique como tema para futuras averiguações, o nosso pensamento no tocante à — Região baixo-serra —, na antiga Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. —

Esta Região era completamente separada da outra do plano-alto,

pelas intermináveis matarias que acobertavam os altos e baixos profundos de Serra-geral, desde Tôrres ao contraforte da Serra do Ca-verá. —

Nos estudos por nós feitos até aquí, temos tido sempre como ponto de partida as descobertas de documentos antiquíssimos, trazidos ultimamente à luz da publicidade pelo ilustre historiador patricio, General Borges Fortes, que nos diz ter havido uma penetração, em 1715, vinda de Laguna e praticada pelo sargento-mor Francisco de Brito Peixoto. — Penetração esta

que, subindo pelo rio Jacuí, alcançou a barra do rio Butucará. —

Em vista desta declaração, do conhecimento que temos do terreno e do confronto com dados certos, fornecidos por outros historiadores e pelos documentos que manuseamos, ficamos crentes de que, desde 1715, fôsem determinadas as posições, que serviriam mais tarde como entradas para os novos povoadores da zona do Jacuí; cujo percurso prestava-se perfeitamente para fugir aos golpes dos terríveis índios Guaranís, Charruas, Minuanos e Tapes, assim como serviram de amparo aos tropeiros das Vacarias do Mar, as lagoas dos Patos e Mirim, na zona do litoral. —

Por tôdas estas razões somos uns convencidos, de que desde 1715, com Brito Peixoto, ficaram determinados, sobre as margens do rio Jacuí, os pontos seguintes: — Passo de São Lourenço, Pôrto de Santa Maria, Pôrto de Santo Amaro, Pôrto de São Jerônimo, além da frente do Rincão d'El Rei, para construção do forte Jesús, Maria e José, como defesa desta Capitania na zona do Jacuí e Camaquã.



Tentemos ligeiro esbôço da história de Rio Pardo depois de sua elevação à Vila. —

Para quem conhece as tradições do respeito e veneração tributados, pelos nossos antepassados, às altas autoridades constituídas e às festas cívicas, é fácil compreender o entusiasmo e alegria de que estava

possuída a população da Freguesia de N. S. do Rosário do Quartel do Rio Pardo no dia 20 de Maio de 1811. —

Dois fatos culminantes se davam ao mesmo tempo entre aquela heróica gente, tão patriótica e tão devotada ao bem público: A presença da mais alta autoridade na esfera judiciária e administrativa, o Ouvidor Geral da Câmara de Santa Catarina e Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, e o ato da criação da Nova Vila, com a inauguração do Pelourinho e os altos sonantes vivas, costumados. —

Devem, porém, ter sido rápidas aquelas solenidades, porque devia já estar tudo preparado ou melhor dito a seus postos, com grande antecedência ao ato, que somente legalizava o que já estava feito. —

De-fato, de nossas citações se vê claramente que pouco tempo depois da elevação à categoria de Freguesia, em 1771, existia em Rio Pardo um Juiz de Paz com o respectivo Escrivão; e, pouco mais tarde, um Juiz Municipal e de órfãos e, provavelmente, com dois Tabeliães do Judicial e Notas. —

Até a própria casa, em que funcionavam os referidos Juizes, devia ser de serventia pública, e passou a ser da Câmara no ato da elevação à vila; razão porque declara o Escrivão Guilherme Ferreira de Abreu, no segundo auto que transcrevemos, *em casas da Câmara*. —

A estas considerações, que deduzimos de provas documentadas, devemos juntar outras, que aduzimos dos conhecimentos que temos do ambiente local e da prova oral pro-

duzida por velhos conterrâneos nossos, já desaparecidos no silêncio dos túmulos.

A casa que conhecemos há mais de 70 anos como prédio Municipal, e em que funcionou até o ano de 1905 a respectiva Câmara, é um prédio situado à rua General Andrade Neves n.º 556; do qual faz parte a atual casa da Cadeia Civil, servindo o restante de Quartel da Guarda Municipal. —

Este prédio tem, em seu lado Leste, um corredor estreito, fechado aos lados pela parede do prédio e por alto muro, que continuando da frente para os fundos fecha, com dois outros muros e a parede dos fundos do prédio, um grande quadrilátero, servindo do pátio. —

A área d'este pátio, assim reclusa por quatro paredes bem altas, fica junto ao prédio, e tem, no muro fronteiro ao mesmo, uma saída para o terreno dos fundos; a qual saída conhecemos outrora fechada por um portão de grossas tábuas, com ferrêlho e cadeado. —

Sobre o vão desta porta estava construído um arco com pedra e cal, de cujo centro pendia um sino de regular tamanho. Diziam os antigos ter servido este sino para os sinais de recolher, mudanças de guarda e outros serviços internos do quartel e da cadeia. —

Pelo aparato de segurança que apresentava a parte do prédio, destinada à Cadeia, e pela solidez das construções aí existentes, via-se logo que aquela era uma obra tradicional, e que devia ser ali o lugar aonde se levantara o Pelourinho, em 1811.

Cessado o entusiasmo decorrente dos grandes festejos havidos; empessados os Officiais da Câmara, deram estes comêço ao cumprimento de seus deveres, na ânsia de bem servir ao público. —

Chegamos a conhecer a operosidade daqueles homens, revendo em 1922 o Arquivo da Intendência Municipal de Rio Pardo. — Aí encontramos, então, um número regular de livros manuscritos, sendo uns de — Transcrições de Offícios, Circulares, Atos, Avisos, Manifestos etc.; outros de — Registos de documentos de naturezas diversas. —

Nas transcrições encontramos, à fôlhas 23 e 120 do Livro 5.º, dois offícios, pelos quais se vê o trabalho assíduo e prolongado que tiveram os primeiros encarregados da direção administrativa da Nova Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, para conseguirem a construção de uma ponte de material, que ligasse com segurança as duas margens do Rio Pardo nas imediações do primitivo Passo ou Vau; e viesse substituir a ponte velha de madeira, já em ruínas. —

Dessa ponte, construída entre os anos de 1815 à 1820, ainda existem os seis pilares e os dois encontros, que sustentam a atual ponte metálica. —

No mesmo Livro 5.º se lê a transcrição de um edital, publicado em 4 de Maio de 1814, chamando concorrentes ao calçamento de algumas ruas. — Estas deviam ser: — a rua Direita —, hoje Dr. Júlio de Castilhos, desde as proximidades da Igreja Matriz até o alto,

no entroncamento com a rua — Santo Ângelo, atualmente — Rua General Andrade Neves. — Este calçamento existe até hoje (1935), e bem reflete a sua antiguidade no sistema empregado na construção do leito da rua, de formato côncavo, ou seja de águas correndo pelo seu centro. —

As outras ruas, calçadas naquela época com grandes pedras toscas, foram: — a Santo Ângelo antiga, no trecho compreendido entre a rua do Passo ou da Ponte, hoje — General Auto —, e o edifício que serve atualmente de Cadeia e Quartel da Guarda Municipal; — a rua do Pinheiro, hoje Dr. João Pessoa, na extensão entre a rua — General Andrade Neves e a Praça Barão de Santo Ângelo. —

Este último calçamento desapareceu no decorrer de 1887, quando da grande reforma por que passou a atual rua — Dr. João Pessoa —, em toda a sua extensão, até as proximidades da ponte sobre o Rio Pardo.

Quanto ao calçamento primitivo, na rua — General Andrade Neves —, teve este mais longa duração, só desaparecendo com os grandes melhoramentos executados, entre os anos de 1896 à 1904, durante o período Intendencial do falecido Coronel Francisco Alves de Azambuja, nas ruas — General Andrade Neves —, General Osório —, General Godolfim — Travessa Mathias Simões —, Travessas do Rosário e da Igreja. —

Indubitavelmente devem ter sido de grande atividade e trabalho constante os primeiros anos de vida autônoma do Município do Rio Pardo. A sua vasta extensão territorial foi desde logo dividida em cinco Distritos, que foram: — o da Vila; o de Cachoeira; o de Caçapava; o da Coxilha de São Sebastião, além do Rio Santa Maria e o da Província das Missões.

Temos ciência desta divisão pela transcrição feita, no Livro 5.º à folhas 40, de um Offício Circular, dirigido aos Comandantes dos Distritos, que eram os acima apontados. — De maneira que deve ter ficado o Distrito da Nova Vila, 1.º Distrito, constituído dos atuais municípios: — de São Jerônimo, da Encruzilhada, do Rio Pardo, da Candelária, de Santa Cruz, de Venâncio Aires, de Santo Amaro, do Lageado, do Arroio do Meio, do Encantado e do Guaporé. —

Era portanto vasta a superfície de cada Distrito, mas foi também grande o trabalho e devotamento dos respectivos Comandantes, que eram todos oficiais que lutaram contra o estrangeiro; homens afei-tos às lides da Campanha e vaqueanos do terreno que defenderam e passaram à administrar.

O movimento do centro, bem orientado, bem dirigido estendeu-se por toda a extensão territorial sob sua guarda, levando seiva abundante às partes componentes de uma zona naturalmente privilegiada, qual a zona do Jacuí e Camaquã, outrora tão cobiçada pelo estrangeiro.

Estendeu-se sim, e especialmente a todo o território compreendido entre a serra geral e o rio Camaguã. Assim foram se alastrando os povoadores do solo, quer como simples cultivadores da terra, quer como exploradores de indústrias extrativas, e maiormente da pecuária, fonte primordial de nossa maior riqueza.

—o—

Convém porém notar, que o povoamento do solo nas imediações do Quartel do Rio Pardo, transposto o rio deste nome para sua margem direita, foi de caráter intensivo desde o início do acantonamento de forças militares no Alto da Fortaleza, sobre a frente do Rincão d'El Rey. —

Fora deste rincão, para o lado Oeste do mesmo, apareceram desde logo, nos primeiros altos depois do Pôrto sobre o rio, as *Chácaras*, que eram a fração mínima de terreno ocupado por uma família. — Continuaram estas seguindo ao longo do caminho para Fronteira e Serra Geral, em ambas suas margens, até certa distância; para daí em diante se transformarem em *Datas*, de extensão muito maior, e finalmente em *Sesmarias* com uma légua de frente e três de fundo. —

Esta nossa observação fizemos em vista de documentos antiquíssimos, um dos quais transcrevemos a seguir na sua íntegra: —

“Ilmo. Snr. Governador — Diz José da Rosa Correia morador em uma Chácara nas circunvisinhanças d'este Quartel do Rio Pardo,

cuja Chácara possui por compra que dela fez, como consta do documento junto, a qual Chácara confronta pela parte de Norte com uma vertente que se divide com a Chácara de Pedro Machado, pelo Sul e Leste com a Varzêa do Rio Pardo; e pelo Oeste com arroio que juntando-se ao Camargo deságua no Rio Pardo, dividindo com as terras de João Soares; que terá quando muito um quarto de légua em quadro. — E como o suplicante sendo um dos antigos casais das Ilhas nunca obteve mercê de *Datas*, e necessita confirmar esta com título legítimo. Portanto — P. á V. S. seja servido conceder-lhe por *Data* o terreno da referida Chácara na forma do costume. — E. R. M.^{cer} — Informe o Ten.^{te} Cor.^{el} Comte. da Fronteira do Rio Pardo Patricio José Corrêa da Câmara. Rio Grande 26 de Setembro de 1793. —

Ill.^{mo} Snr. He certo quanto o sup.^e alega. Rio Pardo 27 de Novembro de 1793. — Patricio José Corr.^a da Camara — Ten.^{te} Cor.^{el} Comte.” — No verso da fôlha lia-se: — “Informe o Alferes Fran.^{co} Xavier Bernardes. Rio Pardo 30 de Outubro de 1793. — Câmara. —” “Snr. Ten.^{te} Cor.^{el} Comte. — A chácara mencionada n'este requerimento o suplicante a comprou a Fran.^{co} José Martins e n'ella há annos que vive, tem cazas, currais, arvôres de espinho e das mais frutas, cultivando-a anualmente com plantas de toda a qualidade he o que posso informar a V. M. — Rio Pardo 30 de Outubro de 1793. — Fran.^{co} X. Bernardes — Alferes”. —

Em outra meia fôlha junta se lê: — “Snr. Prov.^{or} da Fazenda Real. — Diz José da Rosa Corrêa-morador da Freguezia do Rio Pardo que elle sup.^{te} precisa que o Escrivão da Fazenda Real lhe passe por certidão o teor de um escrito da venda por onde consta haver o mesmo sup.^{te} comprado a Fran.^{co} José Martins uma Chácara no Distr.^o da referida Freguezia, cujo documento se acha recolhido n’esta Provedoria; porque se não pode passar dita certidão sem despacho — P. a V. M. lhe faça mercê mandar lha passar na forma que requer — E. R. M.^{co} P. do que constar — Ozorio Bernardino Henrique de Amorim Escrivão da Fazenda Real e Matricula da gente de guerra n’esta Capitania de São Pedro do Rio Grande, por sua Magestade Fidelissima que Deus guarde etc. — Certifico que revendo os Titulos de terras que se achão n’esta Provedoria, pertencentes á Freguezia de Nossa Senhora do Rosario do Rio Pardo, entre eles se acha o escrito de venda que o suplicante pede por certidão, o qual é do teor e forma seguinte. — Digo eu abaixo assignado que é verdade vendi a José da Rosa Corrêa uma Olaria e forno de fazer telha como sitio que lhe pertence, onde forão roças do defunto Jorge Machado, cujas tinham ficado a seu filho Pedro Machado, que ele as tinha vendido á José Corrêa, e como este me era devedor de vinte e quatro mil reis me fez paga com a dita olaria e sitio, cujo agora faço venda della a dito José da Rosa Corrêa por preço e quantia de dezanove mil e duzentos reis, que re-

cebi ao fazer d’esta, cuja venda me obrigo a fazer lhe boa a todo o tempo, e para sua clareza lhe passei este por mim feito e assignado. Rio Pardo oito de Junho de mil sete centos oitenta e dois — Fran.^{co} José Martins. — Como testemunha que vi fazer, e como tal assinei — Custodio José Teixeira de Magalhães — João do Prado Lima — Manoel de Macedo. — E he o que consta do dito escrito de venda o que me reporto em fé do que fiz passar a presente certidão em observancia do despacho retro do Provedor da Fazenda Real Ignacio Ozorio Vieira. — Porto Alegre dezanove de Maio de mil sete centos oitenta e oito. — Bernardino Henrique de Amorim Escrivão da Fazenda Real o fiz escrever e assignei. — Bernardino Henrique de Amorim”.

—o—

Das transcrições feitas resulta com evidência, que na data da criação da Vila do Rio Pardo já devia ser bastante numerosa a população espalhada pela grande faixa de terreno, compreendida entre a Serra geral, o rio Jacuí e o Rio Pardo, para Oeste d’este. —

E pelo fato da criação da Vila Nova de São João da Cachoeira aos 26 de Abril de 1819, se depreende também que este núcleo de população, situado no interior da faixa de terreno acima descrito, devia já estar bastante desenvolvido aos 20 de Maio de 1811, quando da instalação da Vila do Rio Pardo. — E não podia deixar de ser assim, desde que se observe estar

Cachoeira, como Rio Pardo e Santo Amaro, em terras que foram primitivamente ocupadas tão somente pelo bugre do mato, pelo verdadeiro silvícola, de grandes e prolongados acampamentos, à sombra dos matos em lugares de boas surpresas de água, onde não penetrava o Guaraní, Charrua, Tapes ou qualquer outro selvagem seu inimigo; do bugre do mato que fugia aos rumores das armas de fogo, internando-se a correr pela mata-ria a dentro; enquanto que o selvagem das campinas, o primitivo gaúcho, agredia, peleava, vencía ou morria.

Em consequência destas nossas observações devemos considerar Cachoeira como prolongamento imediato do Quartel do Rio Pardo, como sua primeira guarda avançada e ramificação de seu povoamento.

Ao mesmo tempo que a expansão colonizadora acompanhava a estrada para a Fronteira, uma pequena turma desses novos povoadores seguia rumo à Serra geral, em direção ao grande cêrro do Butucarai, até chegar aos grandes faxinais, que precederam a entrada no mato, sobre a margem direita do Rio Pardo. — Daí, nos primeiros anos do século 19.º, começaram as penetrações serra a dentro, conseguindo alcançar mais tarde os campos do Sobradinho, já no plano alto da serra, onde encontraram bandeiras Paulistas e Paranaenses, que seguiam em procura da congonha e de pedras preciosas. Apareceu então a Picada do Passa-

Sete, que foi a primeira comunicação aberta, dentro da zona do Jacuí, entre o alto e o baixo da serra.

Este fato despertou a cobiça de alguns moradores no interior do Quartel, entre eles o abastado negociante português João de Faria Rosa, que seguiu com uma turma de negros, seus escravos, para os faxinais situados nos fundos do Rincão d'El Rey, onde assenta hoje a cidade de Santa Cruz, colocando aí um engenho, possivelmente para moer a congonha e transportá-la para Rio Pardo.

Havia uma história, à respeito destes negros, que contava terem sido eles assaltados, certa vez, pelos bugres, em ponto de meio-dia quando seesteavam, saindo da luta alguns dos negros feridos e ficando um morto.

Feitas estas narrações tôdas com o fito especial de provar o estado de adiantamento, em que já se encontrava a grande faixa central do Jacuí, quando da criação da Vila do Rio Pardo, devemos entretanto concordar que a nova administração municipal, com os grandes melhoramentos introduzidos, deve ter ainda concorrido muito para o desenvolvimento posterior da população e riqueza destes lugares.

Pelas datas gravadas nos frontispícios das casas, no interior da Nova Vila, via-se até há pouco tempo, o grande número de habitações construídas entre os anos de 1808 à 1835. — Várias destas vivendas eram casas de dois andares e de vastas proporções. —

A antiga rua do Pinheiro, hoje Dr. João Pessoa, em mais de duas quadras de extensão, ficou apinhada de casas destinadas para comércio; com grandes armazéns na frente e acomodações para as famílias nos fundos. —

Surgiram com grande pompa as Irmandades do Senhor Bom Jesus dos Passos e de São Francisco de Assis. —

Como prova da riqueza de um povo verdadeiramente religioso apareceram as Igrejas dedicadas à estas Imagens, sendo que a de S. Francisco era uma verdadeira jóia engastada no Alto dêste nome, hoje Praça Dr. Pedro Borba. — Foi verdadeira lástima ter sido destruída pelo fogo uma obra de tanto valor, em uma noite no decorrer de 1853 à 1854. — Perderam-se nesse incendio várias imagens, de grande beleza artística, representando tôdas, em tamanho natural, a figura do Divino Redentor, nos vários Passos de sua Divina Paixão.

Naquela época, de tanto comércio e tanta riqueza, foi pôsto ao centro da Igreja Matriz, suspenso, a grosso cabo de fio de arame, um lustre colossal, com dezenas de braços para suporte de centenas de castiçais e milhares de pingentes. — Era deslumbrante ver-se o centro da nossa Matriz em dia de festividade, aos reflexos da luz das velas sôbre a prata que cobria tôda a armação do lustre e sôbre as faces polidas dos finos cristais dos pingentes. — Este colosso, devido às oscilações continuas, no perpassor de tantos anos

cortou o cabo, e na queda ficou muitíssimo prejudicado. — A mão carinhosa do Coronel João Luiz Gomes mandou recompô-lo ficando bastante reduzido; e foi então suspenso e preso a um varão. — Forte lástima que essa peça hoje não exista, porque estabeleceria um contraste entre o passado e o presente da nossa gente.

—o—

Desde o findar do século 18.º progredia a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, como Povoação e não mais como centro de concentração de forças militares; progredia como centro de comércio, de administração, de justiça e maiormente como cadinho da fé religiosa, aonde se reuniam os espíritos guerreiros daquela época, e unidos por estreitos laços de patriotismo se expandiam em orações fervorosas, levantavam hosanas ao Supremo, e alegres passavam às festas costumadas. —

E' verdade que continuou o Quartel do Rio Pardo a intervir nas contendas das Missões até o final da luta com a Cisplatina, mantendo-se aqui forças regulares sob um Comando Superior; mas a sua maior atuação foi como centro de intercâmbio comercial para a Campanha e para Cima da Serra, desde que cessaram as invasões espanholas, fonte originária do Quartel. —

Grande influxo benéfico deve ter sentido tôda alta Capitania com o aparecimento do Decreto Real de 19 de Dezembro de 1812, elevando

Pôrto Alegre à categoria de Comarca, sob a denominação de — Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina —; e em mais alta dose deve ter sentido os benéficos efeitos, do Decreto, a Câmara Municipal do Rio Pardo, pelo fato de estar mais estreitamente ligada à Pôrto Alegre, como seu preposto na Campanha com tôda a região serrana. —

Ao incremento que teve então na alçada judiciária, veio juntar-se a capacidade administrativa dos Conselhos da Câmara Municipal do Rio Pardo, e daí o progredir rápido da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira e das Capelas curadas da Encruzilhada e Caçapava. — Tal foi o aumento da população e comércio em Cachoeira, que a mesma foi elevada à Vila, sob a denominação de Vila Nova de São João da Cachoeira —, aos 26 de Abril de 1819, pela Resolução Régia transcrita à fôlhas 13 versos do Livro 5.º, existente no Arquivo Municipal do Rio Pardo. —

Constituíram divisas do novo Município, 5.º criado nesta Capitania, as linhas determinadas: — pelo arroio Pequerí, desde as suas nascentes na coxilha que divide aguas do Camaquã e do Jacuí, até sua foz na margem direita dêste último rio; — pelo arroio Butucarai, desde sua foz na margem esquerda do Jacuí, até suas cabeceiras na Serra geral; pela qual seguia a divisa até encontrar as cabeceiras do arroio Toropí, que foi, servindo de linha divisória, até sua entrada na margem direita do rio Santa

Maria, cujo curso serviu daí em diante de divisa entre os dois Termos, até alcançar o rio Uruguai.

Com êste corte ficou de muito cercado o território do Rio Pardo; mas ainda assim teve o seu Conselho campo vasto para exercer a sua jurisdição, permanecendo sob sua alçada as Capelas Filiais de Santo Amaro, de São José do Taquari, da Encruzilhada e o vastíssimo Distrito das Missões, que devia abranger tôda a região serrana, com a qual ficava unida esta vila pela Picada do Passa-sete. —

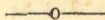
Logo em seguida à sua abertura tornou-se esta Picada de grande movimento comercial, devido ao desenvolvimento da indústria da erva-mate, de que era grande produtora a região da serra; — e foi crescendo o trânsito por esta nova via de comunicação com a elevação do Termo de Rio Pardo à cabeça de Comarca pelo Decreto Real de 8 de Fevereiro de 1820, devido ao crescente movimento forense, quer no cível, quer no crime e nos dois Tabelionatos existentes, provindo das Capelas e Freguesias, que iam se originando gradativamente na Região das Missões. —

E' fato incontestável que a Vila de Rio Pardo, devido especialmente ao seu Pôrto sobre o rio Jacuí, conserva sempre a sua hegemonia comercial sobre todo o vastíssimo território de sua antiga Freguesia e Quartel, enquanto não houve perturbação da ordem pública na antiga Província do Rio Grande do Sul que dificultasse o livre trânsito pela mesma. Foi exatamente o que aconteceu no período revolu-

cionário de 35 à 45, e foi quando a Vila de Rio Pardo teve uma forte depressão em todo seu organismo interno.

Devido ainda à sua posição geográfica, à sua influência militar e política, ao seu adiantado estado econômico e financeiro, foi para onde convergiram, desde o início da Revolução Farroupilha, os esforços, quer dos revolucionários, quer dos imperiais, em conservar esta posição estratégica de grandes recursos. —

Mas colocada esta Vila entre o denodado esforço dos republicanos e a intransigência dos portugueses monarquistas, sofreu muitíssimo nos seus bens materiais, ficando empobrecida, isolada e inerte no seu centro de ação primitiva. — Não teve mais a *Campanha* para ativar o seu comércio, e diminuiu muito o da Serra. —



Em todo o histórico que temos feito sobre o Quartel, Freguesia e Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, ainda não tivemos oportunidade de nos deter em considerações sobre a evolução cultural ou mais simplesmente sobre a instrução que ia recebendo aquele povo tão nobre, tão patriótico, lançado aqui em luta aberta contra o selvagem e contra as insídias do missionário espanhol. —

Mas como povo constituído de agricultores e criadores capazes e bons, devemos considerá-lo como fermento excelente para o preparo do terreno, que foi ocupado pe-

los oficiais e soldados que vieram depois. — Estes, por seu turno, não podiam deixar de ser homens de valor militar e de bastante instrução, porque assim era preciso, e o Governo de Portugal deve ter bem compreendido esta necessidade. —

Dai resulta para nós a compreensão de ter sido o ensino às crianças, promovido dentro do Quartel do Rio Pardo, desde que este tomou o caráter de fixação no lugar. — E' possível que tal ensino começasse entre poucos, em particular, mas deve ter se generalizado logo em seguida, pelo aumento do número dos que precisavam de instrução. —

Tornou-se assim público o ensino, ao qual dispensaram grandes atenções os Conselhos Municipais do Rio Pardo; o que se verifica dos termos da Consulta feita por um dos Conselhos à sua Alteza Real, a qual transcrevemos a seguir. —

“Registro de uma proposta feita á S. A. R. sobre a necessidade que nesta Vila há de um professor de primeiras letras, e Gramatica Latina. —

Senhor. — A Câmara da Vila de Rio Pardo, Capitania de São Pedro, com o maior e mais profundo respeito representa á V. A. R., que sendo considerável a extensão d'esta Villa, aliás a população d'esta Villa e do seu extensivo Termo, e consequentemente abundantes de adolescentes, estes, supposto que ornados de feliz compreensão por influxo natalício, não podem aproveitar da mesma por falta dos ne-

cessários professores das primeiras Letras e Gramatica Latina, absolutamente essenciaes para sua educação física e moral. — A falta, Real Senhor, d'estas cadeiras tem sido assaz sensível ao habitantes da mesma Villa e das Freguezias de seu Termo, ficando todas em summa distancia da Capital de Porto Alegre, onde já existe provida uma cadeira de Gramatica. — O novo imposto do Subsidio Literario, que V. A. R. mandou recentemente fixar n'esta Villa, quando não chegue para o honorario dos ditos professores, os chefes de familia não duvidam concorrer para a efetuacão de um tão util estabelecimento. — Todas estas circunstancias dignas seguramente da Real Consideração, são as que movem à esta Camara a implorar á V. A. R. se digne mandar crear as duas referidas cadeiras de Primeiras Letras e Gramatica Latina para o uso da mocidade d'esta Villa e seu Termo, dando V. A. R., por este principio, mais um demonstrativo testemunho de sua Augusta Manificencia e Paternal Sollicitude, abém de seus fieis Vassallos.

Vila de Rio Pardo em Camara aos" — *Falta a data, que devia ser de 1815 e as assinaturas dos Vereadores que eram: José da Rosa Fraga — Francisco da Silva Baccelar — Manoel José Ferreira de Faria e Francisco Pinto Porto).* —

Esta transcrição foi feita do Livro 5.º, fôlhas 50, existente no Arquivo Municipal do Rio Pardo; — e de seus termos se depreende claramente o carinho, com que era tratada a instrução pública na então villa de Rio Pardo. —

Quanto ao moral daquela gente era manifestamente alevantado; o que se nota com prazer lendo no citado Livro 5.º de Transcrições, as Resoluções da Câmara de então e especialmente os manifestos, de onde brota por toda parte a energia de um povo, a par dos sentimentos de dignidade e de patriotismo do mesmo. —

—o—

Estava a vida de Rio Pardo nas condições descritas ou seja no auge de sua grandeza, quando na noite de 24 para 25 de Abril de 1835, em um recanto da mesma, na antiga rua da Ferraria, ou Pão da Bandeira, atualmente — rua 13 de Maio —, deu-se a trágica cena de um grupo de mascarados invadir uma casa de familia, e por questão puramente politica ser assassinado seu chefe, entre o clamor de suas filhas, que em desespero saíram na defesa de seu pai. — Foi assim assassinado o cidadão — Cirne Lima, Juiz de Paz naquela ocasião, quem devia julgar de um processo crime importante. —

Também foi o suficiente para subverter a ordem que reinava nesta villa e romper os laços de fraternidade existentes, que tanto haviam engrandecido Rio Pardo. —

Nos dias immediatos àquella noite fatal para a vida interna d'este lugar, começaram a se manifestar violentas perseguições por parte do governo monárquico ao grupo reacionário ou republicano, este já bastante crescido e composto de elementos civil e militar pertencente à guarnição desta villa. —

Houve assim justos motivos para represálias posteriores contra as pessoas e bens dos portugueses, monarquistas intransigentes, que constituíam um grande núcleo da nossa população, e a quase unanimidade do comércio local. —

Estas vinganças aumentaram de uma maneira torturante, logo em seguida ao pronunciamento de rebeldia, e mais ainda quando o elemento reacionário se invertiu nas posições oficiais. —

Estes acontecimentos de que foi cenário a então florescente vila de Rio Pardo, deixamos aos historiadores da revolução — Farroupilha —, para que os descreva, analise e julgue o desenrolar de tão dolorosos fatos.

Rio Pardo, Agosto de 1935.

Pedro Castello Saccarello

BIBLIOGRAFIA

LA LIQUIDACION DE LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA CONTRA EL PARAGUAY — Dr. Eduardo Amarilla Frites — Imprenta Militar — 1941.

As letras históricas americanas dia a dia mais se expandem e se aprofundam num sentido de melhor interpretar a causa dos acontecimentos políticos e sociais desenrolados em terras da América. A guerra do Paraguai foi um desses grandes fenômenos que empolgou a consciência dos países recen-

temente formados de tal forma que até hoje é estudado aquele acontecimento.

O dr. Eduardo Amarilla Frites nos apresenta um novo estudo cujo pensamento se particulariza no setor das negociações diplomáticas. Trata assim do encerramento do drama bélico sem se tornar prolixo documentando seus conceitos e conclusões. É um estudo que muito se recomenda e o autor com isso presta um alto serviço à cultura hispano-americana.

A história das novas terras vai constantemente se enriquecendo pelo esforço dos seus homens estudiosos e amantes da verdade histórica. — O. S.

EL FACTOR TIERRA EN LA VERTEBRACION HISTORICA DEL PERÚ — Victor Perez Santisteban — 1941.

Ao tomar posse como membro da Sociedade Científica de Chile, o sr. Victor Perez Santisteban proferiu seu discurso editando-o para maior divulgação do estudo condensado em seu estudo — Por este e outros ensaios, cada vez se confirma o quanto fazem as academias culturais. Não só congregam os homens de pensamento como estimulam o sentido do estudo, a idéia da análise e da investigação preparando um material literário, científico e histórico muitas vezes esquecido e desprezado.

A síntese que nos apresenta o sr. Perez é uma demonstração de que a inteligência americana está em contínua ebulição, procura desenvolver-se, alcançando um nível cada vez mais límpido e honroso. E' um estudo sociológico de caráter aquário-econômico onde o autor expande conceitos com toda segurança e conhecimento do assunto. — O. S.

COPERNICO, SUS TEORIAS SOBRE EL UNIVERSO — Gustavo Loyola Acuña — Santiago do Chile

O autor, que é um estudioso das ciências puras, ao tomar posse da sua cadeira na Academia Chilena de Ciencias Naturales, proferiu um discurso que foi impresso e onde biografou a figura do imortal polonês. Ainda que o sr. Acuña não tenha feito um trabalho extenso, produziu uma síntese apreciável onde estuda Copérnico, seu sistema e instrumentos, suas investigações científicas e tudo que diz respeito à marcha de suas descobertas astronômicas. Partindo da infância o autor destaca os maiores acontecimentos da vida gloriosa desse homem extraordinário e encerra e chega até os últimos dias "para entrar su nombre a la gloria el 24 de Mayo de 1543, a los 73 años de edad".

Um interessante ensaio que recorda admiravelmente o homem que engrandeceu o século XIV. — O. S.

REVISTAS

— Estratigrafia do Carvão em Santa Catarina — Boletim 104 — Ministério da Agricultura — 1940.

— Boletins — 24 volumes diferentes e importantes matérias — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro.

— Tradição — Dezembro 1941 — Recife — Machado de Assis — Inst. Histórico e Geográfico do Pará — Belém.

— Boletim do Serviço de Imigração e Colonização n.º 4 — São Paulo — 1941.

— Revista do Arquivo Municipal — São Paulo — 1941.

— Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos — Rio Grande — Vol. II — 1940.

— Boletim Municipal — vol. 4 — Pôrto Alegre — 1941 — sob a direção do nosso brilhante confrade Walter Spalding.

— Registo Geral da Câmara da Cidade de São Paulo — vol. XXXII — Departamento de Cultura — 1941.

— Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — vol. 1 — Rio de Janeiro — Publicação Trimestral.

— Revista do Instituto de Engenharia Militar — 2 volumes — nos. 42-43 e 44-45 — Rio de Janeiro.

— Revista Brasileira de Geografia — Janeiro-Março — Rio de Janeiro — 1942.

— Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — n.º 5 — Rio de Janeiro, 1941.

— Arquivo Nacional — vol. XXXVI — Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional — Rio de Janeiro, 1942.

— Revista das Academias de Letras — n.º 39 — Rio de Janeiro — 1942.

— Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — 3 vol. — nos. 84, 85, 86 — Rio de Janeiro — 1941.

— Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes” — n. 2 — Curitiba — 1941.

— Revista do Ministério Público — n.º 3 — Porto Alegre — 1942.

— Boletim Municipal — Janeiro-Abril — Porto Alegre — 1942.

— Revista Brasileira de Geografia — Janeiro-Março — 1941 — Rio de Janeiro.

— Anais IX Congresso Brasileiro de Geografia — I volume — Rio de Janeiro — 1941.

— Revista da Faculdade de Direito — Janeiro-Agosto — 1941 — São Paulo.

— Atas da Câmara da Cidade de São Paulo — Vols. 43, 44 e 45 — São Paulo — 1941.

— Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo de 1842 vol. 31 — São Paulo — 1941.

— The Hispanic American Historical Review — Durham — U. S. A. — 1942.

— Boletín del Archivo General del Gobierno — Guatemala — Julho — 1942

— Boletín de Historia y Antigüedades — nos. 326- 327 — 2 volumes — Imprenta Nacional — Bogotá-Colombia — 1941-1942.

— Revista del Instituto Arqueológico — Cusco — Perú — 1941.

— Universidad Católica Boliviana — Outubro-Novembro — Medellin — Colômbia — 1941.

— Boletín del Archivo General de la Nación — Ciudad Trujillo — Republica Dominicana — 1941.

— Revista de Correos y Telégrafos — Fevereiro-Março — 2 volumes — Buenos Aires — 1942.

— Boletín del Museo Colonial, Histórico y de Bellas artes — Imprenta del Estado — Corrientes — Argentina — 1941.

— Universidad — Publicação da Universidad Nacional del Litoral — Santa Fé — Argentina — 1942.

— Revista da Faculdade de Direito da Baía — vol. XVI — Tipografia Naval — 1942.

— Revista da Faculdade de Direito — Setembro-Dezembro — São Paulo — 1941.

— Revista do Arquivo Municipal — Prefeitura do Município de São Paulo — vol. LXXX — 1941.

— Anales de la Universidad de Santo Domingo — Enero — junio — julio — Septiembre — 2 volumes — Ciudad de Trujillo — Republica Dominicana — 1941.

— Boletín del Archivo General de la Nación Ciudad de Trujillo — Republica Dominicana — vol. 4 n.º 18 — 1941.

— Boletín del Instituto de Investigaciones Historicas Tomo XXV — Buenos Aires — 1941 — Um excelente e grosso volume com 1.000 páginas de texto.

— Publicações — Academia Carioca de Letras — Relato do 2.º

semestre de 1941 — Rio de Janeiro.

— Revista das Academias de Letras — n.º 38 — Janeiro-Fevereiro — 1942 — Rio de Janeiro.

— Revista Brasileira de Geografia — Outubro - Dezembro — 1941 — Rio de Janeiro.

— Annals of the Association of American Geographers — Lancaster U. S. A. — Dezembro — 1941.

— The Hispanic American Historical Review — Durham — U. S. A. — Novembro — 1941.

— Revista de La Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales — Bogotá — Colombia — Janeiro a Julho — 1941 — Texto com excelente matéria científica.

— Boletín de Historia y Antiquidades — Bogotá — Colombia 2 volumes — Setembro-Outubro e Novembro — 1941.

— Revista de Historia de América — Mexico — 3 volumes — 1938-1939-1940.

— Universidad Católica Bolivariana — Medellín — Colombia — Agosto-Setembro — 1941.

— Boletín del Archivo General

del Gobierno — Guatemala — Abril — 1941.

— Universidad — n.º 10 — Universidad Nacional del Litoral — Santa Fé — Argentina — 1941.

— Boletín de la Academia Argentina de Letras — Buenos Aires — Julho-Setembro — 1941.

— Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas — Um grosso tomo de 1938.

— Boletín de Filología — tomo III — Montevideo — Março-Junho — 1941.

— Asociación Escuela de Derecho — Guayaquil — Ecuador — Outubro — 1941.

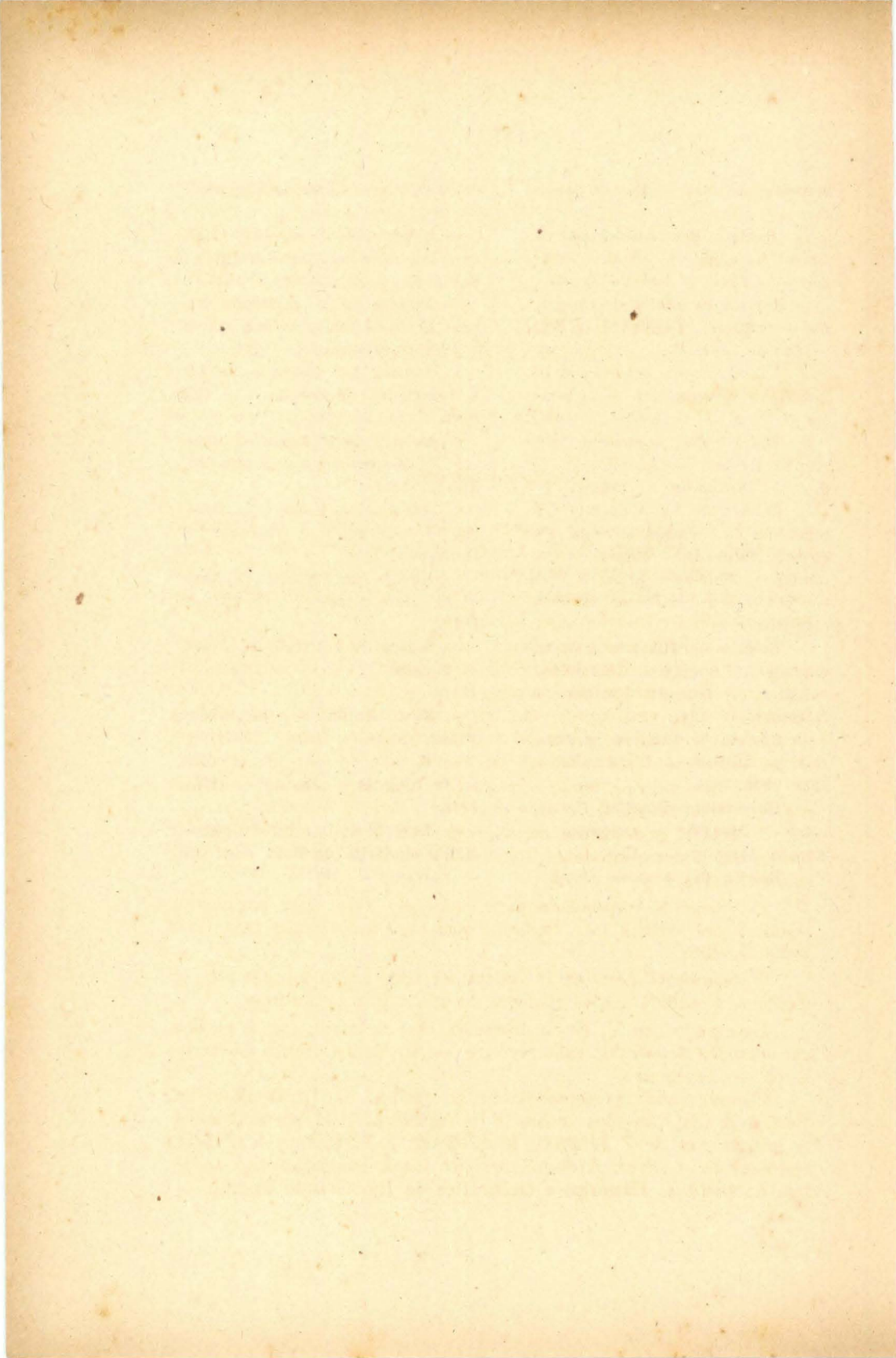
— Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso — Cuiabá — 1941.

— Museu — Instituto do Ceará — Boletim n.º 4 — Fortaleza — 1941.

— Santo Antônio — revista dos Franciscanos — Baía — 1941.

— Revista do Instituto Histórico de Alagoas — Maceió — 1938-1939.

— Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía — n.º 67 — Salvador — 1941.



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

ATA N.º 62.

Sessão da diretoria

Aos 19 dias do mês de Agosto de 1941, presentes o dr. Leonardo Macedonia, presidente, Prof. Guerreiro Lima, tesoureiro, J. Tupi Caldas, secretário, Dante de Laytano, diretor, da Revista do Instituto e Cel. Luiz Carlos de Moraes, membro da Comissão especial, foram iniciados os trabalhos, às 16½ horas.

Pelo sr. Prof. Guerreiro Lima foi lida a seguinte carta: "Exmo. Sr. Dr. Leonardo Macedonia Franco e Sousa. D. Presidente dêste Instituto. Em virtude do contrato com a firma editora Barcellos, Bertaso & Cia., verificou-se, em nosso ajuste de contas, um saldo a meu favor, o qual, por fôrça do referido contrato, deverá conservar-se imobilizado por curto espaço de tempo.

Nessas condições, tendo o nosso Instituto para com aquela firma o débito de vinte e cinco contos duzentos e setenta mil réis (25:270\$000), proveniente de impressos da Revista, débito que de pronto não poderia satisfazer, tomei a liberdade de saldá-lo, conforme recibos juntos.

Devidamente transladado para os nossos livros êsse pagamento, resultará um saldo a meu favor, o qual peço autorização para levar a meu crédito.

O pagamento dêsse saldo poderá ser feito em quotas maiores ou menores, à medida que as finanças do Instituto o permitirem.

Esperando que V. Excia. aprovará êsse meu ato, com a elevada consideração de sempre, subscrevo-me — At. Conf. Afonso Guerreiro Lima — Tesoureiro".

Foram ainda apresentados quatro recibos da firma Barcellos, Bertaso & Cia., passados no dia 18 de Agosto de 1941, respectivamente nos valores de 7:391\$300, 10:379\$900, 3:327\$600 e 4:171\$200, recibidos do sr. Prof. Afonso Guerreiro Lima, em pagamento do débito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Submetida a matéria a discussão, foi aprovado o pagamento realizado, sendo o tesoureiro autorizado a levar ao seu crédito a quantia de 25:270\$000, que o instituto lhe pagará em quotas maiores, ou menores — E para constar lavrei a presente ata, que assino com o Sr. Presidente. Pôrto Alegre, 19 de Agôsto de 1941. J. Tupí Caldas — Secretário. Leonardo Macedonia — Presidente.

ATA N.º 63.

Sessão extraordinária

Aos cinco dias do mês de Setembro de mil novecentos e quarenta e um, na sala de conferências da Biblioteca Pública de Pôrto Alegre, presentes os sócios efetivos, senhores — 1.º — Othelo Rosa, 2.º — Guerreiro Lima, 3.º — Tupí Caldas, 4.º — P. Luiz F. Jaeger, 5.º — Jorge Felizardo, 6 — Manoel Duarte, 7 — De Paranhos Antunes, 8 — Jorge Bahlis, 9 — Olinto Sanmartin, 10 — Gaston Hasslocher Mazon, 11 — Armando Dias de Azevedo, 12 — Adroaldo Mesquita da Costa, 13 — Edgar Schneider, 14 — Coelho de Souza, 15 — Mario Teixeira de Carvalho, 16 — Estêvão Leitão de Carvalho —, assumiu à presidencia dos trabalhos o sr. Othelo Rosa, vice-presidente do Instituto.

O Sr. secretário procedeu a leitura das efêmerides e comunicou à casa que o sr. presidente Sr. Leonardo Macedonia deixava de comparecer por motivo de moléstia.

Passando-se a ordem do dia foi introduzido no recinto o sr. General de Divisão Estêvão Leitão de Carvalho, que era acompanhado pela Comissão de recepção constituída pelos confrades Olinto Sanmartin, Jorge Bahlis e Armando Dias de Azevedo.

Prestado o compromisso regulamentar pelo sócio recipiendário, prestou, digo pronunciou sua conferência, abordando interessante tema da interpretação histórica geográfica da formação social do Rio Grande do Sul; falou o sr. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa dando as boas vindas ao novo sócio.

O sr. Othelo Rosa, na qualidade de presidente dos trabalhos, agradeceu a presença das autoridades e demais convidados, declarando encerrada a Sessão — E para constar lavrei a presente, que assino. Pôrto Alegre, 5 de Setembro de 1941. Othelo Rosa — Tupí Caldas, — secretário.

ATA N.º 64.

Sessão extraordinária

Aos onze dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e quarenta e um, na sala de conferências da Biblioteca Pública, presentes os senhores sócios efetivos, que assinaram o livro de presença, assumiu à presidência o sr. Leonardo Macedonia, sendo lido pelo sr. secretário o resumo das efemérides do dia.

Passando-se a ordem do dia: Posse do sr. Dr. Jorge Godofredo Felizardo, o sr. dr. presidente nomeou os consócios srs. Gastão H. Mazeron, Olinto Sanmartin e R. P. Luiz Gonzaga Jaeger, para em comissão acompanharem o novo sócio efetivo até o recinto da assembleia; dando entrada no recinto o sr. Jorge Godofredo Felizardo, sob aplausos, prestou o compromisso regulamentar, proferindo seu discurso de saudações; falou em seguida o sr. De Paranhos Antunes, que em nome do Instituto saudou o recipiendário demonstrando o valôr da obra científica e histórica que vem sendo realizada pelo novo confrade.

Falou para encerrar os trabalhos o sr. presidente, agradecendo o comparecimento de autoridades e pessoas gradas — E, para constar, lavrei a presente ata, que assino com o sr. Presidente.

Pôrto Alegre, 11 de Outubro de 1941. Leonardo Macedonia, presidente — J. Tupí Caldas — Secretário.

ATA N.º 65.

Sessão ordinária

Aos 14 dias do mês de Novembro de 1941, na sala da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presentes os srs. sócios que assinaram o livro de presença, assumiu à presidência o sr. dr. Leonardo de Macedonia.

Pelo sr. secretário foi lida a ata da sessão anterior, que submetida a discussão foi aprovada; foi lido o expediente, que constava de comunicações sociais dos institutos congêneres, a qual foi mandada arquivar.

Passando-se a ordem do dia — discussão do parecer sôbre a consulta feita ao instituto pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, foi concedida a palavra ao relator geral R. P. Luiz Gonzaga Jaeger, o qual realizou a leitura de longo e erudito trabalho sôbre a fundação da economia pecuária no território do Estado

do Rio Grande do Sul, justificando plenamente o parecer, também assinado pelo relator da Comissão de folclore, sr. Coronel Luiz Carlos de Moraes. Sobre a mesa encontravam-se os pareceres isolados firmados pelos consócios Srs. de Paranhos Antunes, Luiz Carlos de Moraes (2.º segundo parecer) e Manoelito de Ornellas, os quais foram dados a conhecer, em seus textos, aos srs. confrades.

Falaram os srs. de Paranhos Antunes para justificar o seu ponto de vista, sustentando o parecer de sua autoria; o sr. J. Tupí Caldas declarando aceitar o parecer das Comissões de História e Folclore, reconhecendo que o grande americano R. P. Cristóvão de Mendonça foi o fundador da economia pecuária em território que se integrou na base física do Brasil. Continuando a discussão do parecer, como os demais confrades presentes não desejassem fazer uso da palavra, foi o mesmo submetido a votação; o sr. dr. presidente realizou a verificação dos votos nominais, apurando que o parecer assinado pelos srs. R. P. Gonzaga Jaeger e Luiz Carlos de Moraes, foi aprovado pela casa.

Falou o sr. de Paranhos Antunes para renunciar o cargo de membro da Comissão de História, renovando os seus protestos de solidariedade à Instituição.

Não havendo nada mais a tratar, o sr. Presidente encerrou a sessão; e, para constar lavrei a presente ata, que assino. Porto Alegre, 14 de Novembro de 1941. Leonardo Macedônio, presidente — J. Tupí Caldas — secretário.